

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM

MUSEU AMAZÔNICO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL – PPGAS

Natã Souza Lima

**ENTRE MUNDOS DE SENTIDO: VIOLÊNCIA SEXUAL, FAMÍLIA E
PARENTESCO A PARTIR DO *GRUPO DE AUTORES* EM MANAUS/AM**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal do Amazonas, sob orientação da Profa. Dra. Raquel Wiggers.

Manaus

2018

RESUMO

Esta é uma etnografia de um grupo de atendimento psicossocial voluntário para homens acusados de violência sexual contra crianças e adolescentes, realizada em Manaus, Amazonas, Brasil, entre 2012 e 2016. O *Grupo de Autores*, como era chamado o atendimento psicossocial, era composto por uma psicóloga voluntária, alguns assistentes e os *autores* – pessoas que houvesse cometido algum crime sexual contra crianças ou adolescentes. Além de relatar o funcionamento desse *grupo*, esta etnografia busca compreender quais os sentidos e conjuntos de representação baseiam as violências sexuais, a partir das lógicas dos *autores*. Para acessar essas lógicas, o trabalho recorre à análise das relações familiares e do parentesco, buscando demonstrar quatro pensamentos fundamentais sobre como os homens fazem parentes no Amazonas, e ao mesmo tempo, como *fazer parentesco* está relacionado às práticas de violência sexual. O trabalho conclui indicando que descobrir tais lógicas e refletir sobre elas, é um meio de colaborar com a transformação dos contextos de desigualdade e violência.

Palavras-chave: violência sexual; cuidado; autores de violência; família; parentesco.

ABSTRACT

This is an ethnography of a voluntary psychosocial group for men accused of sexual violence against children and adolescents, held in Manaus, Amazonas, Brazil, between 2012 and 2016. The Group of Authors, as it was called psychosocial care, was composed of a volunteer psychologist, some assistants, and the perpetrators - people who had committed a sexual crime against children or adolescents. In addition to reporting the functioning of this group, this ethnography seeks to understand which senses and sets of representation base sexual violence, based on the authors' logics. In order to access these logics, the paper uses the analysis of family and kinship relationships, seeking to demonstrate four fundamental thoughts about how men make relatives in Amazonas, and at the same time, how to make kinship related to the practices of sexual violence. The research concludes by suggesting that discovering and reflecting on such logics is a means of collaborating with the transformation of contexts of inequality and violence.

Keywords: sexual violence; care; perpetrators of violence; family; kinship.

AGRADECIMENTOS

Não à toa *cuidado* é uma das categorias presentes no decorrer desse trabalho. Esse conceito-sentimento passou por mim, através dos afetos e esforços de muitas pessoas, que colaboraram, intelectual e subjetivamente, para a construção do meu olhar. Sobretudo, lidar com homens que cometeram violências sexuais, tem me ensinado a ser grato pela vida cercada de zelo, amorosidade e cuidado.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Raquel Wiggers, pelos anos de trabalho juntos, e sobre minha formação, desde que eu era um estudante de graduação em Ciências Sociais, na UFAM. Este trabalho não teria sido possível sem seu esforço, amizade e cuidado comigo.

Agradeço às professoras e professores do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFAM), pelas disciplinas ministradas, pelas indicações bibliográficas e pelo diálogo. Também agradeço a coordenação do PPGAS/UFAM, ocupada pelo prof. Dr. Gilton Mendes, e à Franceane Batista Corrêa de Lima, secretária do PPGAS, pelo cuidado com os alunos, prazos, documentos e por amortecer muitas das tensões burocráticas que caíam duramente sobre os “antropólogos do bloco B”.

À profa. Dra. Marcia Calderipe Farias Rufino, por sua disposição em conversar conosco sobre questões acerca dessa pesquisa, bem como os rumos dessas reflexões, por sua contribuição como membro da banca de qualificação, e agora, na defesa dessa dissertação. Ao prof. Dr. Sidney Antônio da Silva, pelo período em que foi coordenador do PPGAS, bem como pela leitura e pelas indicações para esse trabalho, como membro da banca de qualificação. À Consuelena Lopes Leitão, por aceitar nosso convite para discutir este trabalho, e pelo diálogo entre nossas pesquisas no *Azulilás*.

Às minhas amigas e amigos, Ademir Filho, Ramilly Frota, Priscila Diógenes, Cleison Pimentel, Vinícius Torres e Bruna Borges, pelos momentos de alegria e leveza, entre as tensões e prazos de escrita.

Agradeço à Isabela Venturoza, por ter me recebido em sua casa, pelas conversas sobre masculinidades, gênero, e sobre nossos destinos acadêmicos, durante minha ida à São Paulo, para conhecer outros grupos de atendimento para homens acusados de violência de gênero.

Às pessoas e órgãos que compõem a rede de proteção à criança e ao adolescente em Manaus, pelas aberturas feitas à pesquisa: Hudson Ribeiro, Amanda Cristina, Zélia Campos, Ana Lúcia Mitouso, Cáritas e Rede um grito pela vida. Agradeço a Lígia Duque Jhonson de Assis, pela gentileza na parceria e colaboração durante a pesquisa no *Grupo de Autores* e nas atividades do *Azulilás*.

Agradeço aos *autores* por terem aceitado conversar comigo e colaborar com suas histórias para esse trabalho.

Agradeço aos meus pais, à minha mãe Ana Marli, e à minha irmã Raabe Emy, pelos prazeres de viver, amar, cuidar e ser cuidado, em meio aos desafios de (con)viver em família.

Sou grato também à Manaus, cidade que escolhi e me acolheu, que é “íntima doçura e vontade de chorar”.

Agradeço ao CNPq pelo financiamento deste estudante-pesquisador, com uma bolsa de mestrado, mesmo em meio às constantes incertezas de um governo que retira continuamente as verbas da “ciência e tecnologia”, ameaçando os estudantes-pesquisadores como eu, de terem suas bolsas cortadas sem nenhum aviso prévio.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 - O GRUPO DE AUTORES	12
1.1. O sistema de proteção e o Grupo de Autores	14
1.2. Quem trabalhava no Grupo de Autores?	16
1.3. A metodologia de atendimento	19
1.4. As posições na reunião	20
1.5. Artefatos da infância	21
1.6. A prece	23
1.7. <i>Cuidado e Automatismo</i>	25
1.8. O encerramento	27
CAPÍTULO 2	30
2.1. (Fe)menino e encenando violências	36
2.2. De menino à jovem pesquisador.....	42
CAPÍTULO 3	50
3.1. Debates e perspectivas sobre violência sexual no Brasil.....	51
3.2. <i>Vítimas, agressores e agentes de estado</i>	54
CAPÍTULO 4	62
4.1. Quatro etapas para o percurso dos <i>agressores</i>	66
4.2. A produção das categorias sobre violência sexual	72
4.3. Unidades mínimas ideológicas.....	75
CAPÍTULO 5	81
5.1. A Casa do <i>Chefe</i>	84
5.2. Filhos e Mulheres do <i>Rei Salomão</i>	89
5.3. Afinidade, consanguinidade e cognação	95
5.4. Os fluidos corporais	101
5.5. A recorrência da saída das mulheres e o problema do segundo casamento	108
5.6. A Casa	109
CONCLUSÃO	112
BIBLIOGRAFIA	115

INTRODUÇÃO

Este trabalho toma como perspectiva a análise dos cadernos e cadernetas de campo obtidos entre o final 2012 e início de 2016, em diferentes momentos de pesquisa, desde minha graduação em Ciências Sociais, até o mestrado em Antropologia Social. Os dados foram construídos através da participação num atendimento psicossocial voluntário, para autores de violência sexual contra crianças e adolescentes em Manaus, chamado *Grupo de Autores*, passando também por alguns momentos de minha relação com a Rede de Proteção à criança e ao adolescente em Manaus.

Não partirei de muitos dados estatísticos na minha análise, visto que meu levantamento desses dados demonstrou muita inconsistência dos números divulgados nacional e regionalmente, em diferentes momentos. Em 2016 participei de um seminário da UNICEF sobre violência sexual no Amazonas. Foi um evento quase fechado para conselheiros tutelares, e membros dos três poderes e meu convite se deu por um jogo de relações que estabeleci ao longo desse tempo. Dele participaram Sub-secretárias da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que lidam diretamente com as políticas e o sistema de garantias de direitos das crianças e adolescentes. Estavam presentes a Coordenadora do Disque 100, de 2008 até hoje o meio de denúncias das violações aos direitos humanos, do Governo Federal; e a deputada federal Érica Kokay, presidente da CPI da Pedofilia, encerrada em 2014.

Nesse evento descobri, a partir das falas de todas as autoridades presentes, que nenhum dos dados nacionais era realmente confiável. No caso do Amazonas a situação se agravava, pois, as denúncias que eram encaminhadas pelo Disque 100 aos Conselhos Tutelares locais, não tinham nenhum retorno, o que confirmava minha hipótese, com agravos, de que os Conselhos Tutelares do Amazonas não registram as denúncias, nem sequer verificam a maioria das violações.

Assim, usarei apenas um dado, fornecido pelo Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (SAVVIS), visto que nele há uma sequência de cinco anos de violações sexuais registradas, tanto de crianças e adolescentes, quanto de adultos, sendo um panorama satisfatório para pensar o contexto dessas violências sexuais no Amazonas. Mas a ênfase deste trabalho ainda é a pesquisa de campo e análise dos relatos obtidos no *Grupo de Autores*.

A partir dos anos 80 houveram muitos esforços que buscavam compreender quais as motivações para a violência sexual. O público-alvo da maioria dos estudos foi composto de homens que haviam sido acusados ou condenados por crimes de violência. Um artigo publicado nos anos 90, no famoso livro “Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento”, organizado por Maria Amélia Azevedo e Viviani Guerra, preocupava-se em mostrar o avanço nos estudos criminológicos que analisaram perfis genéticos de homens acusados de violência sexual contra crianças e adolescentes. Além de reunir um conjunto de hipóteses biologizadas sobre a origem do “impulso violento” em homens abusadores/estupradores. A hipótese mais recorrente versa sobre a presença de um cromossomo Y a mais, entre homens acusados de violência sexual, contudo, essa perspectiva é refutada, mostrando que não havia recorrência do duplo cromossomo Y em muitos casos, e que outros homens sem o cromossomo adicional também haviam cometido violências sexuais.

A ideia do corpo masculino como dotado de um impulso incontrolável sobre o sexo, norteou hegemonicamente a maioria das classificações sobre violência sexual, pelo menos até os anos 90, mesmo em pesquisas da grande-área das Ciências Humanas. Essa parece-me a herança de uma posição científica sobre o corpo, dentro da divisão pós-romântica para a qual Duarte (2004) aponta, entre Ciências Naturais e Ciências Humanas, sendo o corpo um objeto de disputa entre ambas Ciências do ocidente, disputa até pouco tempo, quase sempre dominada pela Ciências da Natureza (Foucault, 2008).

A evidenciação de que a compreensão médico-biológica sobre o corpo é resultado de uma série de decisões históricas, políticas, econômicas e sociais, feita nas obras de Foucault, e do seu controle por meio de instituições totais, entre elas a própria ciência médica, parece um golpe na hegemonia das Ciências da Natureza em seu domínio científico sobre o corpo. Assim, as críticas às teses sobre o desvio social como resultado dos desvios biológicos, ganham força, e começam a repercutir a partir dos anos 80, na baila do boom dos estudos de gênero, do combate às técnicas psiquiátricas de reversão sexual norte-americana; e já nos anos 90, as campanhas de combate à violência contra as mulheres, que no Brasil, uma década antes, influenciam nas pesquisas sobre criminalidade urbana.

Nos anos 80 e 90, dois grupos de sujeitos passam a reivindicar, política e teoricamente, sua inclusão como sujeitos de direito universal: “os direitos das mulheres” e o “direito à

infância”, o segundo quase como uma extensão do primeiro, buscam assegurar um conjunto de normas legais e estatutos, que qualifiquem os sujeitos agrupados nessas categorias, como dotados de direito.

A noção de “família”, heterossexual, composta por “pai, mãe e filhos”, permanece como norteadora das políticas de assistência social do Brasil. O que ocorre a partir dos novos marcos legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, é a fragmentação e reajuste das posições de força e poder na família. As crianças são pensadas como sujeitos, com direitos e deveres, que passam pela tutela dos pais e do Estado. Homem e mulher - pai e mãe – devem gerar “família” a partir da compreensão ideal burguesa de “casamento igualitário” (Salém, 1998). Num nível ideal, essa história do reconhecimento dos sujeitos “mulher” e “criança”, busca retirar do “homem/patriarca” seu poder sobre os demais sujeitos da família.

Se há um avanço no debate sobre direitos das mulheres e direito à infância nos anos 80 e 90, os anos 2000 são marcados pelo ajuste e tentativas de concretização das políticas pensadas e/ou criadas nas duas décadas anteriores. Exemplos disso, são a aprovação da Lei Maria da Penha em 2006, a mudança no código penal nos conceitos de “estupro” e inclusão de outras categorias que criminalizam violências sexuais em 2009, a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei 12.435 em 2011, que toma a “família” como célula mínima para o desenvolvimento da vida, nas etapas “maternidade, infância, adolescência e velhice”, cabendo ao Estado a “vigilância, garantia e defesa desse conjunto de provisões socioassistenciais. ” (LOAS, 2011), e a definição da idade do consentimento, feita em 2014 pelo Tribunal de Justiça Federal, que delimitou a capacidade de consentir para o ato sexual a partir dos 14 anos de idade.

Enquanto nos anos 80 e 90, sob a influência dos movimentos de mulheres e dos estudos de gênero, buscou-se pensar sobre as posições de “mulheres” e “crianças”, desnaturalizando as concepções de “passividade” e “subordinação” dessas em relação aos “homens”, é apenas nos anos 90 que são publicados os primeiros trabalhos sobre “masculinidades”, que buscam pensar a posição dos homens, e os significados atribuídos à masculinidade nas relações de gênero, com destaque para Kimmel, Connel e Messerschmidt, que terão os primeiros artigos traduzidos em publicações brasileiras, na metade dos anos 90.

Essa pesquisa parte, portanto, de uma trajetória de reflexões em torno dos homens nas relações de gênero, mais especificamente, em torno de homens que cometeram violência sexual, a partir do *Grupo de Autores*. Meu esforço foi o de tecer com eles, por meio da prática etnográfica, reflexões pouco exploradas sobre pessoas que cometeram violências sexuais, suas motivações, mudanças e trajetórias, desmistificando discursos estigmatizados e essencializados sobre tais sujeitos e suas práticas sociais. A antropologia aqui não pretende ser feita na ilusão de uma ciência que dá voz a qualquer posição subalterna (Carvalho, 2012), mas que ajuda, ao pensar sobre esses níveis de subalternidade, recuperando os rastros de um “evento”, nas palavras de Das, que opõe “vítimas” e “agressores”. Sugiro que é mais útil compilar padrões das relações sociais que envolvem casos de violência sexual, do que apontar características individuais, ou de ordem psicossomática,

A ênfase na reflexão sobre as categorias que norteiam atos de violência, busca traçar lógicas e representações sociais que baseiam a violência sexual, como a aliança entre parentes em torno dos *agressores* e a recorrente impunidade dos casos.

Para designar os sujeitos da pesquisa, lhes chamarei por nomes fictícios, dado o sigilo necessário em torno de suas identidades. Para designá-los coletivamente usarei o termo *autores*. Em outros momentos falarei em *agressores*, mas nesses casos, estou me referindo à uma posição mais universal no jogo das violências, em relação às *vítimas*.

Em alguns momentos do texto, recorrerei à dicotomia “homem-mulher”, como representativa da diferença/relação entre “masculino-feminino”, por considerar os modos de como os sujeitos da pesquisa se posicionaram e materializavam as relações de gênero. Inorro no risco de algumas generalizações em torno dessa dicotomia, mas penso que no contexto da pesquisa, tais generalidades são pouco prejudiciais ao conjunto de reflexões resultantes.

Não usei nenhum método de consentimento por escrito, visando resguardar suas falas, possivelmente encaradas como “confissões”. Também não usei nenhum gravador, ou qualquer registro midiático dessas interações. Tudo se restringe ao que foi por mim anotado em pequenos cadernos, usuais no trabalho antropológico. O termo *Grupo de Autores* é o mesmo que foi dado pela psicóloga, que também terá sua identidade preservada, pelos motivos acima mencionados. O *Grupo de Autores* nunca foi um

atendimento formal, ou legalizado, portanto, faz-se necessário manter certos cuidados em torno do sigilo dos participantes.

No capítulo 1, apresento o *Grupo de Autores*, sua concepção e formas de funcionamento. Também aponto a criação, nesse *Grupo*, de duas categorias norteadoras da vida dos sujeitos: *automatismo* e *cuidado*.

No capítulo 2, apresento minha relação com os *autores*, minhas estratégias para a pesquisa de campo, acionando uma *ação* antropológica que, de certo modo, foi engajada no funcionamento do *Grupo*. Nesse capítulo demonstro a importância do trabalho dos antropólogos em atendimentos desse tipo, não apenas nos contextos de violência, mas em situações da vida que envolvam a necessidade de mediar o que chamo de *mundos de sentido*.

No capítulo 3, Discuto os conceitos alusivos à violência sexual na perspectiva dos estudos de gênero do Brasil, discutindo a importância de perceber aspectos universais em torno das relações de gênero, sem perder de vista as especificidades locais.

No capítulo 4, questiono sobre a importância de dar atenção aos *agressores*, indicando que pensar a violência sexual do seu ponto de vista é desnaturalizar a violência e compreender os conjuntos de representação que baseiam tais atos. Descrevo alguns desses conjuntos representativos a partir dos diários de campo obtidos na pesquisa com o *Grupo de Autores*. Demonstro a necessidade de pesquisas com profundidade de tempo e interação com *agressores*, apontado quatro etapas que ocorrem na interação com esses sujeitos: a) negação; b) responsabilidade pelo ato violento; c) cuidado de si; d) cuidado ativista.

Encerro, no capítulo 5, analisando relações de parentesco, a partir dos *agressores*, em dois casos de violência sexual intrafamiliar, representativos do Amazonas. Demonstro quatro pensamentos fundamentais sobre como os homens fazem parentes no Amazonas, e ao mesmo tempo, como *fazer parentesco* está relacionado às práticas de violência sexual.

CAPÍTULO 1 - O GRUPO DE AUTORES

Sem nome ou lugar certo, começou o que depois fora chamado *Grupo de autores*. É a história que contam, que a psicóloga criadora do grupo relatou algumas vezes e que as demais profissionais do CREAS acenaram como sendo um fato. Em situações mais formais, sempre me perguntaram se há algum registro de fundação da ideia, ou documento que se refira ao que era o *Grupo de Autores*. Não existe. Restaram como provas do *Grupo* apenas eu, e as psicólogas que trabalhavam no CREAS, onde o atendimento funcionou por oito anos.

A partir da ideia de uma psicóloga voluntária, se assegurou a criação de um grupo para pessoas acusadas de violência sexual, no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), àquele tempo o único de Manaus, que ficava localizado no bairro Nossa Senhora das Graças.

As “pessoas” acusadas eram abstratas até certo ponto, mesmo que se soubesse serem homens a maioria (quase todos) dos acusados de violência sexual contra crianças e adolescentes em Manaus. Mesmo assim, os relatos das fundadoras dão conta de que tudo era muito experimental, que não havia uma consciência plena da possível oposição “homens-agressores” e “mulheres-psicólogas”.

O *Grupo de Autores* se reunia quinzenalmente, nas sextas-feiras, numa sala do CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) de Manaus.

De antemão é importante enfatizar que o *Grupo de Autores* nunca teve sua funcionalidade limitada às reuniões, essas são o meio pelo qual o grupo se realiza na prática, no sentido de uma ideia que se torna matéria. Cada membro do *Grupo* era pensado como um possível fundador de outros grupos, ou capaz de assumir a coordenação de uma das reuniões do grupo que acompanhei. Muitas vezes eu fui ajudado por *Chefe* na condução de algumas reuniões do *Grupo de Autores*, principalmente na chegada de um novo membro. Essa não me parecia ser uma intenção inicial d’*a Doutora* ao fundá-lo, mas claramente foi se tornando uma característica constituinte do *Grupo de Autores*. Passaram pelo *Grupo* muitos homens, que aceitavam ir à pelo menos uma reunião, quando eram atendidos por algum profissional do CREAS.

Minha relação mais próxima e recorrente foi com quatro desses membros: *Magistri, Rei Salomão, Chefe e Major*¹.

As reuniões do *Grupo de Autores* ocorriam pela manhã, começando as oito horas, e aconteceram até 2013. A partir desse ano, mudamos de horário porque alguns membros do *Grupo* não podiam mais comparecer, e em 2014 e 2015 passamos a iniciar as reuniões às quatorze horas da tarde.

Conforme já foi dito, o *Grupo de Autores* não foi criado apenas para homens autores de violência, contudo esse acabou sendo o perfil de seu público, dada a realidade local e o contexto brasileiro de crimes sexuais. A diferença no gênero da psicóloga e dos membros do Grupo também é um fator que merece atenção. Em muitos atendimentos psicossociais para homens autores de violência de gênero, existe a prerrogativa da ausência de mulheres, ou havendo mulheres na coordenação da terapia, preconiza-se a necessidade de um homem compartilhando essa mesma função de coordenador. Essas abordagens preconizam que os homens atendidos não fariam “algumas coisas”, ou recusariam abordar temas relacionados ao gênero e a sexualidade diante da presença de mulheres. Obviamente cada proposta testa sua eficácia, contudo defendo que nos atendimentos para homens acusados de violência de gênero, a partir da experiência do *Grupo de Autores* que acompanhei em Manaus, a presença de mulheres é muito importante no acompanhamento psicossocial. Percebi que, ao contrário do que dizem as experiências que negam esses espaços às mulheres, os homens acusados de violência não hesitam em falar de temas que podem deixá-las desconfortáveis. Quando um *autor* chegava pela primeira vez ao *Grupo de Autores*, mesmo que houvesse seu esforço de transmitir uma boa impressão, algumas falas machistas ou violentas, foram ditas, e isso incomodava a todos nós, a uns mais, e a outros menos, dependendo de nossa experiência.

A maioria dos grupos reflexivos para autores de violência de gênero foi criada ou é coordenada por homens, e muitos são os que não aceitam mulheres em seus quadros.

Em minha relação com esse tema, creio que os homens que atuam em grupos reflexivos ou que gerenciam esses atendimentos, assumem uma postura de proteção das mulheres

¹Os sujeitos dessa pesquisa já aparecem em outras publicações, com narrativas curtas sobre suas trajetórias. Ver: LIMA, 2013 “Quando os donos da mordaza falam”, Rev. Habitus/IFCS-UFRJ; LIMA, 2015 “Masculinidades e Cuidado: um relato antropológico sobre o Grupo de Autores em Manaus”, in: WIGGERS Raquel; LIMA, Natã Souza. “Abuso e exploração sexual: notas para um debate multidisciplinar”, Ed. Valer, Manaus, 2015.

que atuam no sistema de garantias, tratando-as como incapazes de lidar com “coisas mais pesadas”.

Contudo, as mulheres são maioria entre as profissionais da Rede de Proteção a Criança e ao Adolescente, e nos demais órgãos de proteção aos crimes de gênero no Brasil. Elas lidam cotidianamente com “coisas pesadas” que seriam aqui impossíveis de descrever.

A postura profissional das psicólogas e assistentes sociais é a ancora que lhes capacita para enfrentar diferentes situações, de acordo com suas afinidades profissionais. Vi n’A *Doutora* essa postura, que independente das desigualdades vivenciadas por sua posição nas relações de gênero, respaldava sua ação no *Grupo*.

O *Grupo de Autores* funcionava atendendo homens que foram acusados de violência sexual de crianças e adolescentes. Em alguns casos esses homens foram denunciados, noutros, fizeram eles próprios a denúncia. Mesmo assim, a investigação de um caso de violência sexual – principalmente sem flagrante – pode demorar muito tempo e não conseguir reunir as provas necessárias da materialidade do crime. A denúncia não significa a punição dos crimes.

Casos desse tipo são a maioria entre as denúncias que chegam ao sistema de proteção de crianças e adolescentes, portanto, o atendimento aos autores de violência sexual contra crianças e adolescentes foi pensado como uma forma de monitoramento de homens que cometeram essas violências e uma estratégia de “interromper o ciclo da violência” por meio dos autores.

1.1 . O sistema de proteção e o Grupo de Autores

O lugar de pertencimento do Grupo de Autores parece nebuloso. Ao mesmo tempo em que está no sistema de garantias de direitos de crianças e adolescentes (espaço legal e formalizado) é **invisível**, se **é visível** **é marginal** ou **não aceito**, pois homens adultos que cometeram crimes contra crianças e adolescentes não são o público específico desse sistema.

O CREAS funciona utilizando como referência o PAEFI, um programa de atendimento especializado aos integrantes da família da vítima, na perspectiva do eixo vítima-agressor. Nesse contexto, em que a maioria dos casos de violência sexual é intrafamiliar, os autores da violência também devem ser incorporados no atendimento psicossocial, pelo menos na triagem – a etapa de entrada o serviço oferecido pelo

CREAS. Nos casos de violência sexual extrafamiliar, ainda existe o esforço de atendimento para os autores da violência, mesmo que seja bem mais difícil alcançá-los, e que as formas práticas de resolução sejam diferentes dos casos de violência sexual intrafamiliar, como já foi exposto.

A partir do atendimento feito com o autor da violência na triagem, o sujeito era convidado pela equipe do CREAS para participar de uma reunião do *Grupo de Autores*. Na primeira reunião de um autor, lhe eram explicadas as regras do contrato entre os membros: do sigilo, função de cada um dos membros não-autores, do comparecimento voluntário e quinzenal às reuniões, do respeito ao tempo de fala de cada um dos membros e uso dos termos “autor” como referência para os membros do *Grupo*.

Apenas homens participavam do *Grupo de Autores*, pois mulheres nunca chegaram para esse atendimento em seus oito anos de existência. É bastante raro encontrar denúncias formais de mulheres autoras de violência. Ainda que existam casos, geralmente são de mulheres inseridas como cúmplices ou omissas em relação a uma violência sexual cometida por um homem. Existiram nesse período uns poucos casos de mulheres autoras de violência sexual contra crianças pré-púberes, que eram acompanhados diretamente pela Vara Especializada em Crimes Contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes.

As questões que envolvem a abordagem para homens acusados de violência sexual são polêmicas. Nos casos de estupro (a violência sexual contra adultos) a abordagem é meramente legal, com o autor da violência enquadrado nas penas previstas no código penal, artigo VI, com alterações da lei 12.015/2009, dos crimes contra a dignidade sexual.

Em casos de violência contra crianças e adolescentes, a resolução 169/2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que dispõe sobre a proteção dos direitos de crianças e adolescentes em atendimento por órgãos e entidades do Sistema de Garantia de Direitos, afirma em seu artigo 4º que “em situações de violência envolvendo criança ou adolescente *deverão ser incluídos na análise dos casos a escuta dos supostos autores da violência*, dos familiares ou dos responsáveis pela criança ou adolescente”. Em seguida, em parágrafo único a mesma resolução afirma que “Aos autores da violência contra criança ou adolescente, quando couber, *deverá ser garantido tratamento especializado que os ajudem a romper com o ciclo da violência*”. Esses artigos não tratam especificamente dos acusados de violência sexual,

mas de quaisquer violações à dignidade da criança ou adolescente. A resolução tampouco indica alternativas de atendimento para acusados de violência.

1.2 . Quem trabalhava no Grupo de Autores?

É importante destacar a abrangência de diferentes instrumentos teóricos, postos em relação, nos modelos de atendimento, que podem ser (ou não) “gestados e geridos” pelo Estado (Souza Lima, 2005). Etnografias recentes sobre grupos reflexivos tendem a demonstrar que existem tensões entre formas de conceber e selecionar o que é importante nesses atendimentos para homens autores de violência de gênero. Essa diferença de prioridades não é apenas burocrática, ou seja, não está restrita à forma de como os profissionais agem nos órgãos públicos de atendimento ou aos seus interesses na repartição. Elas também são distintas disciplinarmente, demonstrando que, além de haver múltiplos interesses em jogo nos órgãos de Estado, ou dissidências decorrentes das burocracias, há diferenças de percepção originadas na formação acadêmica dos agentes de Estado.

Penso que, fazer uma etnografia das instituições de Estado, considerando apenas a burocracia como elemento formador das congruências e dissidências entre os agentes de estado, deixando de lado outros “porquês” que orientam a ação dos sujeitos, significa cair na ideia de que o Estado instrumentaliza seus agentes *por si*, sem explicações ou fontes racionais que baseiem sua ação. É a construção de uma ideia de Estado mecânico, com uma racionalidade limitada aos modos de operar, quando na verdade há um aparato científico denso por trás de toda ação do Estado, quando na verdade, as/os profissionais que atuam nas redes de proteção à criança e ao adolescente, ou nas secretarias de políticas para as mulheres, têm formação superior, fazem mestrado, doutorado, cursos de capacitação no Brasil e exterior, em constante diálogo por meio de fóruns e associações nacionais e internacionais, sendo também informadas, por suas associações profissionais.

Aliás, os grupos reflexivos são majoritariamente formados por equipes com profissionais de três grandes áreas do conhecimento, Psicologia, Serviço Social e Direito, com fortes conselhos profissionais, todos com posições nas comissões e conselhos de Estado. A legitimação burocrática não é concedida, como parece, ao sujeito que é agente do Estado, mas à entidade profissional da qual esse sujeito faz

parte. Nesse sentido, há, além de uma legitimidade funcional da repartição pública, uma legitimidade estruturante das relações que concebem a política total do Estado, em relação financeira, política e burocrática com essas associações e conselhos profissionais. Nas palavras de Souza Lima (2006),

“(…) estatizam-se plenamente funções em aparelhos de governo, constituindo-se um corpo de especialistas em “problemas sociais” variados, capazes de desenvolver uma “pedagogia dos lugares certos”. Na verdade, mantém-se a autonomia relativa de redes sociais pouco integradas a dispositivos de poder centralizados, ao absorvê-las como seus quadros, numa espécie de franquia da administração pública central e da ideia de nacional.”[grifo meu].

Mesmo não sendo um modelo de atendimento proposto por qualquer esfera do Estado, o *Grupo de Autores* teve a formação de sua equipe bastante influenciada por profissionais das áreas que predominam como “especialistas em problemas sociais” do Brasil. Como já foi dito, o *Grupo de Autores* foi criado por uma psicóloga, e teve entre os membros de sua equipe dois psicólogos assistentes (em momentos diferentes), um estudante de Serviço Social, que também atuava como estagiário do CREAS. O Grupo também recebia algum suporte de uma psicóloga e de uma advogada, ambas profissionais do CREAS.

Assim como os que buscavam o *Grupo de Autores* como participantes, a equipe de profissionais que constituía era voluntária.

Cada profissional voluntário que atuava no *Grupo* era motivado por interesses diversos. Nesse quesito, o interesse norteador entre nós era o d’A *Doutora*, a psicóloga fundadora do Grupo de Autores. Ela tinha como missão, prestar um atendimento voluntário para pessoas acusadas de violência sexual contra crianças e adolescentes, visando interromper, por meio dos abusadores, o ciclo de violência sexual.

Essa que chamo aqui de *A Doutora* é uma mulher negra, psicóloga do Amazonas há muitos anos, uma senhora que quase sempre usava roupas claras, cabelo curto e cacheado. Decidiu fazer o Grupo de Autores depois de ouvir o relato de uma criança de seis anos, vítima de contínuas violência cometidas por um parente próximo, que não era afastado do convívio familiar, nem punido. Nada acontecia com ele. Nada aconteceria, como não acontece na maioria dos casos de violência sexual. *A Doutora* conta que saiu da conversa com a criança pensando “isso não funciona mais, isso não dá jeito [apenas a

atenção à vítima]”, foi quando lhe surgiu a ideia de criar um grupo para atender os *agressores*.

A *Doutora* acionava respeitabilidade, ainda que numa ocasião ou outra fosse enfrentada, ou esnobada por um *autor*, sua postura era sempre muito combativa, enfática, mas ao mesmo tempo uma postura de *liderança carismática*. Das (2008) afirma de líderes carismáticos não seriam os portadores de uma autoridade tradicional ou racional-legal, mas se dariam por meio de três características: i) seu reconhecimento como um ser extraordinário; ii) capacidade de conferir imunidade; iii) faz convite à transformação do mundo. Ainda acrescenta que a mensagem da liderança carismática tem um caráter extraordinariamente aberto.

Após a criação do *Grupo de Autores*, somou-se à *Doutora* um estudante de psicologia, homem mais velho, quase da idade dos primeiros membros do *Grupo*. Eu não o conheci, pois desligou-se das atividades do grupo ao fim da graduação, mas ouvi muito falar dele, que parecia ter a simpatia de *Rei Salomão*. Um estudante de Serviço Social, que também era estagiário do CREAS, foi inserido no *Grupo* naquele mesmo período, mas pediu para exercer outra função institucional pois não se adaptou ao conteúdo das reuniões.

Por três meses outro estudante de psicologia passou a participar paulatinamente das reuniões do *Grupo de Autores*, para cumprimento do estágio institucional requerido pelo seu curso. Após o período de estágio ele parou de frequentar as reuniões. Porém, logo após o início de minha participação nas reuniões do *Grupo de Autores*, ele retornou como voluntário com a função de dar uma assistência para *A Doutora*.

Eu fui o último membro adicionado à equipe que fez parte do *Grupo de Autores*, em 2012, após ter sido selecionado como bolsista de um projeto de extensão universitária que visava uma “colaboração antropológica para o CREAS” e era coordenado pela professora Raquel Wiggers e fazia parte das ações do Azulilás. O projeto funcionava quase em fluxo contínuo, tendo passado por ele várias alunas, que de alguma forma, estabeleceram uma relação muito específica com o CREAS. Além disso, o projeto funcionava como um meio de estabelecer reciprocidade com o CREAS. Iam cartilhas, capacitações, e retornavam alguns dados, acesso a documentos e a possibilidade de assistir alguns dos atendimentos que eram realizados ali. Havia interesse sobre o *Grupo de Autores*. Queríamos saber como funcionava o atendimento psicossocial realizado

para acusados de violência sexual, e a entrada de um homem na equipe do projeto poderia facilitar as coisas – até porque nenhuma das demais participantes do projeto parecia à vontade sobre realizar essa empreitada.

Outros homens não-autores passaram pelo *Grupo* como profissionais, todos com formação em psicologia. A forma de trabalho dos psicólogos lhes permitia fazer comentários durante as falas dos membros do grupo. Creio que essa atuação não fosse restrita a profissão deles, mas era a forma mais corriqueira de abordagem. Eu optei por elaborar uma atuação no grupo que pudesse construir apontamentos minimamente concretos no contexto de todas aquelas falas, que nem sempre eram disciplinadas, ordenadas, ou faziam referência ao mesmo tema. Obviamente, essa atuação foi influenciada pela observação participante, mas precisou de indicações reflexivas que fossem mais rápidas do que as que podem ser elaboradas no momento de “escrita de gabinete” proposto por Roberto Cardoso de Oliveira, como descreverei no capítulo 2. Além disso, minha ação era pública no *Grupo*. Olhar, ouvir e escrever eram correlatos e instantâneos que precisavam resultar em atos de fala ou de confrontação, e para dar conta do meu trabalho (e manter a eficácia da minha presença) optei por sintetizar sempre minhas anotações no caderno de campo, escrevendo ao lado das descrições rápidas, um resumo ou termo que me desse possibilidade de construir uma relação com assuntos que fossem falados e anotados depois. Com o tempo passei a fechar as reuniões do grupo de autores com uma síntese da reunião. A partir do segundo ano de trabalho de campo, comecei a relacionar falas de uma reunião com assuntos debatidos em reuniões anteriores.

Por fim, quando apenas eu e *A Doutora* sobramos como membros da equipe do *Grupo de Autores*, nós dois intercalávamos a responsabilidade pela reunião.

1.3 . A metodologia de atendimento

O *Grupo de Autores* tem sua primeira metodologia apoiada na abordagem psicanalítica, mas essa abordagem não deu certo. *A Doutora* decidiu não limitar a metodologia de atendimento em uma abordagem, preferindo somar teorias e sentir como as falas e comportamentos dos sujeitos repercutiam na técnica.

A abordagem terapêutica passou a utilizar com mais ênfase o Psicodrama², sem uso demasiado da *performance* proposta por Moreno, mas enfatizando a noção de “papel”. Há bastante uso de performatividade teatral no psicodrama, com objetivo de fazer todos os atores da terapia simularem diferentes papéis. Esses diferentes papéis podem ser entendidos como “possibilidades de ação” apresentadas ao indivíduo. A noção de papel, que é o ponto central do psicodrama, foi aproveitada como o cerne das discussões do *Grupo de Autores*.

As reuniões do *Grupo de Autores* ocorriam pela manhã, começando as oito horas, até 2013. A partir desse ano, mudamos de horário porque alguns membros do Grupo não podiam mais comparecer, e em 2014 e 2015 passamos a iniciar as reuniões às quatorze horas da tarde. Essas reuniões ocorriam geralmente nas sextas-feiras, numa sala do CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) de Manaus.

Nós chegávamos ao CREAS em horários diferentes e havia sempre alguma empolgação no encontro, geralmente no saguão. Cada um de nós vinha de um lugar diferente da cidade. Manaus é grande e quase tudo é muito distante. Quem vinha de ônibus, como era o meu caso e o de *Rei Salomão*, tinha que sair cedo de casa, descer numa rua paralela a do CREAS e ir a pé até o prédio. Uma vez encontrei com *Rei Salomão* após a saída da reunião, na mesma parada em que eu iria esperar o ônibus. Fiquei bastante desconfortável, sem saber muito o que fazer, mas ele se aproximou para conversar. Depois desse episódio, quando eu não subia após as reuniões para falar com as profissionais do CREAS, íamos juntos à parada de ônibus.

1.4 As posições na reunião

As cadeiras que utilizamos na reunião são compartilhadas entre as salas de atendimento e eu ou a psicóloga que chegamos mais cedo, colhemos cadeiras em outras salas e as organizamos em círculo. Todas as cadeiras são diferentes entre si, apenas uma é boa e confortável - o assento da psicóloga - as demais são desconfortáveis ou quebradas. As cadeiras ficam dispostas formando um círculo, sempre possibilitando que ficássemos de frente uns aos outros, e ao mesmo tempo, do lado de alguém. O círculo formatava uma

² O psicodrama é uma abordagem da psicologia que foi elaborada por Jacob Levy Moreno, após suas frustrações com a Psicanálise. Teve início num Teatro em Viena, no dia 1º de Abril de 1921 em *performance* do próprio Moreno, que tinha como objetivo transformar os espectadores em atores da cena.

equivalência entre os participantes. Permitia que todos, enquanto falavam, pudessem ser vistos.

As posições em que cada um sentava variavam bastante. Geralmente, a psicóloga sentava-se numa posição paralela a porta da sala. Eu sempre buscava sentar entre dois autores, raramente sentando ao lado d'A *Doutora*, para não causar uma impressão de “acúmulo de poder num só canto da sala”. *Chefe* e *Rei Salomão*, que eram os mais velhos, geralmente sentavam perto um do outro. *Chefe* e *Rei Salomão* sentam perto um do outro, e eu tendia a ficar perto de *Magistri* ou *Major*, quando não ficava entre ambos. Quando comparecia algum psicólogo assistente às reuniões, ele sentava próximo a psicóloga. Quando ela não vai o psicólogo assistente senta em sua cadeira. Eu sempre evitei usar a cadeira em que *A Doutor* sentava. Parecia haver uma representação sobre ela, principalmente quando arrumávamos a sala para o início das reuniões, e algum membro do *Grupo de Autores*, afirmava, “aqui a cadeira d'A *Doutora*.” Quando íamos eu e os membros do *Grupo de Autores*, a tendência era de que a cadeira tida como mais confortável, usualmente ocupada pel'A *Doutora*, ficasse vazia.

Cada um tinha sua vez de falar e esse momento deveria ser respeitado, o que nem sempre acontecia. No fim de cada fala dos autores a psicóloga fazia algum comentário ou pedia que outro autor comentasse a fala do colega.

1.5 Artefatos da infância

As salas do CREAS geralmente tinham alguns objetos que remetiam à uma ideia de infância. Essa era uma estratégia de tornar o ambiente menos tenso, já que a maioria de casos atendidos no CREAS era de violência sexual contra crianças e adolescentes. Vale ressaltar que o ambiente do CREAS não era em hipótese alguma pensado para o atendimento aos membros do Grupo.

Os dados sobre violência sexual no Amazonas demonstram que há uma predominância de vítimas entre 0 e 7 anos de idade, portanto, esse público e seus familiares (na maioria das vezes mulheres) compunham uma maioria dentre as pessoas que circulavam pelo CREAS. A prioridade central era o atendimento das famílias das vítimas, na perspectiva dos membros familiares que apoiavam a vítima da violação.

A circulação dos homens que faziam parte do *Grupo de Autores* nas dependências do CREAS era restrita às sextas-feiras, nos horários das reuniões. Isso foi acordado entre a equipe do *Grupo de Autores* e a coordenação do CREAS. Nas sextas em que havia reunião, ninguém agendava atendimentos para as crianças, com algumas exceções.

Aliás a presença de crianças no mesmo ambiente dos frequentadores do *Grupo de Autores* causava muita tensão. Certa vez chegamos eu e *Rei Salomão* para uma reunião do grupo, um pouco antes das oito horas. A sala que usávamos não estava aberta e ficamos esperando sentados na recepção até que *A Doutora* chegasse. Poucos minutos depois um garoto de cerca de 6 ou 7 anos saiu da sala que ficava ao lado na nossa, atrás da parede onde ficavam as cadeiras em que estávamos sentados. O menino graciosamente, sentou ao meu lado e de imediato eu vi o semblante de *Rei Salomão* mudar, incomodado. O abuso do qual *Rei Salomão* havia sido acusado fora contra um menino de idade semelhante à da criança que se sentou ao meu lado, portanto, seu incomodo era muito plausível naquela circunstância.

A recepcionista do CREAS pareceu apavorada quando se deu conta da cena e perguntou, mesmo sabendo a resposta, se estávamos esperando *A Doutora* e qual sala usaríamos. Instantes depois uma psicóloga do CREAS apareceu na recepção e me perguntou entredentes, “mano, pelo amor de Deus quem botou esse menino aí?!”. Falei que o menino tinha saído da sala atrás de nós e que estávamos esperando “nossa” sala ficar livre, assim como as cadeiras que seriam usadas na reunião. A psicóloga levou o menino para o segundo andar, e a recepcionista abriu a sala (que já estava aberta) para que entrássemos.

Não haviam cadeiras suficientes para que todos os participantes esperados na reunião pudessem sentar. Os brinquedos da sala em que estávamos estavam espalhados, uma boneca de pano na cadeira menor e quebrada. *Rei Salomão* puxou a cadeira comumente usada por *A Doutora*, detrás de uma mesa e disse “essa é a d’*A Doutora*”, eu retirei a boneca da cadeira quebrada e a coloquei ao lado dessa cadeira.

Nos entreolhamos e vimos que era necessário entrar na sala ao lado, de onde havia saído o menino, onde ao abrimos a porta, nos deparamos com os rastros do menino: brinquedos espalhados pela sala, lápis de cor, papéis, cadeiras infantis e mesinhas de desenhar. *Rei Salomão* não quis entrar, ficou esperando que eu lhe passasse pela porta as cadeiras que levaria. Nesse momento *Major* chega e começa a nos ajudar. Ele entra

comigo na sala e continuamos a arrumar o círculo da conversa que ocorreria mais tarde. Rei Salomão dispõe sua pastinha de documentos e livros no chão, e fica à espera.

Muitas vezes *A Doutora* ressaltava a presença dos brinquedos na sala, as vezes alguns falavam do que isso remetia, mas a presença dos vestígios das crianças que frequentavam o CREAS, em sua maioria vítimas de abusadores como os que estavam presentes nas reuniões do *Grupo de Autores*, causava incômodo e produzia cenas estranhas, onde falas sobre violência, desejo, culpa ou mesmo relatos das violências cometidas, contrastavam com bonecas, carrinhos, ursos coloridos e um tiro ao alvo lúdico que fazia menção às partes do corpo das crianças, que teriam sido tocadas no ato violento.

Esses rastros das crianças, dos múltiplos significados que esses signos da infância produziam, causavam um incômodo que só era amenizado naqueles que com o tempo de vivência em grupo refaziam sua relação com o universo infantil.

1.6 A prece

Geralmente chegávamos ao CREAS em horários diferentes e em nosso encontro, conversamos sobre diversos assuntos. A agitação do trânsito da cidade, das atividades e responsabilidades que temos lá fora, compõem sensações mistas, revividas e comentadas. Na conversa, os sentimentos do cotidiano são mutuamente abrandados. É nesse momento que fazemos uma prece.

Todas as reuniões do *Grupo de Autores* tinham uma prece inicial e outra no encerramento. Essa etapa foi adicionada com a chegada de *Rei Salomão*, o segundo membro da história do *Grupo de Autores*. Ele é evangélico e quando foi acusado de abuso sexual contra o filho do filho da esposa, disse, entre outros argumentos, que foi tentado por forças sobrenaturais para o ato violento.

Essa não é uma justificativa incomum para a violência sexual. Uma das partes do livro “Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do Conhecimento”, organizado por Maria Amélia Azevedo e Viviani Guerra, publicado nos anos 90, se dedicava a mostrar o problema do uso de crianças em rituais, classificados pelos autores como “mágico/satânicos”, envolvendo desde maus-tratos à assassinatos e estupros de crianças como penitência ou sacrifício. As recorrências do motivo místico religioso como

justificativa para a violência sexual tem uma história, feita tanto das lendas das comunidades rurais e dos processos de transição para as cidades, que figuravam o imaginário popular, até práticas concretas de violências contra crianças em rituais. Não pretendo me aprofundar em fazer uma arqueologia da presença de motivos mágicos/religiosos em torno das violações de crianças, mas apontar que tal explicação tem uma base histórica para ser usada. Do mesmo modo, vemos a presença das igrejas cristãs e outros movimentos religiosos em torno de um ativismo religioso pela proteção à infância, por meio de associações, Redes e organizações não governamentais.

Na terapia psicossocial, quando um sujeito traz muitas noções de sua crença religiosa para a interação terapêutica, é sugerido que o psicólogo crie estratégias a fim de estabelecer um limite para as falas e explicações norteadas por crenças religiosas, como era o caso. Assim, *A Doutora* propôs que, no início e no fim de cada reunião, todos no grupo fizessem uma prece que é conduzida por algum participante da reunião, sem especificidade de crença ou matriz religiosa. Os outros participantes respeitam os códigos que são estabelecidos pelo orador. Essas orações delimitariam simbolicamente a reunião do *Grupo de Autores*, como tempo/espaço em que as *forças sobrenaturais* de Rei Salomão estariam impedidas de operar.

Contudo o significado da prece nas reuniões do *Grupo de Autores* foi ampliado para além de seu propósito no método terapêutico. Por mais que o método busque o afastamento das *forças sobrenaturais*, há entre essas *forças* aquelas que são negadas e as que são atraídas. Obviamente na prece se pede algo para alguém, um ser ou vários deles com condições de intervir, e se não, de pelo menos compreender os sentimentos humanos. Pina Cabral, numa análise da tese inacabada de Marcel Mauss sobre a prece, afirma brilhantemente que

“se os deuses respondem é porque os deuses entendem e, se entendem, é porque sabem o que é a minha alegria e o meu sofrimento. Ora, se eles partilham desses paradigmas afetivos é porque, em muitos aspectos, partilham da minha condição.”

Mauss afirma que “falando pede-se um favor”, e isso não era diferente nas preces do *Grupo de Autores*. Nossos pedidos eram dirigidos à alguém e, especialmente as orações dos *autoresdo Grupo*, falavam muitas vezes das angústias de sua condição, do alívio sentido após a conversa na reunião, pedindo que cada um conseguisse cumprir as tarefas

recomendadas, que dessem conta de melhorar o desempenho de seus papéis sociais e que dali fossemos todos bem e em paz para nossas casas.

Ao conter as explicações sobrenaturais por meio da prece, *A Doutora*, exercia o poder de controlar as vozes dos espíritos indesejados que vinham *de fora* do Grupo. Ao mesmo tempo, fornecia aos *autores* a segurança de eles poderem falar das violências cometidas, respeitando todos os seus processos, direcionando e colaborando coletivamente para a construção das noções de *cuidado* e estendendo sua *liderança carismática* (Das, 2008) à membros do Grupo que buscavam ampliar sua realização noutros contextos.

Entre as preces, a psicóloga perguntava como havia sido a semana e pedia que os *autores* falassem sobre alguma tarefa, que foi sugerida e deveria ter sido realizada no período de intervalo entre uma reunião e outra. As tarefas mais constantes foram “exercitar e se deixar ser cuidado”, em que os autores tinham de ceder um pouco no controle dos outros, observar os vários “papéis” exercidos na vida como na família, no trabalho, entre os amigos, etc.; “se perdoar”, “tomar uma atitude em relação a vida”, “exercer cuidado” também foram temas bastante recorrentes, especificamente para alguns membros do Grupo de Autores.

Houve uma situação em que não fizemos a prece no início. Nesse dia estávamos com problemas envolvendo alguns membros, e as conversas que vinham de fora tinham de fazer parte daquelas que teríamos no grupo. A tensão foi gerada pela notícia de que *Chefe* havia recebido a primeira intimação da justiça, situação que até ali, nenhum dos nossos membros tinha passado. O assunto correu primeiro pelo telefone durante a semana, e todos já chegaram à reunião sabendo do ocorrido, cada um opinando sobre como deveríamos encarar a situação.

A prece final foi conduzida por *Chefe*, que estava aflito sobre o que poderia ocorrer consigo nos próximos dias. Nessa situação a prece, gerada como símbolo da ruptura com o sobrenatural para o funcionamento da reunião, exerceu valor simbólico de relação com os deuses, quando *Chefe* e seus pares, reunidos pelo mesmo problema, buscaram além de nós – a psicóloga e o antropólogo – ajuda e paz para seus dilemas.

1.7 Cuidado e Automatismo

Percebi pela primeira vez a noção de cuidado, durante uma das reuniões do Grupo de Autores, quando já estava acompanhando o grupo por seis meses, a partir de uma tarefa designada pela psicóloga aos membros do Grupo. A atividade consistia em estabelecer formas de cuidar e ser cuidado, nos diversos espaços do cotidiano, entre os 14 dias até a próxima reunião.

A noção de cuidado foi sendo desdobrada a partir disso. Apareceu como termo chave, com muitos significados, nas reuniões que viriam a seguir. Meu esforço até certo ponto foi de sistematizar que significados eram acionados quando se falava em “cuidado”, e como essa categoria foi sendo construída em oposição à noção de “automatismo”.

A noção de cuidado é uma categoria de *relação* e que positiva (+) as representações sobre família, masculinidades, gênero e sexualidade. Para pensar *cuidado* como categoria positiva estou me inspirando na análise estrutural de Claude Lévi-Strauss, distinguindo aspectos da narrativa analisada, entre positivos (+) e negativos (-). A oposição estrutural nesse caso não busca tecer valores de verdade, realidade ou moralizantes, mas de compreender como estruturalmente os sujeitos estabelecem, em sociedade, suas posições em oposições. Pensando na posição, agora social, que os sujeitos atendidos pelo Grupo de Autores, ocupam, considerando a dinâmica dessa posição, me aproximo também das teses de Mary Douglas e Judith Butler, que acionam uma terceira via, intersticial da dicotomia positivo-negativo estruturalista. Douglas, por um lado me ajuda a identificar esses sujeitos como perigosos, nebulosos, marginais, abjetos. Butler me é útil no questionamento sobre como tornar sujeitos abjetos, em sujeitos que importam, como construtores de novas formas de significar a vida social.

Ao passo que o cuidado aparece como uma noção positiva, ele é acionado em oposição à noção de *automatismo*, categoria de *dominação* e negativa (-). Essa categoria é construída pelo grupo da mesma forma que a categoria de *cuidado*, com variados modos de representação, acionados em relação à outro conjunto de elementos da vida social, ligados à prática, ao trabalho, à força viril, ao que pode ser tomado como artificial. O *automatismo* é a ação do homem debaixo do capitalismo, com pouca maleabilidade, que repete movimentos/ações e tem percepções pré-dadas sobre a vida social.

O problema do *automatismo* é que ele está engendrado nos sujeitos. Recuperando a fala de Chefe sobre essa noção, estar sob o *automatismo* significa que “quando a gente menos espera já agiu no automático, sem pensar”. Seria então o *automatismo* a ausência

do pensamento, da lógica? Obviamente não. Podemos classificar o *automatismo* como uma lógica/pensamento não reflexivo, em oposição ao *cuidado*, pensamento reflexivo.

Outro aspecto importante dessas categorias, é seu modo de disposição em relação à outras noções/categorias/conceitos que fazem o cotidiano. Ao passo que o *cuidado* é sempre acionado como uma categoria “em relação”, o *automatismo* é sempre acionado como uma categoria de “dominação³”.

Penso que no caso da minha pesquisa, ela aparece produzindo teorias sobre dois momentos, que remetem à experiências (no passado) e expectativas (no futuro). O cuidado do tempo presente, pode ser pensado como aquele que é narrado discursivamente, e nessas narrativas constrói uma história e uma utopia do *vir-a-ser*.

Ao contrário do *cuidado* o *automatismo* tem uma profundidade histórica, possível de ser controlada e afastada pelo *cuidado*, mas não deixa de existir, como uma possibilidade, após a intervenção da noção de *cuidado*. Ao passo que *cuidado* é elaborado como uma descoberta humana, o *automatismo* é tecido como sendo *tudo que já existe*.

No quadro abaixo vemos como ambas categorias são acionadas e organizam as lógicas dos membros do Grupo de Autores:

	CUIDADO (+)	AUTOMATISMO (-)
Se estabelece por...	Relação	Dominação
Temporalidade	Surge de um “evento”	Tem profundidade histórica
É produzido...	Reflexivamente	Estruturalmente

Mais ainda, creio que a beleza dessa categoria está na elaboração coletiva sobre novas possibilidades “de ser”, que passam tanto pelas sugestões e desafios impostos pela psicóloga, quando pelas estratégias e reflexões dos homens que participavam do *Grupo de Autores*.

1.8 O encerramento

³ Aqui me refiro à “dominação” estrutural e universal, não àquela apontada como relacional nos estudos de gênero dos anos 90. No capítulo 3 essa diferença será trabalhada.

Em 2013 fizemos uma festa de confraternização no fim do ano, e até as profissionais do CREAS foram convidadas para a festinha. Agiam nervosamente na interação com os membros do Grupo de Autores, o mesmo receio que eu tive nas minhas primeiras interações com eles. No ano seguinte, quando retornamos e fui conversar com a coordenadora do CREAS sobre um caso, lembro que ao me reapresentar para as profissionais – que podiam ser novas ou não, dada a imprevisibilidade das contratações da prefeitura, que até 2014 eram feitas por meio de processos seletivos simplificados – elas falaram empolgadas de suas experiências durante a confraternização com os membros do Grupo de Autores, impressionadas que eles eram simpáticos e bem *normais*.

Essa empolgação, vi morrer aos poucos. Um a um, fomos deixando de ir às reuniões, principalmente quando o CREAS deixou de ser um lugar acolhedor, quando a sala foi cada vez mais deixando de ser nossa, quando o ônibus ficou cada vez mais escasso, o clima intenso do verão manauara ardendo em nossa pele, parados nos carros ou coletivos, engarrafados na cidade. Em 2014 tivemos uma reunião cuja primeira meia hora foi permeada de falas odiosas à cidade. Não tinha quem não reclamasse. Já tínhamos passado para o horário das 14 hs, e após o meio dia em Outubro, Manaus queima. A sala, que não era nossa, mas era, estava ocupada com outro atendimento. Emergencialmente, eu e *A Doutora* separamos uma sala vazia, cujo ar condicionado demorava para esfriar.

Rei Salomão estava vermelho. Mais vermelho do que todos nós. Suava muito, enquanto dizia que tinha saído de casa as 10 horas para estar ali, às 14. Todos nós estávamos indignados com a cidade, com o trânsito, com o calor, mas havia em nós alguma revolta latente por não estarmos na “nossa sala”. Ninguém falou disso, mas foi o estopim em silêncio. Me impressionou que Rei Salomão esbravejasse. Ele não era disso, falava alto por ser meio surdo, mas não era de esbravejar ou indignar-se por muita coisa. Muito mudou nele desde que entrou no Grupo de Autores, quando era dono da frase “só perde quem tem”. (Diário de Campo, Outubro de 2014)

O primeiro momento de encerramento do Grupo de Autores ocorreu em 2015. Fizemos algumas reuniões fora do CREAS, principalmente no consultório d’*A Doutora*. Em 2016 após algumas tentativas frustradas, concordamos que as reuniões do Grupo estavam “oficialmente” encerradas. Sempre falamos em retomar o grupo. Os autores nos procuram, eles ainda têm nossos contatos, mandam mensagens as vezes, na

tentativa de retornar ao apoio que tínhamos. A *Doutora* está mais engajada nas atividades do consultório e dá aulas no curso de psicologia de uma faculdade em Manaus.

Durante a pesquisa, houveram algumas tentativas, convites de alguns órgãos e esforços de articulação para a criação de outros grupos de atendimento para autores de violência sexual, no formato do Grupo de Autores, mas nada concreto.

CAPÍTULO 2 - ENTRE MUNDOS DE SENTIDO

“...li naqueles apontamentos a seguinte frase: “Será que mais do que brigar, não deveria eu dedicar-me a elucidar?” Eis talvez a minha primeira percepção da tarefa do antropólogo!”

- Roberto Cardoso de Oliveira (2010)

Minha relação com os membros do *Grupo de Autores* não era subjetivamente fácil. Feita de “altos e baixos”, como são as relações, com momentos felizes, tristes, tensos, irritantes, tediosos ou de empolgação, que não ocorriam linearmente, como eu gostaria, dos piores sentimentos para os melhores, mas se davam conforme as vidas e interesses de cada um se cruzava.

As impressões no momento da pesquisa de campo não são as mesmas que tenho hoje, ao olhar os diários e recordar das situações vividas com eles. No começo da pesquisa, havia uma tensão em mim, que posso descrever agora como medo de estar ali, insegurança sobre o que fazer no grupo, ser novo no ambiente e o mais jovem entre todos. O que me manteve naquele início foi a curiosidade e a vontade de fazer alguma coisa nova, tanto para mim, quando para essa proposta de “olhar tangencial sobre a violência” que envolvia nossas pesquisas no *Azulilás*. Esse interesse foi sendo modificado desde as pesquisas iniciais da graduação em Ciências Sociais.

Sempre tive um interesse central de compreender como o *Grupo de Autores* funcionava. Mas esse interesse norteador, até certo momento das reflexões sobre o Grupo, era envolvido por alguns pontos de vista em cada momento da experiência de campo.

O primeiro ponto de vista que adotei foi buscar motivações da violência. O que aqueles homens narravam sobre a violência e o que podia ser adquirido em termos de material etnográfico sobre as experiências de terem sido autores da violência sexual. Adotar essa perspectiva de análise, durante meu primeiro ano de pesquisa no *Grupo*, me fez ter bastante recusa sobre aceitar outros envolvimento com os membros do grupo, que fossem além daqueles que ocorriam nas reuniões.

No começo eu sentia muito desconforto nas situações em que eles pareciam entrar em aspectos mais pessoais da minha vida. Alguns meses depois de minha entrada no grupo eles começaram a me telefonar durante a semana, para conversar sobre a vida. Eu

particularmente não sabia o que dizer, esperava que eles falassem de si, mas evitava falar de mim – ou me reduzia aos aspectos mais práticos do cotidiano. Isso foi mudando principalmente depois que li um texto de Claudia Fonseca, “Quando cada caso não é um caso”, em que ela menciona suas críticas a um estudante de doutorado, que na observação participante no cotidiano de idosos, optou por manter uma neutralidade cartesiana diante dos momentos de interação emocional e subjetiva com seus interlocutores. Percebi que para avançar e descobrir meus próprios interesses de pesquisa a partir do Grupo de Autores eu precisava entrar verdadeiramente naquela relação.

O laço mais estreito, fora do *Grupo de Autores*, estabeleci com *Rei Salomão*, *Chefe* e *Magistri*. Eu tinha uma boa relação com *Major*, mas nossas conversas eram mais restritas aos encontros no CREAS, onde falávamos sobre nossos cursos de graduação, eu nas Ciências Sociais e ele na História, na Universidade Federal do Amazonas. Nós estudávamos em horários diferentes e nunca nos esbarramos na universidade, até mesmo porque Major já não tinha matérias todos os dias, e sua vida acadêmica estava complicada por conta das missões nas Forças Armadas.

Uma vez ele me contou detalhes de uma missão sua, de combate ao narcotráfico na fronteira. Ele descrevia principalmente a tensão, o isolamento, e naquele momento estava muito preocupado com a brevidade da vida – a mãe estava doente no Sul do Brasil, ele faria uma cirurgia nos rins quando voltasse.

Ele entendia um pouco a minha proposta antropológica a partir do *Grupo de Autores*, e era bem curioso sobre a forma de como eu fui conduzindo minha função nas reuniões. Era muito esperto e rápido para contrapor falas, com intervenções polemicas algumas vezes.

Os três outros membros me ligavam e às vezes falavam de marcar uma conversa pra tomar coca-cola, o que nunca ocorreu por incompatibilidade das agendas, e esse convite enfático no tipo de bebida, vinha sempre do *Chefe*, que dizia *posso até ir no bar pra acompanhar, mas vou pedir uma coca-cola*. Ele tinha enfrentado problemas com alcoolismo quando era mais jovem e parar de consumir álcool foi uma das suas iniciativas após a participação no *Grupo de Autores*.

Magistri era o que mais telefonava, principalmente de tarde, durante a semana. Primeiro perguntava se a reunião do Grupo estava confirmada. Depois falávamos um pouco da

vida, ele mencionava sempre sua esposa, ou alguma reunião do grupo de casais da pastoral católica. Algumas vezes ele mandava apenas SMS, porém quem mais fazia isso era Rei Salomão, sempre com alguma mensagem motivacional, *oi, boa semana*, ou algum versículo da bíblia.

Quando surgiu o *Whatsapp* – sim, nós vivemos o surgimento do aplicativo – eles começaram a mandar áudios e mensagens por lá. As ligações acabaram nesse tempo. O último áudio que recebi foi de Rei Salomão, me desejando boa páscoa nesse ano e dizendo que se eu precisasse de alguma entrevista, podia chamá-lo a qualquer hora.

Mas, como afirmei acima, essa relação não era de cordialidade e alegria sempre.

Muitas vezes, principalmente no início da pesquisa com o Grupo de Autores eu fui algumas vezes colocado numa posição naquela relação com os *autores*, em que eles não hesitavam tecer comentários sobre mim que beiravam a jocosidade, ou situações em que eu era usado como um instrumento para auxiliar narrativas de violência.

A forma jocosa que beirava a hostilidade, funcionava como um meio de tecer sociabilidade entre homens de gerações diferentes. Eu era o mais novo dentre todos as pessoas que participavam do *Grupo de Autores*, e em muitos momentos de minha aproximação com os sujeitos, isso era posto em destaque. *Rei Salomão* era o que mais reificava isso, quando me chamava de *menino* nos meses iniciais da pesquisa. O termo menino foi utilizado por *Rei Salomão*, durante todas as nossas conversas, para referir-se à três pessoas: ao “menino traquino” do qual abusara; à um dos filhos, para qualificá-lo como “menino mal”; e a mim, chamado de “menino” nos primeiros seis meses, até então, sem adjetivo complementar. Essa forma muito específica de falar sobre mim, estava vinculada tanto à nossa diferença, quando a uma posição na qual ele me colocava, como se eu estivesse passando por um longo teste no qual ele me classificaria ao fim.

Essa sociabilidade as vezes ocorria com piadas que falavam de sexo ou sobre mulheres, feitas por membros com menos tempo no *Grupo de Autores*, sendo, às vezes, censurados ou criticados por membros mais antigos, principalmente *Chefe*. *Rei Salomão*, não era lá um piadista, mas adorava contar histórias de sua vida e tinha muitos desses relatos interrompidos por outros membros do Grupo e até mesmo por algum assistente da psicóloga. Quando nos falou de uma relação sexual que teve na juventude, enquanto trabalhava nas roças do tio que morava no interior do Amazonas, foi

interrompido com várias piadas e risos dos membros mais novos, sobre não ter televisão na época, e sobre o sexo ser uma forma de distração do rapaz que morava no campo.

Eu não compartilhava desse mesmo tipo de humor e mantinha minhas feições neutras em relação a tais temas, permanecendo o tempo todo muito mais interessado em descrever e refletir sobre como cada um encenava, naqueles momentos, suas falas sobre sexo ou sobre as mulheres, quem ria, quem censurava, e que tipo de piada era feita para causar constrangimento nos demais (principalmente eu e a psicóloga).

Enquanto a maioria dos membros do *Grupo de Autores* deslizava nas piadas, ou criava situações de descontração, que em alguns casos tinha efeito contrário, *Chefe* levava tudo bastante a sério durante as reuniões. Ele demonstrava um grande respeito pela *Doutora*, tratava os demais como colegas, mas sua relação inicial comigo não era baseada em grandes expectativas, tendo deixado bastante claro em nossa primeira conversa que eu poderia estar ali nas reuniões, desde que minha pesquisa tornasse o *Grupo de Autores* conhecido, e para isso bastava que eu falasse para alguém da sua existência.

Contudo, estava claro entre os membros do *Grupo* que eu não podia ajudar-lhes com as leis, tampouco com algum documento que lhes assegurasse avanço, melhora, alta. Eles não sabiam ao certo, nem se interessavam muito por saber, o que é um antropólogo e o que ele faz; não se importavam se eu escreveria sobre eles, se da minha experiência ali sairia um artigo, livro ou tese. Nesses primeiros meses, uma fala de *Chefe* deixou claro o que “*no papel cabe qualquer coisa. Eu vejo no jornal as vezes o que colocam. Compro um jornal diferente do outro pra comparar, e muitas vezes a mesma pessoa é culpada, acusada sem nem ter provas. Eu não acredito em papel não.*”.

Algumas reuniões depois *Chefe* retomou a conversa sobre credibilidade e confiança. Começou a contar que havia começado a procurar *coisas de psicologia* e nisso, começara a ler um livro chamado “*O corpo fala*” que dizia quais eram as demonstrações físicas para medo, confiança, desprezo, e etc. Estava ao lado da *Doutora* e virou-se para mim, dizendo, “*no livro falava que é muito importante ver pra onde a pessoa olha. Que se a pessoa não olha nos seus olhos, se o olho desvia, significa que a pessoa está mentindo, que não é de confiança*”.

Eu sou estrábico, então provavelmente em alguns momentos durante as reuniões, algum dos meus olhos desviava. Na época, eu não fazia com tanta frequência os exercícios

para controle da musculatura ocular, então, em momentos de nervosismo, irritação, comuns à pesquisa de campo, ocorria algum desvio do meu olhar. *Chefe* estava falando para mim e sobre meus olhos. *A Doutora* tentou convencê-lo de que o tipo de material no qual ele estava se baseando, nem sempre acerta, e que nós precisamos compreender as pessoas além das aparências. Mas a mensagem que ficou foi a de que *Chefe* não me achava confiável, pois eu não era capaz de lhe olhar como um igual.

Muitas coisas me foram informadas nas entrelinhas, em falas que enfatizavam alguns temas, seguidas de olhares certos dos meus interlocutores. Outra situação marcante em que isso ocorreu, se deu quando decidi ir à uma das reuniões com uma camisa rosa. Não achei que a camisa fosse causar tanto incômodo, mas até certo ponto eu estava testando que impressões esses homens tinham/teriam sobre mim. Cheguei à reunião com uma calça jeans clara, camisa rosada com alguns detalhes em tons rosa claro e brancos, calçando sapatos azuis que conversavam com o resto do *look*. Sentei ao lado de *Rei Salomão*, que sempre ia às reuniões com alguma camisa de botão, nesse dia, de cor azul, calça cinza e cinto preto. Cruzei as pernas, colocando o bloco de anotações sobre a coxa e percebi que *Rei Salomão* me olhava da cabeça aos pés. Nesse dia ele interrompeu quase todas as falas - ele fazia isso quando ficava incomodado com alguma coisa.

Enquanto outro membro do *Grupo* falava sobre um telefonema que recebera da mãe, *Rei Salomão* começou a falar paralelamente com *Magistri*, que estava do meu outro lado, sobre práticas de caça no interior, e que para isso deixavam os cães com fome pra ajudar a caçar na mata. O assunto do qual ele falava era bastante fora de contexto, e no meio da história, contada em direção à *Magistri*, comigo no meio, *Rei Salomão* fala num tom muito mais alto do que o usado no resto da conversa, desviando seu olhar, de *Magistri* para mim: “*porque lá em Parintins, viado a gente mata é com tiro no meio da cabeça, num precisa de cachorro não*”. Com a interrupção quase gritada por *Rei Salomão*, esse então se torna o assunto de toda a roda.

Chefe pergunta do que eles estavam falando e *Rei Salomão* reconta toda a história, finalizando mais uma vez com a forma diferenciada de matar *viados* nas caçadas de sua terra, apontando para o meio da testa com o dedo indicador ao dizer “*testa*”, e me encarando mais uma vez ao dizer “*viado*”.

Depois disso a conversa muda. *Chefe* começa a falar da esposa, contando que ela tem uma forma de se vestir diferente da sua, que ele gosta de andar mais arrumado, com

camisas de botão, bem passadas, que era assim desde moço e nunca mudou o estilo. A conversa flui com comentários sobre a forma de como *Chefe* e *Rei Salomão* se vestem, ambos com as camisetas de botão, um pouco mais formais, e de como cada um tem uma forma específica de escolher suas roupas.

Quando a reunião acaba, *Rei Salomão* pergunta se eu vou pegar o ônibus na mesma parada que a sua, que ficava uma rua depois do Creas. Eu digo que “sim” e saímos juntos na mesma direção, conversando sobre coisas aleatórias no caminho, ele falando muito mais do eu, principalmente sobre dois livros religiosos que estava lendo. Na parada, o ônibus dele passa primeiro. *Rei Salomão* segue seu rumo e eu fico esperando por mais algum tempo a linha 122, para ir ao terminal do bairro da Cachoeirinha, onde eu pegaria mais um ônibus para rumo à UFAM, como geralmente fazia na minha rotina após as reuniões.

Entro no 122 quase vazio e noto que a maioria das cadeiras das janelas estão molhadas. Havia chovido de manhã e provavelmente ninguém fechou as janelas. Para não molhar minha calça jeans azul, nem minha camiseta rosa, sento numa cadeira do lado do corredor, próximo à cobradora do ônibus. Na parada seguinte um homem de meia idade entra e passa pela catraca. Ele fica em pé ao meu lado por um tempo, mesmo com o ônibus quase vazio. Eu não me importo, mas num certo momento começo a sentir o que pareciam ser as coxas do homem, sendo passadas propositalmente no meu ombro. Ao olhar para ele, notei que sorria, que havia aberto o zíper da calça, e que eu estava sendo molestado naquele momento. Fiquei paralisado por uns instantes até ouvir a cobradora do ônibus gritar com o homem “Ei seu velho safado! Para de fazer isso com o *menino!*”. Com os gritos, as poucas pessoas que estavam sentadas na parte da frente do ônibus viraram para ver o que ocorria. O homem puxou a corda de parada, e desceu logo em seguida.

Ainda absorvendo a situação ocorrida, ouvi a cobradora me chamar, “ei, tu num percebeu o que ele tava fazendo não?”. Lhe expliquei que tinha notado alguma coisa, e que quando vi que o homem estava *mesmo* passando o pênis em mim, fiquei sem ação. Ela me falou assim “mano, deus me livre olha, esses homem tudo tarado, quando eu vi eu gritei logo”.

Agradei.

Essa foi uma sequência de eventos que informaram sobre minha aparência frágil, desigual, inferior, infantil e feminilizada. Eu não via isso como um problema, mas notei que as características que estava adotando para me definir no mundo, se mostravam como obstáculos para o trabalho que eu precisava executar. O episódio do ônibus foi decisivo. Eu sabia que não tinha culpa, mas entendi que haviam *porquês* que ultrapassavam a “tara” dos homens, mencionada pela cobradora: eu estava sendo feminino demais, *menino* demais.

2.1 (Fe)menino e encenando violências

Os antropólogos têm certa *habitué* em negociar a imagem e performatividade que adotam, segundo o contexto do campo de pesquisa. *Olhar*, como sugere Roberto Cardoso de Oliveira, passa sobretudo pela ambientação do antropólogo entre os sujeitos. Como sentar, como falar, com quem conversar, que tipo de roupas vestir, para onde olhar, o que não pode ser visto, são um conjunto de percepções e pressuposições que permeiam a descoberta do campo.

Essa descoberta está muito relacionada a ideia de que o antropólogo deve adotar uma postura igualitária na relação com os sujeitos. O primeiro contato é narrado como um encontro, uma descoberta, permeada por desconfortos e esforços de adequação, tanto do pesquisador quanto dos sujeitos. A observação participante, com fins à construção da alteridade na antropologia, parte da necessidade de o antropólogo aproximar-se o máximo possível do *outro*, reafirmando que para o antropólogo é muito importante a manutenção de uma relação igualitária com os sujeitos da pesquisa. Cardoso (2006), apontando para o problema do “poder” do pesquisador sobre o “informante”, ressaltando críticas como a de Michel Foucault sobre “poder” unilateral da ciência Ocidental, aconselha que o antropólogo deve buscar uma postura “dialógica” com os sujeitos de suas pesquisas, que

“(…) faz com que os horizontes semânticos em confronto - do pesquisador e do nativo - abram-se um ao outro, de maneira a transformar um tal confronto em um verdadeiro ‘encontro etnográfico’. Cria um espaço semântico partilhado por ambos interlocutores, graças ao qual pode ocorrer aquela ‘fusão de horizontes’ - como os hermeneutas chamariam esse espaço -, desde que o pesquisador tenha a habilidade de ouvir o nativo e por ele ser

igualmente ouvido, encenando formalmente um diálogo entre ‘iguais’”.

Exemplos do sucesso desse método não faltam. Miguel Vale de Almeida, antropólogo português, na introdução de “Senhores de Si”, livro que resultou de sua pesquisa de doutorado com homens de Pardais, numa cidade ao Sul de Portugal, afirma que se interessava por estudar práticas associadas à “masculinidade hegemônica” pois essas eram formas de ser homem estranhas a si mesmo⁴, um “objeto de espanto, o exótico, o ‘Outro’ a tentar compreender” (Almeida, 1995).

Descrevendo seu método de aproximação dos sujeitos, Almeida (1995) narra que passou a frequentar os lugares que os homens heterossexuais da cidade frequentavam. Com a impossibilidade de trabalhar nas pedreiras, focou principalmente os bares e borracharias, abordando esses homens a partir de códigos masculinos, que denomina como “hegemônicos”, observados em campo, buscando prestar atenção no discurso e na performatividade.

Discurso e performatividade, associados ao “olhar” e “ouvir”, parecem cruciais para compor um conjunto de “faculdades ou *atos cognitivos*” (Oliveira, 2006) necessário ao envolvimento do antropólogo com os sujeitos, com fins à produção da igualdade no diálogo entre pesquisador e informantes.

Essa aproximação, equalizada conforme às necessidades de cada caso, pode ser percebida por meio de algumas pesquisas que apresentam relatos explícitos sobre a necessidade de performar, em campo, como os sujeitos o fazem. Em “À meia luz – uma etnografia imprópria de clubes de sexo masculinos”, tese de Camilo Braz (2010), vemos a oscilação entre jeitos de vestir-se e de estar nu. Em sua primeira inserção no tema, ao entrar pela primeira vez num cinema pornô gay, Braz (2010) conta que era visto com desconfiança pelos frequentadores do *cinemão*. Depois, o antropólogo descobre que suas roupas e trejeitos o denunciavam como alguém que não pertencia àquele lugar, frequentado por uma maioria de homens entre 30 e 60 anos, vestidos com roupas mais formais, com trejeitos e códigos mais “discretos” (em oposição aos trejeitos mais “efeminados” do pesquisador). No mesmo universo de pesquisa, Braz percebe diferentes formas de *se vestir* ou de performar, como em sua primeira vez num clube de sexo, onde teria de ficar seminu como os demais homens. Tomando a *diferença* como

⁴Nesse sentido Almeida (1995) se coloca na relação de alteridade, como sujeito que pensa a si mesmo e participa de uma masculinidade subalterna, “não heterossexual”.

uma categoria para refletir sobre jeitos diversos de *ser* nos clubes de sexo, que oscilavam também entre (como) estar vestido e (como) estar nu.

O estranhamento e a proximidade entre antropólogo e seus interlocutores passa, portanto, pela imagem, no recíproco ato de *olhar*, que aciona, como já sugere Braz (2010), igualdade, diferença e poder.

Outro exemplo dessa equalização na interação em campo é demonstrado por Taniele Rui (2015) em sua tese “Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack”. Suas descrições do encontro com os usuários de crack, situados principalmente na *crackolândia* são marcadas por relatos da aparência dos sujeitos. Isso se deve a importância que *olhar* para os corpos dos usuários, em trânsito por São Paulo (SP) e Campinas (SP), marcados pelo consumo do crack, pela condição de desabrigados, pela limpeza/sujeira dos corpos e dos espaços, teve para a construção do argumento de sua tese, que busca refletir sobre a posição abjeta que esses corpos ocupam nas duas cidades, e numa forma de conceber o espaço, de representar pureza e perigo. Como descreve, transitar por esses espaços causava constrangimentos tanto aos sujeitos quanto à antropóloga, dada a diferença entre os corpos de ambos/as, o limiar em sujeira e limpeza, como fica notório no trecho a seguir:

“A alteridade é, em boa parte, dada pela sujeira. Ao longo da pesquisa, muito do sentimento de vergonha demonstrado por mim e pelos usuários, expresso no silêncio rápido, mas constrangedor, no desviar de olhos, num certo embaraço, estava ligado ao fato de eu estar limpa. Não poucas vezes, quando estendia a mão para cumprimentá-los, ouvia de volta o pedido de desculpas, quase de recusa, por estarem sujas, seguido de uma mão que se juntava à minha de forma bastante tímida.” (Taniele Rui, 2015)

A antropóloga afirma em seguida, que de forma inconsciente foi modificando suas roupas para ir à campo. Passa a usar roupas mais gastas, deixa de usar perfume, não lava os cabelos nos dias de campo, e opta por tênis ao invés de sapatos.

Essas descrições da adequação dos antropólogos em campo são muito ricas e tendem a demonstrar nosso esforço em estabelecer uma troca, dialógica e mais igualitária possível, com nossos interlocutores. Mas, trazendo essas descrições, quero apontar para o momento de *equalização* da igualdade/diferença entre antropólogo e sujeitos da pesquisa. Parece-me que em certa medida, nosso diálogo com os interlocutores, pretendendo à horizontalização da relação, parte de um *continuum* entre superioridade e

igualdade como, forma de diminuir o peso do poder científico que é atribuído à nossa ação, desde o momento da coleta de dados até a escrita etnográfica.

Uma discussão semelhante já é feita em torno da pesquisa antropológica com sujeitos/interlocutores de grupos não subalternos, ou quando exercem uma influência política superior à nossa, propondo que existem dois eixos de análise, do ponto de vista do antropólogo, “para cima” e “para baixo” (Fonseca, 2008). Enfatizando a necessidade de olhar “para cima”, Latour, nas palavras de Fonseca (2005 apud 2008), afirma que “nossos nativos não precisam gostar do que dizemos deles, mas não temos como evitar escutar e aprender com as críticas que fazem ao nosso trabalho.”.

Em meu caso, os primeiros meses de pesquisa não tiveram uma negociação para a igualdade, na relação com os sujeitos, visto que, como descrevi acima, eles não me percebiam como dotado de poderes capazes de tornar nossa conversa igualitária. Estávamos em posição de diferença. Eu era pesquisador em tempo de *teste*, como alguns deles me diziam, classificado como incapaz de olhar nos olhos e *menino*, como Rei Salomão como sempre enfatizava.

Mesmo assim, havia uma *diferença-subordinação* que me colocava com alguém possível de relação. Primeiro, porque estando *em teste* eu poderia mudar meu status de confiabilidade com os *autores*. Segundo, porque essa posição lhes permitia falar de coisas que não eram mencionadas na relação com *A Doutora*.

Entre as primeiras reuniões do meu período de *teste* no *Grupo de Autores*, um homem chegou à porta da sala, acompanhado por uma das psicólogas do Creas. “Esse aqui é *Novato*, ele veio conhecer o *grupo*, (dirigindo-se ao *Novato*) pode entrar e ficar à vontade que *A Doutora* e os demais vão te explicar direitinho como funciona, tá?”. Só havia uma cadeira vazia, ao meu lado, onde o *Novato* acabou sentando. *A Doutora* lhe explicou rapidamente como funcionavam as reuniões, mas assim que pausou sua fala para suspirar, o *Novato* rapidamente começou a falar dos absurdos pelos quais já passara após a acusação de abuso sexual contra a enteada. Enquanto falava, Chefe e Rei Salomão, ainda que ouvissem com atenção, se entrelhavam observando suspeição na fala do *Novato*. Algumas vezes Rei Salomão ria discretamente, e Chefe remexia-se na cadeira, incomodado.

O *Novato* as vezes pegava no meu braço enquanto falava, e isso se tornou mais incomodo quando falou que não era a primeira vez que lhe acusavam sem provas, pois

já tinha sido preso, cerca de três anos antes, sob acusação de ter assassinado a esposa e a filha de um ano com golpes de faca. *“Imagine se eu ia matar minha filha de um ano? Se eu ia matar uma criança, ainda mais minha filha? Encontraram as duas furada, o corpo todo furado em casa, mas não conseguiram provar que fui eu. Tem que ter muito sangue-frio”*, me falou olhando fixamente, meu braço preso a sua mão, como se pedisse enfaticamente para que eu olhasse os tais *“onze golpes”* golpes da faca imaginária em seu punho, desferidos contra o próprio corpo, metáfora dos corpos da primeira mulher e da filha.

Senti a mudança da amistosidade na sala. *Major*, sentado ao meu lado, suspira profundo ao ver e ouvir o relato do *Novato* que continua a nos contar sua saga de três anos – do assassinato da primeira família até a composição da nova relação. *“Fiquei muito tempo sem mulher. Um ano só fazendo aquela coisa feia (ilustrou um movimento masturbatório com o punho cerrado, fazendo um movimento vertical em si mesmo). Depois não aguentava mais e arrumei essa mulher. Agora deu nisso e ficam inventando essas mentiras aí de que eu fiz coisa com a menina. Jamais que eu faria uma coisa feia dessa...”*.

Situações como essa se repetiram em outras ocasiões de pesquisa com homens em contextos de violência, fora do Grupo de Autores. Numa entrevista para uma pesquisa da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), com um delegado-geral da polícia civil no interior de Rondônia, perguntava sobre a quantidade de armas e os procedimentos de abordagem realizados pela polícia local, ao que ele puxou a própria arma do suporte na calça, retirou as balas, mostrando quantas haviam, recolocou-as e apontou o cano da arma para mim e para outro pesquisador - um rapaz negro um pouco mais velho do que eu que tinha 21 anos na época - que me acompanhava, dizendo *“vocês têm que ter cuidado com essas perguntas pra não saírem daqui num caixão”*. Em seguida deitou a arma, com o cano virado para nós, sobre a mesa. Continuei a entrevista apesar do ocorrido, mas meu colega pesquisador não conseguiu mais anotar nada sobre a conversa.

Noutra situação, durante uma visita para um projeto de extensão universitária à um Centro de Apoio Psicossocial em Manaus, um dos usuários do sistema de saúde mental, sentado ao meu lado numa roda de conversa, comentava sobre os benefícios do serviço ofertado naquele órgão, que antes, quando não tomava os remédios uma voz lhe falava

pra matar todo mundo ali da sala, “pegar uma faca e matar todo mundo, começando por aqui (apontou para mim)”.

Em ocasiões onde organizei grupos para homens acusados de violência doméstica, prestando apoio ao sistema judiciário, discursos semelhantes ocorreram. No primeiro encontro, um policial militar, enquadrado na Lei Maria da Penha, descreveu como hipoteticamente seria fácil matar a esposa e quem necessário fosse. Encenando comigo – quando eu já estava muito mais experiente em *ver* e *ouvir* relatos de violência de gênero – o policial-agressor demonstrou com punho um revólver, ilustração que nada parecia com a que as crianças fazem quando brincam de *polícia e ladrão*, mas encarnada de movimentos usados por quem trabalha operando armas de fogo, peito inflado, ombros arqueados para trás, cabeça erguida, mãos unidas fazendo o corpo do hipotético revólver, que mantinha indicado para mim, enquanto falava que era fácil pegar uma arma e matar a ex-mulher, mas que ele não faria isso, para não ser preso e sujar sua conduta, que dizia ser de histórico ilibado, na polícia amazonense.

Com esse conjunto de descrições, busco refletir sobre a importância dos momentos que parecem sair do controle, em interação com os sujeitos, na pesquisa de campo. Mesmo que no Grupo de Autores, em situações pontuais ou no meu período de *teste*, alguns deles me pusessem numa posição de *diferença-subordinação*, essa configuração parece necessária, e até corriqueira, nas interações que envolvem homens com acesso à violência, situações em que esse é o tema a ser discutido. Geralmente quando as pessoas descrevem seus desejos de fazer algum mal, ou dissimulam vontades que não são imediatamente suas, elas usam a si mesmas ou alguém como sujeito da descrição. Nesses casos parece haver a necessidade de quem ocupe nas encenações uma posição inferior nas relações de poder. Pensando na diferença com categoria que inspira essa análise, vale lembrar Brah (2010), salientando que existem posições estruturais da diferença, e acrescento, da *diferença-subalternidade*, que serão ocupadas por sujeitos com o conjunto de marcadores encaixáveis em tais posições. Lidar com performatividades e discursos na interação com homens que praticaram violência, me pareceu exigir exercer uma função de sujeito hipotético do ato violento, sempre em situações de contato primário entre o antropólogo e seus interlocutores.

Assim, como Taniele Rui (2015) fez em relação às roupas e limpeza, em sua pesquisa com usuários de *crack* em São Paulo, precisei fazer, conscientemente, mudanças na

imagem e na performatividade, buscando alcançar outra posição no Grupo de Autores, sair da fase de *teste*.

Todas as minhas roupas eram sempre bastante coloridas. Aqui ou ali, tinha umas camisas azuis neutras e duas camisas polo que eu detestava. Com essas roupas, passei a ir às reuniões do Grupo de Autores, às vezes num combo de virilidade heterossexual bem encenada: camisa polo, calça jeans e um tênis que não combinava em nada com o resto da roupa. Estranhamente eu não precisava forçar nada para ser *masculino*. Não era uma forma de agir que eu precisasse aprender, só me deixava um pouco menos feliz ter que sair de casa com uma camisa polo marrom café.

Parei de tirar a barba na tentativa de reduzir os vestígios do *menino* ao qual *Rei Salomão* sempre se referia. Negociar minha imagem não surtiria um efeito imediato, mas somada à uma postura mais assertiva nas reuniões, essa mudança me possibilitaria novas descobertas, sendo importante não apenas para que eu permanecesse no *Grupo de Autores*, mas para que pudesse comparar as reações dos membros às minhas diferentes posturas. Além disso, ser *menino* por um tempo me mostrou que a equalização da *diferença-subalternidade* para à igualdade na relação com os sujeitos, era importante para *ver* performatividades e *ouvir* relatos sobre violência.

2.2 De *menino* à *jovem pesquisador*

Havia àquela altura, além da questão de ser chamado de *menino* e da preocupação com a cristalização desse *status* sobre mim, algo que me inquietava bastante: como construir uma colaboração antropológica a partir da minha ação no *Grupo de Autores*. Nos primeiros meses de *teste*, *A Doutora* me pedia para falar alguma coisa no fim da reunião e em resposta eu fazia uma fala que relacionava os temas gerais da conversa no dia. Esse foi o ponto de partida para que eu elaborasse um *trabalho do antropólogo* no meio de um atendimento psicossocial para acusados de violência sexual contra crianças e adolescentes, permeado de fazeres e perspectivas profissionais distantes da minha.

Com o tempo, fui aprimorando essa participação. Já sabendo que falaria no final, preparava algumas comparações entre reuniões, entre falas ditas noutros momentos, apontando quais eram os rumos, mudanças e temas principais do *Grupo de Autores*. Minhas intervenções foram ganhando mais corpo e agilidade, de tal modo que minhas

cadernetas, além de servirem como rascunho do que mais tarde seria meu diário de campo, tinham pequenos textos ou tabelas desenhadas à mão, destacando repetições de temas, assuntos novos, continuidades e contradições para cada sujeito do *Grupo* e para o rumo dele todo. Assim, fui ganhando mais confiança para falar, não apenas no fim, mas no decorrer de cada reunião. Quando percebi que precisava me abrir mais do Grupo de Autores, falar da minha vida, para que eles me falassem da sua, as conversas fluíam, mesmo que na caderneta eu tivesse um conjunto de assuntos para cada *autor*. Com isso, fui desenvolvendo simpatias e liberdades para falar sobre temas íntimos com meus colegas de Grupo, em momentos, que como já descrevi no início deste capítulo, ultrapassavam o espaço do Creas, dividindo sentimentos, dúvidas e estados de espírito por meio de ligações, mensagens e encontros casuais.

Aos poucos, os *autores* começaram a se importar com as coisas escritas. *Rei Salomão* as vezes tentava bisbilhotar meu caderno, enquanto alguém falava e eu escrevia, mas minha técnica considerava sua curiosidade e tudo foi registrado a lápis ou grafite, sem muita força na mão, para que ele não lesse. Quando chegávamos no fim das reuniões os membros do *Grupo de Autores* se ajeitavam nas cadeiras, para ouvir o que eu ia concluir e só em seguida fazíamos a prece final. Eles vibravam quando eu apontava que havia ocorrido alguma mudança positiva no discurso, quando eu ressaltava alguma ação deles que me parecia fascinante, como ocorreu quando contei para *Chefe* que seu quadro diário onde descrevia ações boas e ruins em seus papéis cotidianos, se assemelhava o proposto no método estrutural de Claude Lévi-Strauss, lhe explicando que “foi um antropólogo super-importante”, ao que ele sorria me respondendo que teve a ideia sozinho e que na sua casa ninguém entendia muito porque usar o quadro. Também ficavam bem quietos quando eu indicava retrocessos, apontava afirmações que precisavam ser repensadas, ou que as intenções de algumas ações talvez fossem mais significativas de negação ou culpa, ao invés do *cuidado* que eles buscavam. Foi esse o caso quando *Chefe* nos falou que queria pagar alguns cursos para a neta, criança contra quem havia cometido violência sexual, e tanto eu quanto outros membros do *Grupo de Autores* lhe indagamos o que de fato ele pretendia com isso.

A saída dos psicólogos auxiliares d’A *Doutora*, e minha continuidade no *Grupo*, com tais avanços, tornaram-se úteis para o funcionamento do *Grupo de Autores* no CREAS. A *Doutora* começou a ter problemas para comparecer às reuniões. Depois de certo tempo, ela também passou a confiar em mim, e aos poucos, quando se fazia necessário,

eu coordenava as reuniões do *Grupo*. Essa também foi uma forma de percebermos o que eles falavam para cada um de nós e se haviam assuntos que não eram falados na presença dela.

Minha colaboração com o trabalho desenvolvido pela *Doutora* se dava numa parceria interdisciplinar. Eu não tinha uma visão *psi* do *Grupo* ou dos *autores*, e meus comentários não pretendiam isso. Essa se tornou uma diferença de modos de fazer o *Grupo* e pensar sobre os *autores*, colaborativa e produtiva, na medida que meu *olhar disciplinado* pela antropologia mostrava, no longo intervalo de tempo pesquisado, as contribuições do *Grupo de Autores*, sua forma distinta dos demais grupos reflexivos para homens acusados de violência no Brasil, e o alcance dos objetivos que a metodologia pretendia.

Quando elaborei a sistematização das quatro etapas de desenvolvimento dos *autores* no *Grupo*, o fiz com base no que vi, nas anotações e a partir dessa imersão. Foi um modo de pensar como aquele grupo construía e reconfigurava coletivamente, discursos e performatividades de ser homem, fazer família, parentesco, e relações de gênero.

Minha escrita não se deu apenas nos dois momentos que Geertz e Roberto Cardoso de Oliveira distinguem como “estar lá” e “estar aqui”. Minha caderneta de campo, e as sistematizações dos diários de campo deveriam produzir uma escrita devolutiva, de modo que, escrever um texto sobre uma reunião, era também escrever um texto sobre outro, construindo uma cadeia de eventos e impressões maleáveis sobre temas, conversas e sujeitos.

A escrita despontava no *Grupo de Autores*, não apenas como necessária para uma produção teórica, mas como uma demanda prática, que tocava aspectos da vida dos membros do *Grupo de Autores*, bem como das pessoas envolvidas nos casos que cada *autor* suscitava. Tratava-se de produzir discussões sobre temas que colaborassem com o objetivo do grupo, que considerassem uma tradução eficaz da leitura antropológica da vida social, para uma linguagem prática e praticável na vida daquelas pessoas.

Isso não requer apenas um esforço tradução da linguagem, mas de perceber o que cada grupo ou sujeito consegue alcançar em termos praticáveis. Tal esforço exige uma dupla habilidade: a de conhecer bem grupos e sujeitos que será alcançado por tal dialógica teórico-prática (o que implica em saber ouvir os sujeitos), ter um domínio teórico do conteúdo a ser produzido – que significa conhecer o encaixe das perspectivas teóricas,

das intersecções e conseguir prever em alguma medida como a essa dialogia irá repercutir na ação dos sujeitos, considerando que a história é feita de palavras (significados) e conceitos que transformam o mundo ou operam na sua manutenção.

Em certa medida, os momentos de escrita se confundiam, excetuando o momento em que escrevo esse texto final que você lê. Os membros do *Grupo* participavam do meu cotidiano de trabalho acadêmico e eu sempre lhes informava quando ia escrever algum artigo para apresentação em congressos e torciam quando o evento era fora de Manaus. Em 2013 participei de três eventos científicos seguidos, o Encontro Norte-Nordeste da Associação Brasileira de Antropologia, em Fortaleza/CE, o Fazendo Gênero 10, em Florianópolis/SC, e o Congresso Internacional da Associação Mexicana de Estudos do Gênero dos Homens, em Puerto Vallarta/Jalisco, México. Durante o período desses eventos não pude ir às reuniões pois as datas coincidiam. Quando retornei à Manaus e ao *Grupo de Autores*, todos estavam na expectativa de saber sobre as viagens, sobre os trabalhos e *Chefe* ficava feliz porque finalmente *estavam ouvindo falar deles*. O mesmo sentimento de partilha desse fazer acadêmico se deu quando recebi o prêmio de Melhor Discente bolsista de Ciências Humanas no Congresso de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas. Esse modo contínuo de escrita que o *Grupo de Autores* exigia, me proporcionou um bom acúmulo de experiência acadêmica, de como me manter instigado, buscando fazer conexões entre coisas. Foi um período muito rico, um encontro que possibilitou a mim e a eles, tecer novas práticas e perspectivas teóricas sobre o tema tão duro que nos aproximava.

Minha metodologia no *Grupo de Autores* adotou uma posição claramente interventiva. Não se tratava, e nem poderia, de apenas observar e anotar, mas de *agir* enquanto conhecia (Oliveira, 2010). Numa discussão sobre ética na antropologia, Roberto Cardoso de Oliveira discute o papel do antropólogo na *ação*. A ação ou prática, para o autor, não significa a mesma coisa que uma intervenção contínua. Os exemplos que aponta, de uma antropologia da ação, tendem a parecer episódios de interação mais interventiva durante a pesquisa antropológica. Contudo, Oliveira (2010) aponta uma posição interessante para a antropologia numa relação ética com temas, grupos, sujeitos, em arenas de disputa, a do antropólogo como mediador entre diferentes interesses, ou diferentes lógicas de perceber o mundo.

Na relação com o *Grupo de Autores*, exerci um papel mediador em dois sentidos. Primeiro, junto com *A Doutora*, numa mediação entre as lógicas dos sujeitos, agrupadas

no eixo “automatismo” e lógicas elaboradas no *Grupo de Autores*, agrupadas no eixo “cuidado”. Passava também por mediar a relação entre essas duas lógicas, saber equalizar *subalternidade-diferença* e igualdade. Segundo, que essa mediação se dava na relação entre o *Grupo de Autores* e interesses externos. Dessa forma, eu participava muito mais do funcionamento do *Grupo de Autores* e colaborava também no diálogo com a equipe do Creas, recebendo novos casos, analisando casos que poderiam ou não ser recebidos no *Grupo*, ou reportando, caso necessário, problemas de algum membro do *Grupo* para a equipe do Creas.

Exercendo essa função mediadora, eu me preocupava eu não perder de vista que estava inserido num cenário com interesses múltiplos, que não era circunscrito à relação entre o *Grupo de Autores* e o CREAS. Nesse cenário, haviam famílias de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e, em alguns casos, vítimas e familiares, principalmente mulheres em situação de vulnerabilidade social. Não podia perder de vista que toda *ação* no *Grupo* teria algum impacto mais amplo. Manter-se atento a esses cenários e diferentes contextos, “não nos impede de agir junto aos povos que estudamos, sempre sob o signo da solidariedade – sendo esta solidariedade o modo pelo qual iluminamos o teor de nossa imparcialidade e, esta, sob o signo da justiça. ” (Oliveira, 2010).

Sobre essa posição e seus aspectos éticos, que não deixam de ser formas profissionais de uma ação antropológica, quero apontar dois momentos de *crise* no *Grupo de Autores*, nos quais *agir* foi uma tarefa com pesos morais.

Já nesse novo *status* comecei a notar que *Magistri* estava há duas reuniões sem aparecer (um mês). Comentamos sobre sua ausência nas reuniões e *Chefe* lhe telefonou na semana seguinte à segunda reunião. Após *Chefe* lhe contatar, *Magistri* aparece na reunião dizendo-nos que estava doente numa quinzena e que na outra estava ocupado entregando currículos de trabalho. Perguntei-lhe se havia sido dispensado, já que trabalhava numa escola para jovens e adultos do estado. Ele foi desconversando, dizendo que ainda estava no emprego, mas que ficava muito tempo desocupado pela manhã, que queria mais dinheiro e foi em busca de outro trabalho que se adequasse à sua rotina.

Na medida em que ele foi conversando com os demais, contando sobre como estava envolvido num grupo de casais que estava sendo realizado na paróquia que frequentava,

eu ficava especulando mentalmente sobre o tal trabalho. *Magistri* não poderia mais ensinar numa escola onde houvessem crianças. Ele fora acusado de abusar de pelo menos onze meninas numa escola estadual, aproveitando-se de um reforço extracurricular que oferecia como professor de língua portuguesa. Mesmo que não houvessem conseguido provar os abusos, feitos semanalmente, numa sala em que enfileirava as alunas e lhes apalpava os mamilos, sob ameaça para manutenção do segredo, *Magistri* foi afastado pela secretaria de educação e remanejado para licenciar em escolas onde houvessem apenas jovens e adultos.

Não havia nenhum exame clínico que o classificasse como pedófilo. *A Doutora* não era adepta de qualquer abordagem que fixasse uma classificação sobre os sujeitos, mas todos concordávamos com o fato de que o caso de *Magistri* tinha certas peculiaridades e que seria necessário mantê-lo afastado de trabalhos que envolvessem crianças e/ou pré-adolescentes.

Interrompendo a conversa entre os *autores* decidi perguntar “Então *Magistri* em quais escolas tu deixou o currículo? ”. Ele não me disse o nome das escolas, mas mencionou apenas que eram perto de sua casa. Eu insisti mudando a pergunta, “e as vagas são pro ensino fundamental? ”, e ele me respondeu, “Para o quinto e sétimo ano. Mas eu não sei ainda, porque ainda não assinei o contrato”. “Mas você vai assinar! Em nome de Jesus!”, interrompeu *Rei Salomão* empolgado, enquanto *Major* já me olhava como se soubesse o problema no qual estávamos metidos.

Na verdade, eu não tinha clareza de se aquele era um problema meu. Até que ponto eu deveria me intrometer nessa história? Mesmo que eu estivesse implicado no funcionamento das reuniões, como pesquisador eu corria risco de perder meu informante, ou de abrir um dado feito em condições de pesquisa. Mesmo assim, eu sabia que a hesitação de *Magistri* tinha um motivo. Por mais que ele não estivesse agindo calculadamente, ele havia acordado com a equipe do Grupo de Autores que não deveria dar aulas para crianças, reafirmando o acordo feito pela secretaria de educação. Nas suas primeiras fichas de atendimento, arquivadas no Creas, ele afirmava ter cometido tais atos. Conversei com minha orientadora, Dra. Raquel Wiggers, sobre a questão e ela me disse que eu deveria falar da situação com a psicóloga e deixa-la tomar as providências. Quando falei com *A Doutora*, ela me disse que caso ele realmente assinasse os contratos eu poderia falar com a equipe do Creas, já me avisando também que na reunião seguinte, eu seria mais uma vez o coordenador.

Quinze dias depois, fui para a reunião do Grupo de Autores sem saber ao certo como eu ia *agir*. *Magistri* apareceu e todos queriam saber se o contrato havia sido assinado. Ele confirmou que tudo “tinha dado certo”, e eu secamente lhe perguntei “tu vai dar aula pra qual série?”. Tentou me dissuadir com uma história de que estava incerto sobre a turma e eu lhe disse “Tá, mas isso não tem no contrato que tu ia assinar? Pra qual turma vai ser?”. Respondeu-me “*Quinto ano*” [antiga quarta série, entre 8 e 10 anos], ao que eu argumentei, “Acho que nós vamos precisar conversar com a advogada do Creas sobre isso, porque o acordo que nós temos é de que tu não pode dar aula pra crianças, mas no fim [da reunião] nós vemos isso. ”. *Magistri* saiu da reunião antes que ela acabasse, sem me olhar.

No fim da reunião fui imediatamente conversar com a advogada do Creas que lhe telefonou e falou aos berros, “Tu não pode dar aula nessa escola! Tu não pode dar aula pra criança! Se tu não cancelar esse contrato agora, eu mando a polícia ir atrás de ti. Tu tem um acordo feito aqui e na SEDUC!”.

Esses casos me mostraram o quanto é delicado *agir* enquanto se busca conhecer um grupo, mas o tom ético dessa intervenção segue numa postura próxima à narrada por Mariza Corrêa ao resgatar a história da noção de honra na antropologia, que por muito tempo fomentou o discurso de “legítima defesa da honra”, inocentando homens que haviam assassinado mulheres (parentes ou cônjuges).

Nas situações apresentadas, busquei não perder o horizonte do que Oliveira (2010) chama de meso (ou última) esfera ética, onde o antropólogo deve ser “crítico e reflexivo”, não perdendo de vista que só com “o avanço de valores democráticos que tais crimes, serão gradualmente eliminados do rol dos crimes da humanidade. ”

Em meio a tudo isso, já fazia tempo que *Rei Salomão* não me chamava mais de *menino*, agora era Natã, que participava de uma terapia em grupo consigo e lhe acompanhava quinzenalmente às paradas de ônibus, ou para quem ligava contando que havia emagrecido dez quilos depois de uma dieta rigorosa; ao que mostrava o óculos novo, depois de passar mais de um ano com um óculos antigo e remendado.

Numa quase despedida, quando conversamos sobre a falta de condições para a realização das reuniões no Creas, *Rei Salomão*, que parecia pressentir ser aquele nosso último dia juntos, agradeceu a todos nós: *aqui eu mudei e nunca pensei. Vocês lembram como eu cheguei, principalmente o Chefe e A Doutora, eu era um bicho. Dizia aquele*

negócio de “só perde quem tem”, não dava valor a nada do que era meu. Não sabia o que era meu. Eu aprendi muito aqui e espero continuar aprendendo com vocês. Sou muito grato pela psicologia, pela Doutora, por ter feito esse projeto, senão a gente ficava por aí largado fazendo as mesmas coisa sempre. Eu agradeço a você também Natã, esse jovem pesquisador social, pelas suas falas e porque você persistiu aqui enquanto muitos outros foram embora.

CAPÍTULO 3 - ENREDOS DE GÊNERO E VIOLÊNCIA SEXUAL

*“Se minha música faz apologia ao estupro
prazer, sou o mais novo estuprador, apenas
fiz música da realidade que eu vivo e muitos
brasileiros vivem. Viva a putaria. ”*

- Mc Diguinho, após a retirada de sua música, por apologia ao estupro, em uma plataforma digital.

*“Eu só não te estupro
porque você não merece!”*

- Dep. Federal Jair Messias Bolsonaro à
Dep. Federal Maria do Rosário.

*“Aquele magrinha, a da outra vez...
Me manda ela então. ”*

- Dep. Estadual Fausto Souza (AM)

A violência sexual é um problema que tem sido percebido em todas as camadas da sociedade brasileira. Permeia os discursos de homens em diferentes posições sociais e de poder, que usam dos seus termos e significados como códigos morais de virilidade, incitando outros homens em torno da licenciosidade da violência sexual, de tal modo que seria trabalhoso fazer um levantamento das polemicas recentes envolvendo homens públicos que fizeram apologias ao estupro, ou foram acusados – com investigações demasiadamente rasas e suspeitas – de tais crimes.

Esse conjunto de possibilidades de violência de gênero, que na maioria dos casos, se dá de homens contra mulheres, nos leva ao limite das oposições entre os gêneros, mas indiscutivelmente, a violência sexual é um campo semântico de domínio masculino, atravessado pelos discursos dos homens e suas práticas, e ao mesmo tempo, perpassado por debates teóricos e formas de intervenção, sobretudo do Estado.

3.1 Debates e perspectivas sobre violência sexual no Brasil

Após a morte de Heiellen Saffioti, um debate repleto de faíscas tem sido deixado de lado. Ácida e com boa argumentação teórica, ela talvez fosse a principal defensora da *dominação estrutural do patriarcado*, fazendo frente a um numeroso conjunto de ex-alunas, que em sua maioria, são hoje pesquisadoras em universidades do Norte/Nordeste do Brasil. Essa perspectiva pensa o patriarcado como um sistema de dominação dos homens, “um projeto de poder dos homens” (Saffioti, 2001) para exercer a subordinação de mulheres e crianças.

Narradas pela socióloga como opostas a si, estão uma maioria de pesquisadoras do eixo Sul/Sudeste brasileiro, com peso de orientação antropológica, descentradas em diversos núcleos de pesquisa com perspectivas teóricas diversas, que comenam em refletir sobre as relações de gênero priorizando suas dimensões microssociais e eixos relacionais do gênero, cruzando-os com outros aspectos da vida social marcados pela diferença. É de tal vinculação, a perspectiva teórica que pensa a violência de gênero como fenômeno marcado pela relação, onde “vítima” e “agressor” não são posições cristalizadas, mas configuram-se por meio de relações domésticas, familiares, contextos culturais, produzindo e transformando-se mutuamente.

Grossi (2008) também aponta para existência dessas duas “grandes perspectivas de argumentação teórica”, acrescentando que ambas, mesmo em disputa e discordância, influenciam-se mutuamente⁵. Outro aspecto importante da análise dessas duas perspectivas teóricas sobre violência contra mulher (na primeira perspectiva) ou violência de gênero (na segunda perspectiva), é a diferença das filiações teóricas que influenciam cada uma dessas visões. A perspectiva feminista de Saffioti é influenciada pela teoria marxista de cunho neo-evolucionista, e também se nutre, de certa forma, do estruturalismo francês, no sentido de pensar a dominação masculina como estrutural e universal.

A outra posição, tem influência culturalista, e considera a violência de gênero em seu aspecto relacional, não isolando o polo da mulher (Grossi, 2008)

⁵ Penso que a influência das duas perspectivas entre si, ocorre muito mais na aplicabilidade das políticas de reconhecimento que ambas geram, do que em âmbito teórico.

Outra discussão importante para pensar a violência de gênero é o foco da análise. A perspectiva teórica da *dominação estrutural masculina* tem como foco a denúncia dos modelos patriarcais de dominação e o destaque das violações das mulheres e crianças, a partir das noções de “vítima/resistência”. Nessa abordagem a posição das mulheres é sempre uma posição de resistência, mesmo sendo vítimas de violências. O caminho para a subversão da hegemonia masculina se dá através da “resistência”, que implica em denunciar agressões, evidenciar as posições de mulheres que enfrentam o sistema patriarcal.

No caso da segunda abordagem há um desvio tênue do foco da análise para a forma da relação de violência de gênero e seus modos de resolução. Esse foco aparece pela primeira vez no trabalho de Mariza Corrêa, “Os crimes da paixão”, nos anos 80, onde analisa como o conceito de “legítima defesa da honra” era usado nos tribunais para inocentar homens acusados de assassinato de mulheres nas relações conjugais. Essa perspectiva, que partia das relações de violência conjugal, buscou apontar os equívocos e contradições da lógica fomentada pela noção de “honra” no sistema judiciário brasileiro que levava criminosos à inocência. O trabalho pioneiro de Mariza Corrêa teve impacto entre profissionais do sistema judiciário e, entre outros trabalhos, colaborou para a desconstrução do argumento da “legítima defesa da honra”. A partir de então, pesquisadoras e pesquisadores vinculados à perspectiva *relacional*, produzirão pesquisas voltadas para a compreensão das relações afetivo-conjugais e as lógicas de funcionamento dos meios democráticos de resolução de conflitos.

Grossi (1988 e 2008) aponta a trajetória de seu interesse sobre as denúncias de violência de gênero recebidas no SOS Mulher, entre 1979 e 1982, demonstrando que haviam três frentes discursivas operando em torno da violência contra mulheres: o senso comum, observado a partir de discursos policiais em matérias de jornal; o discurso da lei, que era visto como negativo por conta das lógicas “machistas” de seus agentes, mas percebido como “positivo” quanto à integralidade do sistema legislativo/judicial brasileiro; e o discurso feminista, reproduzido a partir das formulações teóricas e militantes do primeiro mundo. Do trabalho no SOS Mulher, Grossi aponta para o questionamento que a envolvia, bem como à muitas das profissionais e pesquisadoras envolvidas sobre essa temática, de “por quais motivos as mulheres continuavam casadas com os maridos depois de sofrerem tantas agressões? ”, e que culmina na análise dos tipos de relação e vínculo estabelecidos a partir da violência conjugal.

Wiggers (2000) e Grossi (2008) acionam a discussão de Chauí (1985) e Felipe (1996), que diferencia *violência* de *agressão*, argumentando que a *violência* configura uma relação assimétrica, “uma relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, de exploração e de opressão (...)” configurando uma forma de ação que trata um ser humano como não sujeito, anulação do outro como sujeito; enquanto a *agressão* “é um ato que envolve dois indivíduos em situações mais ou menos igualitárias, que brigam usando força física e ameaças verbais, sem que um aniquile o outro”.

A diferença apontada por Wiggers (2000), entre as noções de *violência* e *agressão*, está colocada principalmente na capacidade de resposta da vítima ao ato violento. O conceito de *agressão* possibilita maior relativização da subordinação de um sujeito por outro. E essa distinção também aponta a necessidade de operar com ambos conceitos para perceber as nuances das cenas de violência/agressão.

Essa distinção das formas de ato violento foi útil nos estudos sobre violência de gênero para maleabilizar o eixo vítima-agressor, no qual mulheres são fixadas na posição de vítimas e homens na posição de agressores, como apontam os trabalhos de Gregori (1996), Grossi (1988 e 2008) e Wiggers (2000). Para essas autoras, a violência de gênero, em alguns contextos, pode ser compreendida como um elemento que configura relações sociais que, sem anular as posições de “vítima” ou “agressor”, propõe a desessencialização de tais posições sobre os sujeitos.

Saffioti, em contrapartida, discorda desse ponto de vista, argumentando que

se as mulheres desfrutam de parcelas irrisórias de poder face às detidas pelos homens; se as mulheres são portadoras de uma consciência de dominadas; torna-se difícil, se não impossível, pensar estas criaturas como cúmplices de seus agressores. No entanto, esta posição existe no feminismo. No Brasil, ela foi defendida por Chauí e Gregori.

Na verdade, em ambos os textos em pauta há bastante ambiguidade, pois a mulher oscila entre ser *passivo*, *coisa* e *cúmplice* do agressor. Em outros termos, tratava-se de responsabilizar as mulheres pelas agressões sofridas. Em última instância, culpabilizavam-se as mulheres pela dominação/exploração de que eram/são alvo por parte dos homens, mas se as tomavam como incapazes de agir/reagir. (Saffioti, 2001)

Se por um lado, Saffioti em sua perspectiva da *dominação estrutural masculina* mantêm-se atenta aos aspectos *universais* da desigualdade de gênero, por outro a autora perde de vista que os mesmos sujeitos, na diversidade da cultura, nas relações microsociais e no enlace das subjetividades, assumem diferentes formas de relação e

agência. Assim, se de um ponto de vista a vítima é “*uma coisa*”, noutra momento - descrito pelas autoras da perspectiva relacional como *cenar* (Gregori, 1996) – torna-se *cúmplice*, *agressora*, ou mesmo aciona uma *passividade estratégica*. Como demonstra McClintock (2015) ao tratar das relações de S/M (sodomismo) entre Munby, um frágil advogado da aristocracia inglesa e Cullwick, uma suburbana de corpo forte, no século XVII, que encenavam *passividade* e *vigor*, a partir do travestimento de Cullwick, é possível que as *coisas* e os *sujeitos* encarnem diferentes significados *ao mesmo tempo*. A mesma autora ainda traz o exemplo do *fetichismo* (*fetish*), descrevendo a origem do termo a partir da língua portuguesa, da palavra *feitiço*, e como foi incorporado no processo colonial, no contato entre colonizadores portugueses, holandeses e ingleses, como “fetichismo”. Os “fetiches”, assimilados como sexuais apenas a partir do século XVII, eram os objetos tribais, que assumiam no contexto do contato colonial, dois significados simultâneos, como foi o caso dos pesos-ouro *akan*, negociados como moeda pelos colonizadores e usados como amuletos pelos nativos da costa da Guiné.

Compreendidas as dimensões da diferença entre as duas perspectivas teóricas sobre a violência de gênero no Brasil, quero seguir apontando os desdobramentos da perspectiva *relacional*, na qual me incluo.

3.2 Vítimas, agressores e agentes de estado

Se a antropologia brasileira a partir dos anos 50 foi marcada pelos estudos de comunidade, pela via do culturalismo, e pelo trabalho do Harvard Brazil Central, numa perspectiva estruturalista, as Ciências Sociais brasileiras, parecem ter se preocupado, a partir dos anos 60, com as desigualdades sociais urbanas, o problema da terra e os conflitos rurais, e a política indigenista brasileira, que passam a ser o objeto frequente da antropologia, marcando também uma postura de envolvimento dos antropólogos com seus temas. Enquanto Darcy Ribeiro foi um dos primeiros a engajar-se para uma intervenção na sociedade brasileira, tanto com seu fazer político, que não deixava de ser um *fazer antropológico*, os estudos das desigualdades sociais no Brasil marcariam uma linhagem de pesquisas que, se não propunham alternativas de intervenção explícita,

evidenciavam problemas sociais e marcavam posição ao lado dos interesses das *vítimas* do capital, do Estado, e dos grupos sociais dominantes.

A posição das *vítimas* não existe em si mesma. Se podemos falar na *invenção*⁶, no sentido atribuído por Roy Wagner, como aquilo que nasce do encontro entre o antropólogo e o a sociedade ou grupo social estudado, seguimos afirmando que as *vítimas* em certo momento, foram produzidas na construção dos problemas sociais, no encontro entre pesquisadores e sujeitos mais desfavorecidos no jogo das relações sociais. A violência contra mulher, sob alegação da legítima defesa da honra, não era vista como um problema social até os anos 80. Como já afirmei acima, a pesquisa de Mariza Corrêa evidencia o problema lógico e humanitário desse argumento. Ela *desnaturaliza* a violência conjugal e o argumento da honra, e nisso, produz que *violênciade gênero* é um problema social, um crime, em que a maioria das mulheres são as *vítimas*. Operando entre mundos de sentido, entre a *percepção das mulheres vítimas* e a *lógica da honra* fomentada nos autos dos processos criminais, Mariza Corrêa produz o consenso da inadmissibilidade da legítima defesa da honra. Assim, as *vítimas* todas elas agrupadas segundo temas, violações e interesses, são produzidas, sobretudo, a nível teórico.

A relação entre antropólogos e *vítimas* se complexifica quando os interesses da *vítima* começam a ser usados como uma demanda política. Muito semelhante a disputa pelo direito intelectual entre grupos indígenas, apontada por Carneiro (2010), as *vítimas* disputam posições de fala, indenizações, propriedade, reconhecimento e um conjunto de benefícios e louros públicos que podem ser adquiridos por sujeitos nessa posição (Ortega, 2008; Gatti, 2016). Nessa arena outra posição surge como importante para a compreensão dos problemas sociais e o reconhecimento das *vítimas*: os *agentes de estado*.

A *invenção* da *vítima* não se dá na oposição aos *agressores*, mas na relação com *agentes de estado*, visto que sempre se dá numa perspectiva do *reconhecimento*. Quando falamos em *vítimas*, nem sempre estamos interessados no conflito entre sujeitos, como se pudesse ser resolvido, mas em fortalecer, a partir da relação de desigualdade, os grupos sociais e sujeitos subalternos, frente a quem possa reconhecer direitos às *vítimas* e culpabilizar *agressores*.

⁶ Sempre que usar esse termo em itálico, a partir daqui, estou me referindo ao seu significado na obra de Roy Wagner, "A invenção da Cultura".

Os trabalhos que seguem a perspectiva *relacional* sobre a violência de gênero, se posicionam numa intersecção entre lógicas dos conflitos e lógicas dos *agentes de estado*. O interesse em pensar o *conflito* está ligado à pergunta mencionada por Grossi (2008), sobre entender porque mulheres continuam casadas depois de apanharem tanto de seus companheiros. Trata-se de entender as lógicas particulares aos grupos estudados, buscando os sentidos do conflito, e notar as dissidências semânticas entre os conceitos de violência para *vítimas* em conflito e *agentes de estado*.

O problema dos *agentes de estado* é que sua percepção da *vítima* é sempre muito mais estática do que as *vítimas* reais são. As lógicas e interesses das *vítimas* são bastante dinâmicas, mas as lógicas de *agentes de estado* tendem a ser tanto burocratizadas, quanto informadas por fazeres científicos menos flexíveis e mais patologizadores que o nosso.

Muitas antropólogas têm se dedicado a compreender esses dois sentidos da *vítima*, os que são produzidos segundo seus interesses, e o produzido pelos *agentes de estado*. A seguir, quero destacar duas posições, dois modos diferentes de estabelecer o foco das análises sobre violência de gênero, um, centrado em como os *agentes de estado* percebem os processos de vitimização; outro, que parte das lógicas das *vítimas* para compreender suas estratégias em torno da construção da violência de gênero.

Dessa polarização estou retirando o trabalho de Claudia Fonseca. A obra da antropóloga, no que diz respeito aos seus estudos de gênero, família e infância, pode ser melhor situada numa posição intersticial entre *modos de fazer do estado* e *lógicas dos grupos sociais*, que busca tecer aproximações entre ambas esferas, tendo interferência noutras áreas do conhecimento e fazer profissional que ultrapassam a antropologia. As duas posições que descreverei a seguir tendem a privilegiar um dos focos no eixo *agentes de estado – vítimas*.

A posição que foca nos *agentes de estado*, longe de ser construída homogeneamente, busca compreender processos e discursos em torno da elaboração de leis, sentenças de justiça, modos de vigilância e cuidado do Estado, que passam por seus *agentes*. Pesquisas com esse enfoque podem ser vistas em Vianna (2006), analisando como *agentes de estado*, situados no trabalho de proteção à infância, tecem modos de *gestar e gerir* direitos em relação à uma militância organizada contra violações de estado.

Vianna, a partir da reflexão de Souza Lima sobre como o Estado “gesta” e “gere” por meio de seus agentes, tece uma forma de conceber a posição do Estado, por meio do trabalho dos *agentes de estado*, como fundamental para compreender as relações de gênero. Lowenkron, sob orientação de Vianna, no Museu Nacional (MN/UFRJ) segue na mesma perspectiva em dois dos seus trabalhos mais importantes, sua dissertação e tese.

Na dissertação intitulada “Sexualidade e (menor)idade: estratégias de controle social em diferentes escalas”, Lownekorn tece como a violência sexual se torna um problema social emergente Além de uma reflexão sobre as origens e o emaranhado de conceitos em volta da violência sexual, a autora inicia sua trajetória no tema analisando discursos sobre *menoridade e consentimento* proferidos em um julgamento realizado no Superior Tribunal de Justiça em torno da denúncia-crime de violência sexual contra uma menina de 12 anos. Já em sua Tese, intitulada “O Monstro Contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos”, Lowenkron analisa trajetórias legislativas em torno da criminalização da *pedofilia* e os métodos usados por agentes da Polícia Federal para detectar *pornografia infantil* na WEB. Situando-se como uma observadora das práticas e discursos dos *agentes de estado*, tanto em um equipamento de vigilância, quando num espaço de construção do discurso político, Lowenkorn indica que em ambos casos, pânico morais são acionados pelos agentes de estado em seus ofícios, em torno na construção de um mal nebuloso, “monstro contemporâneo”, o *pedófilo*.

Semelhante a pesquisa de Lowenkron, Lopes (2016), também sob orientação de Vianna, analisa em sua pesquisa de doutorado um grupo reflexivo para autores de violência doméstica no Rio de Janeiro, tendo como sujeitos os *agentes de estado* que atuam naquele atendimento. Sua análise ignora os sujeitos que participam do grupo, mas foca em como os profissionais do atendimento para autores de violência, formulam métodos de intervenção, exercem controle, disputam entre si, e em última instância, como tecem relações de confiabilidade com os criminosos que frequentam o grupo reflexivo.

Num dossiê publicado no início de 2017, Vianna e Lowenkron ampliam o escopo desse conjunto de pesquisas sobre os *agentes de estado* para uma perspectiva da relação entre Gênero e Estado. A meu ver, tal ampliação, ainda que apresente um excelente inventário teórico sobre a tensão entre gênero e Estado, cai no erro de colar as etnografias sobre *agentes de estado* nos modos de ser do Estado. O limite entre *gestar* e *gerir* é o aspecto mais subjetivo, e até conflituoso, da prática dos *agentes de estado*. Eles nem sempre

fazem o que o Estado preconiza. Nem sempre concordam com a política de estado e muitas vezes produzem meios alternativos de resolver problemas da esfera estatal. Falar mais disso. Pode ser no artigo.

Argumentando sobre Gênero e Estado, as autoras defendem que, enquanto muitos trabalhos privilegiam o foco nas perspectivas, transformações e críticas do gênero ao Estado, preferirão colaborar com uma análise de como o Estado formula e estabelece fronteiras de gênero, salientando que “as dinâmicas, práticas e imaginações generificadas que nos atravessam e à vida social como um todo não circulam ou existem ‘fora do Estado’, mas nele e por ele se tornam viáveis e compreensíveis.” (Vianna; Lowenkron, 2017).

A perspectiva defendida por essas autoras, como foco no Estado recai no erro de ver todos os sujeitos e grupos envolvidos em contextos de violação/reconhecimento como debaixo/dentro do Estado. Contudo, nem sempre as pessoas recorrem ao Estado para *gestar* e *gerir* suas vidas, e às vezes o fazem usando o estado em favor de suas próprias causas, quando lhes é vantajoso, subvertendo a possível hierarquia do estado como controlador poderoso dos sujeitos. Manter o Estado nessa posição é, mais uma vez, cair no erro de estagnar práticas sociais. No Amazonas existe um termo popular que é usado para designar quando alguém ignora uma regra, ao ponto de não se considerar parte dela: *pagar de doido*. Penso que esse termo pode ser ampliado para outros contextos em que um sujeito ou grupo *paga de doido* e ignora as regras de estado. As regras, por mais que existam ou cerquem esse sujeito por meio das instituições, ao mesmo tempo não tem *valorreal* na vida do sujeito que *paga de doido*. Ao doido/louco/abjeto pouco importa como o Estado e seus *agentes* querem que ele opere, ele operará segundo sua lógica, que transborda a normalidade do Estado.

Diferente da posição adotada pela abordagem com foco nos *agentes de estado*, outras autoras argumentam para a necessidade de compreender como sujeitos constroem e negociam a posição de *vítima*.

Wiggers (2000) em sua pesquisa com famílias de grupos populares numa comunidade de Florianópolis, parte do problema percebido em campo, de que a perspectiva das assistentes sociais do Conselho Tutelar sobre “família” não são as mesmas das mulheres na comunidade. As “famílias em conflito”, narradas como “desestruturadas” pelas profissionais, são tecidas pelas mulheres a partir da violência, seja ela entre cônjuges ou

pais e filhos, sendo a instância da lei e das instituições de Estado usadas nos discursos das sujeitas para negociar arranjos familiares ou formular vitimizações quando necessário. Essa abordagem tem foco nos significados da violência para as *vítimas* e mostra que em certa medida, *vitimização* e *agência* (*agency*) são contrabalanceados estrategicamente segundo condições comunitárias e desejos subjetivos.

Lopes Leitão (2016) orientada por Wiggers, segue no mesmo padrão argumentativo ao analisar, em sua tese de doutorado, os significados da *violência sexual* entre meninas *vítimas* de exploração sexual em Manaus, demonstrando que esses podem se opor aos discursos de *agentes de estado* que compõem da rede de proteção de crianças e adolescentes em Manaus. Lopes Leitão (2016) afirma que *agência* e *consentimento* eram equalizados discursivamente tanto pelas *vítimas* quanto pela rede de proteção (*agentes de estado*), compondo sistemas lógicos em disputa: o da rede de proteção, composto por *agentes de estado*, mais burocratizado e com lógicas mais distantes das lógicas das *vítimas*; e o da rede exploração sexual (chamada também na pesquisa de Lopes Leitão como *rede do babado*), com lógicas mais próximas das *vítimas*.

Ao enfatizar a perspectiva das *meninas*, que tecem uma oposição entre lógicas formais da rede de proteção e lógicas da rede de exploração, a pesquisa de Lopes Leitão (2016) promove uma visão triangular dos envolvidos nas cenas de violação. Mesmo que a antropóloga não aborde sujeitos autores de violência sexual, ela mantém-se atenta ao eixo *agressores*, ocupado pela *rede do babado*, percebendo um sistema de operações de sentido que que promove violações, mas tece relações que ultrapassam a violência, por meio de solidariedades comunitárias e sentidos compartilhados com o eixo das *vítimas*.

Em Lopes Leitão (2016), amplia-se o foco da análise de violência sexual para além do eixo *agentes de estado-vítima*, quando a autora aponta o deslizamento das lógicas da *vítima* para uma proximidade com as lógicas que operam no eixo *agressor*. Essa é uma forma de não perder de vista as duas perspectivas apontadas pelas contribuições clássicas sobre violência de gênero no Brasil, de um lado as violências e desigualdades estruturais, e de outro os modos específicos de configuração das relações permeadas pela violência, segundo lógicas de cada sociedade, contexto, grupos social e cultura.

Contudo, os sujeitos que ocupam essa posição na triangulação da violência sexual ainda não são o foco da análise em nenhum dos casos acima citados.

A posição dos *agressores* é quase como *terra que ninguém pisa*. Pensar tal lugar é andar num terreno nebuloso, no qual o pesquisador precisa acostumar-se a lidar com a névoa para compreender o campo. Uma forma inspiradora de refletir sobre lógicas de violência a partir de pessoas que cometeram violência sexual, foi feita por Motta (2006), quando narra a trajetória de Jair, seu informante numa pesquisa em Florianópolis, e que em intervalos da pesquisa de campo, estupra uma moça, turista, numa das praias da cidade.

Argumentando dos motivos de refletir a partir de Jair, Motta (2006) afirma que não se trata de deixar de pensar a moça “referida como ‘a turista’, como a grande vítima desse crime”, de reduzir o estupro e a violência sexual à exclusão social, ou de não desejar a punição possível para tais crimes, segundo o rigor da lei, mas de pensar, a partir das diferenças entre Jair e “a turista”, as lógicas locais sobre “ser daqui” e “ser de fora” que operam em Florianópolis. A “diferença”, quando acionada para pensar sobre pessoas que cometem violência sexual ou de gênero importa para demonstrar modos diversos e contraditórios de exercer controle punitivo sobre a violência – nos casos em que direitos humanos de acusados de violências sexuais são violados -, ou para rastrear os modos pelos quais outros sujeitos se associam em defesa de perpetradores da violência. Sobretudo, implica em conhecer estratégias e lógicas de pensamento que baseiam desigualdades.

Talvez uma premissa necessária para qualquer abordagem que busque refletir sobre ou afetar pessoas que cometeram violência sexual é a de que existe uma lógica baseando o ato violento. Outra premissa importante é a de que essa lógica não é meramente psíquica ou subjetiva, mas primeiro se dá por meio das representações coletivas sobre “gênero”, “família”, “moralidades”, “sexualidades”, “infância” e “desejo”. Nenhum argumento dito por qualquer acusado de violência sexual deixa de ter alguma lógica que poderia ser incompreendida pelo mais cético interlocutor. Mesmo aqueles sujeitos sobre os quais é imposto algum desvio psíquico têm formas lógicas, baseadas nas representações coletivas, de organizar o pensamento. Os argumentos podem não ser legalmente ou moralmente aceitáveis, mas sempre são narrados com alguma finalidade lógica.

A partir dessas premissas, é necessário que qualquer abordagem com autores de violência de gênero, de modo geral, seja capaz de identificar de que lugar essa pessoa fala. Alguns dados elementares têm de ser levantados nesse quesito, como grupo social

ao qual pertence, com que gênero se identifica, qual sua orientação sexual, qual a relação entre o sujeito autor a sua vítima, contra quem (no âmbito das relações de gênero) foi cometida a violência.

Por exemplo, há casos em que um homem que se identifica como heterossexual comete violência sexual contra um homem ou menino. Isso nem sempre pode indicar uma mudança nas relações de desejo sexual ou libido, mas talvez demonstre que a violência buscou atingir outra pessoa em relação com a vítima, pode ter sido uma forma de subjugação da vítima, demonstração de força ou poder. Esses dados sobre as posições sociais que o sujeito autor da violência ocupa parecem ser cruciais para delimitar formas de organizar a vida social que norteiam tais atos.

CAPÍTULO 4 - POR QUE ESSES AUTORES MERECEM ATENÇÃO?

Neste capítulo tento pôr em questão algo que surgiu durante diferentes momentos da pesquisa, tanto na rede de proteção à criança e ao adolescente, em Manaus, quanto durante minha qualificação de mestrado, quando fui indagado se esses *autores* eram realmente *dignos* de atenção, ou porquê eles *mereciam* atenção. Demonstro como ocorriam os processos de renegociação dos sentidos atribuídos à violência, a partir da entrada no de *agressores* no *Grupo de Autores*.

Início com o relato de uma conversa tida com *Chefe*, antes de uma reunião do *Grupo de Autores*.

Fazia dois anos que eu estava no Grupo de Autores. Estávamos numa fase de mudança de horário e partir do segundo semestre de 2014 iríamos testar que as reuniões ocorressem de tarde. Cheguei ao Creas e recebi uma mensagem d'A Doutora me avisando que não iria. Depois disso duas mensagens, de Rei Salomão e Major avisando que chegariam atrasados.

Comecei a organizar a sala sozinho e me preparar para guiar a reunião. Quando organizei as cadeiras, Chefe chegou. Lhe avisei sobre as mensagens, e que A Doutora não iria. Ele sentou e me disse, "Ah, então vamos conversando".

Ficamos frente a frente. Ele estava com dois jornais, que tinha o hábito de comprar, para comparar as notícias. Falamos de coisas casuais e ele entrou no assunto das manchetes. "Olha aqui. Tem bem uns três abusos de criança" e foi me mostrando rápido as notícias. "Queria que isso não acontecesse mais, sabe? Que um dia não tivesse nenhuma notícia como essa."

Eu retruquei dizendo que isso não era um objetivo muito fácil de se atingir, que "nós dois sabemos que tem muitos casos que nem são denunciados...isso aí [apontei para o jornal] é pouco ainda diante do que tem acontecido".

"Mas seria bom se as pessoas soubessem que o Grupo existe e que tivesse mais Grupos como esse, pra ninguém fazer isso mais".

Natã: "É, mas isso é com o tempo. E a situação de quem abusa não fica fácil depois da denúncia né? "

Mas também eu fico pensando que tem muito caso desse que é inventado... ou que não é do jeito mesmo que dizem. O meu caso por exemplo. Eu tava no quarto e ela me viu fazer aquilo.

N: “Chefe, não começa! Pra mim tu não vem com essa história porque eu li tudo sobre o teu caso, li as fichas e sei bem como foi. Não me trata como se eu não soubesse de nada! ”.

Fiquei irritado. Chefe ficou cabisbaixo, mirando os jornais enrolados na mão, que estava apoiada na coxa, com as pernas entreabertas. Ambos ficamos em silêncio por um bom tempo. Aquele silêncio que demora para ser dissolvido, em que qualquer coisa dita pode ser pesada demais. Mas Chefe escolheu palavras duras, capazes de nos manter ali, de continuar aquela conversa que já se havia iniciado com um assunto incômodo.

Chefe: “Ela tava toda estrompada....No começo eu só me masturbava na frente dela. Depois, que aconteceu.”

N: E foi por quanto tempo?

Chefe: “Foi um ano. Mas teve um dia que eu cheguei em casa, tava só ela no quarto. Ainda lembro. Tinha uma cortina no quarto, eu cheguei na porta e fui pra cima. Não sei o que me deu pra eu fazer aquilo daquele jeito. Só sei que eu tinha bebido um pouco antes, não sei como foi que aconteceu, mas eu dormi e acordei muito tempo depois. Aí eu fui tomar consciência do que eu tava fazendo.”

Silêncio.

Chefe: “Antes eu dizia que ela não era mais pura. Mas ela era pura. A coisa que eu mais tenho pensado nesses tempos é que não pude falar pra minha mãe. Isso sou eu, isso que eu fiz de errado é uma parte de mim. Fui eu que fiz. Mas o que ela pensaria? Como ela passaria a me ver? Eu fico pensando muito agora nisso. Além de tudo que você já sabe...que a gente já conversou outras vezes, eu fico me perguntando ‘será que minha mãe me amaria do mesmo jeito, se soubesse o que eu fiz?’”

Chefe começou a chorar. Um choro em silêncio. Era desconcertante ver um homem de 60 anos chorar e ao mesmo tempo, não havia o que eu pudesse fazer além de sentir alguma empatia por sua angústia e marejar meus olhos com ele.

(Diário de Campo, outubro de 2014)

* * *

Atenção é um dos termos mais usado na rede de proteção à criança e ao adolescente. Está sempre direcionado para o eixo das garantias de direitos e vigilância do conjunto de violações. Jamais, em nenhum ponto conhecido da Rede de Proteção à criança e ao adolescente do Brasil, esse termo foi usado para pensar estratégias de atendimento para autores de violência sexual.

Algo semelhante ocorre nas instâncias de combate à violência contra mulher, com a diferença de que, no caso das violências enquadradas na Lei Maria da Penha, já existem formas de atenção para agressores.

O que difere a possibilidade dessa atenção, para pessoas que no geral, estão sob violação de gênero é o tipo de violência cometida. Há uma ideia de diferença sobre a ação violenta masculina que leva a crer que o homem que comete uma agressão contra a esposa, pode vir a cometer crime pior, mas ainda tem jeito, ele pode tronar-se diferente, mas um homem que estupra, não tem mais jeito, produzindo um círculo discursivo em torno do que chamarei mais adiante de “negação” e “responsabilidade pelo ato violento”. Assim os grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica existem no Brasil desde 1999, por meio de ações não-governamentais, e desde 2008 como uma diretriz da secretaria de políticas para as mulheres (ver Saffioti, 2001; Venturoza, 2016; Lopes, 2016).

Alguns esforços teóricos têm sido feitos em torno de pensar a condição dos sujeitos que cometeram violência sexual, com duas formas de abordagem do tema. A primeira, de concepção *psi* busca tecer fragilidades no desenvolvimento psicossocial dos sujeitos acusados de violência. Essas análises tendem a pensar a violência sexual como causa de “ausência de infância”, “abuso sexual na infância”, ou de alguma classificação patológica alusiva às parafilias e transtornos de personalidade. A maioria dessas pesquisas tem foco nos sujeitos, e apresenta um conjunto de análises muito frágil, pouco representativo e dotado de análises simplórias sobre relações de *causa e efeito* das violências sexuais.

Outros esforços têm sido feitos nas Ciências Sociais em torno de refletir sobre a violência sexual como “um problema social recente” (Vigarello, 1998; Landini, 2012),

“um conjunto de categorias que produzem pânicos morais” (Lowenkron, 2012, 2015), e como “atos legitimados na vida social” (Wiggers e Lima, 2015). Essas produções buscam tecer análises que transitam entre particularidades (com ricos exemplos histórico-etnográficos) e conclusões que permitem cercar o problema a fim de encontrar as múltiplas causas da violência sexual. Mas, ainda assim, com poucos trabalhos que lancem olhar sobre os *agressores*.

Uma pesquisa feita por Lia Zanotta Machado (2000), que buscava refletir sobre o “olhar de homens” que estupraram, toma como fontes as narrativas das vítimas, entrevistas com dois homens acusados de estupro e em delegacias da mulher sobre crimes de estupro, demonstrou que os homens acusados de violência sexual tinham um discurso reativo à vítima, repudiando a acusação e produzindo falas que reduziam a credibilidade da vítima, como um esforço de justificar a violência. Machado conclui que esses homens não expressam qualquer sentimento de culpa ou responsabilização pela violência.

Contudo, tomando por base a experiência no grupo de autores, sugiro que o tempo de contato da pesquisadora com os sujeitos e narrativas sobre os *autores* das violências sexuais, se dava nos momentos de tensão, ocorridos nos atos de denúncia na delegacia. Dada a metodologia da pesquisa, e o uso das fontes, Machado talvez não tenha tido dados suficientes para notar se há possibilidade de esses homens assumirem ou não a culpa/responsabilidade pelo ato violento, pois o discurso reativo à uma acusação de crime, sempre será elaborado em torno da desculpabilização. É o primeiro discurso que fazem logo após serem denunciados.

O esforço de Lia Zanotta Machado em compreender os olhares tanto das vítimas de violências sexuais, quanto dos agressores/autores, é louvável num momento acadêmico em que pouco se incluía a perspectiva de quem comete violências sexuais. As abordagens teóricas que incluíam o aspecto relacional das violências de gênero – focando tanto vítimas quanto agressores – tem início da metade para o final dos anos 90, mas em casos de violência doméstica, que envolviam conflitos conjugais e familiares, e que não tinham como objetivo pensar como os agressores “reparavam” (nos termos de Machado) seus crimes, acionando compreensões da legalidade.

Mesmo nesse esforço, diante de tal contexto, Machado recai em duas perspectivas, que considero equivocadas, mas muito comuns sobre pessoas que cometem violência

sexual: a primeira explicitada em seus textos é a de incapacidade de sentimento de culpa permeada de negação da violência; a segunda é a noção de “reparação”, onde Machado aponta estratégias usadas pelos acusados de violência sexual para “reparar” o crime por meio de casamentos, sobrenomes e herança.

A seguir, proponho a análise das noções de “negação” e “reparação”, a partir de um conjunto de etapas pelas quais *agressores* passam, elaboradas através de minha pesquisa: a) negação; b) responsabilidade pelo ato violento; c) cuidado de si; d) cuidado ativista.

4.1 Quatro etapas para o percurso dos *agressores*

Vale ressaltar que essas etapas foram elaboradas a partir da composição dos momentos de diferentes sujeitos, visto que, dentre os membros do *Grupo de Autores* participantes da pesquisa, haviam sujeitos vivenciando etapas diferentes. A construção dessas etapas também dialoga com outras pesquisas sobre grupos reflexivos para autores enquadrados na Lei Maria da Penha, e algumas pesquisas sobre autores de violência sexual.

a) Negação

Essa etapa é recorrente em pesquisas realizadas sobre homens autores de violência de gênero (ver Machado 2000, Venturoza, 2016; Lopes, 2016). Mesmo em grupos reflexivos, onde a maioria dos atendidos já foi judicialmente declarada culpada pela violência, há homens que insistem em negar e levantar provas contra as vítimas. São comuns homens que chegam aos grupos com uma papelada de documentos em sua defesa. No Grupo de Autores essa atitude era comum em meu primeiro ano de contato com Rei Salomão, que sempre andava com uma pasta de documentos debaixo do braço. Tenho percebido que entre homens *autores* de violência doméstica, ou enquadrados na lei Maria da Penha, a duração dessa etapa é menor do que entre *autores* acusados de violência sexual. Contudo, é importante ressaltar que a *negação* ocorre em todos os contextos pós-acusação de violência de gênero, não implicando se o *agressor* passa por algum atendimento psicossocial. Essa etapa se dá quando a acusação de violência se torna pública.

Nos processos de atendimento psicossocial, elas tendem a ocorrer até o sexto atendimento, para autores de violência doméstica e em até vinte sessões (ou um ano) para acusados de violência sexual. Essa é uma variação padrão, mas cada homem processa as informações em tempos distintos, em momentos específicos, pois cada um tem seu tempo subjetivo para finalizar o processo de *negação*.

Em minha análise dos casos de violência sexual, percebo que a *negação* do ato violento se configura como uma cena pública de rejeição e inadmissibilidade da *autoria*. Ao mesmo tempo, a *negação* exige a classificação do outro como um falacioso, perjuriador, desonesto. O esgotamento da *negação* pode se dar de duas formas, ou a acusação era falsa, e, portanto, se reúnem condições de desculpabilização, ou era verdadeira e os argumentos do acusado de violência sexual se esgotam.

b) Responsabilidade pelo ato violento

Essa é a segunda etapa, motivada pelo processo de atendimento em grupo. Sua ocorrência varia entre os membros dos grupos, para alguns pode ser mais rápida do que para outros.

Dois exemplos clássicos na antropologia podem ser importantes para pensar a posição dos *agressores*, a ideia de *negação* e os modos de enredá-la por meio de uma cena pública.

Em “Oráculos, Bruxaria e Magia entre os Azande”, E.E. Evans-Pritchard ao questionar se “Os bruxos tem consciência de seus atos?”, argumenta que, ainda que individualmente, um sujeito acusado de bruxaria entre os Azande, não se reconheça como bruxo, coletivamente se acredita que “que os bruxos são responsáveis por seus atos, exatamente como pressupomos que um criminoso é responsável por seus crimes”. Essas acusações de bruxaria, reveladas por meio do jogo de ossos de galinha, são repletas de cenas de negação e demonstrações de descrédito daquele sobre quem caiu o osso. Evans-Pritchard, afirma que no caso dos Azande, raramente haviam cenas exaltadas de negação, visto que isso poderia soar como descontrole e reafirmar que o acusado da bruxaria era mesmo um feiticeiro. Aquietar-se, portanto, era o mais recomendável para um acusado de bruxaria.

Já Lévi-Strauss em “O feiticeiro e sua magia” narra o exemplo de um adolescente Zuñi que fora acusado de enfeitiçar uma adolescente tocando em suas mãos. Num primeiro

momento, o adolescente nega a acusação de feitiçaria. Não obtendo resultados, o adolescente começa a tecer uma narrativa de que é feiticeiro, mas herdara os conhecimentos de tanto de como enfeitiçar, quando sobre desfazer o feitiço. Seus *juízes* o acompanham à sua casa, onde o adolescente busca duas raízes e realiza um complexo ritual de desenfeitiçamento e declarando a cura da enfeitiçada. Após a pausa no julgamento, o rapaz acusado de feitiçaria foge, sendo recuperado no dia seguinte. Novos juízes o cercam em sua casa, e acuado, o adolescente argumenta que tinha recebido poderes dos seus ancestrais, mas já os havia perdido, demonstrando com provas (plumas escondidas nas paredes de sua casa) a veracidade de sua narrativa.

Os exemplos apontados na etnografia de Evans-Pritchard e no relato analisado por Lévi-Strauss demonstram que a narrativa da *negação* do mal feito é baseada em lógicas coletivas de representar a vida social. No caso Azande, espera-se coletivamente que o acusado de feitiçaria não crie uma cena pública. Mesmo que negue ou demonstre surpresa (e isso parece ser necessário no caso Azande), o acusado não deve demonstrar sentimentos de descontrole. Já no exemplo apontado por Lévi-Strauss, o acusado de feitiçaria precisa argumentar com lógica em torno de sua inocência, visando evitar a punição. Quem dá legitimidade ao relato do acusado de feitiçaria são os *juízes* que são convencidos pela lógica impressionante da narrativa do adolescente, ancorada naquilo que a coletividade que lhe acusa percebe como dotado de sentidos.

Do mesmo modo, assumir a violência sexual, passa, portanto, por narrá-la. A reparação da violência, noção aparente no trabalho de Lia Zanotta Machado, só existe naquele contexto por conta de uma série de *juízes* (agentes da lei, familiares, comunidade) que atribuem ao relato da violência uma possibilidade de reparação. O casamento com o estuprador, a compra de uma casa, diversas negociações informais que se assemelham às penas e raízes usadas pelo feiticeiro para, num primeiro momento curar a vítima, num segundo, assegurar que seu *status* de feiticeiro antecede sua existência, tendo sido transmitido pelos antepassados.

A etapa de *responsabilidade pelo ato violento*, marca o momento em que o *agressor* da violência de gênero se identifica publicamente como tal. No caso do *Grupo de Autores*, pode ser que essa etapa não ocorra na reunião em grupo, visto que há casos em que o autor da violência sexual expõe-se, sob motivação das reflexões em grupo, para familiares ou amigos. Porém sempre é relatada em alguma reunião do grupo e tende a

gerar falas sobre alívio, culpa, medo de não ser mais aceito nos seus círculos de convívio social.

Cabe refletir ainda em que medida essa *responsabilidade* pode ser pensada como um ato altruísta, que corrobora para uma oposição à categoria “vítima” operando no mesmo eixo do reconhecimento? Assim, para quê reconhecer-se autor de uma violência sexual?

Fora do *Grupo de Autores*, ou de grupos reflexivos, a responsabilidade pelo ato violento pode ocorrer como um meio de marcar uma posição de poder e reconhecimento. No *Grupo de Autores* certa vez acompanhamos o caso de um homem que na primeira reunião declarou que havia sim cometido a violência sexual (uma violência conjugal seguida de violência sexual contra o filho da vítima) enfatizando que seria inocentado porque as vítimas não tinham como provar o caso (ele havia trancado a mulher e a criança num quarto por mais de 72 horas, tempo que seria importante para a realização dos exames de corpo e delito), destacando após o relato da violência brutal da qual reivindicava autoria, que não estava interessado nem nas reflexões sobre mudança, produzidas pelo *Grupo*. Todos os membros do *Grupo de Autores* reagiram com desprezo e repulsa ao discurso daquele homem, vexando-o ao ponto de desejar que ele não aparecesse mais, como ocorreu.

Portanto, a *responsabilidade pelo ato violento* pode sim ocorrer de forma altruísta, visando encenar vigor e desprezo pelas vítimas ou sistemas de punição. No grupo de autores, essa forma altruísta de narrar o ato violento era censurada, levando ao desligamento de qualquer vínculo com quem a construísse sua narrativa em torno da positividade da violência. Outra saída, as vezes usada pelos membros do *Grupo*, era a reparação às vítimas – que na maioria dos casos eram parentes – por meio de presentes, pagamento de cursos e favores.

Nesse sentido, fora do *Grupo de Autores*, a responsabilidade pelo ato violento pode ser de tipo altruísta ou visando a reparação.

No *Grupo de Autores*, não há espaço para nenhuma dessas possibilidades, visto que qualquer discurso nesses dois sentidos era rapidamente censurado pela psicóloga. Neste ponto é importante recuperar a figura dos *juízes* e da coletividade, apontadas nas narrativas de Evans-Pritchard e Lévi-Strauss, nas quais o futuro dos feiticeiros dependia da aprovação de alguém que media a relação entre *feiticeiro* e *enfentizado*, em nosso caso, *vítima* e *agressor*. Mediando essas relações, e sempre com vistas a defender o

ponto de vista das *vítimas*, *A Doutora* e eu recusávamos os discursos de *altruísmo* e *reparação*, como demonstrei na conversa relatada mais acima, com *Chefe*, abdicando de qualquer neutralidade e marcando uma posição que não permitia enredar-se na lógica do feiticeiro inocente, nós mediávamos os discursos no *Grupo de Autores* empurrando-os para outros caminhos, distantes da negação, da reparação, do altruísmo.

No Grupo de Autores, *reparar* a violência é algo impossível. Esse processo começa, vigiado e negado, pelo uso da força feminina d'*ADoutora*, que não se enredava na descrição lógica dos eventos de violência sexual – e meu comportamento agindo da mesma forma, é a reprodução da lógica de sua ação no *Grupo*.

A presença d'*A Doutora* marca uma oposição estrutural nas relações de gênero, com um peso de igualdade, conferido pelo *status* científico-profissional que ocupa. Não havendo reparação, altruísmo ou negação possível, os membros do Grupo de Autores constroem novos caminhos, as duas etapas que elaborei a seguir.

c) Cuidado de si

A terceira etapa percebida durante o acompanhamento do Grupo de Autores, aciona a noção de “cuidado” a partir de uma hermenêutica do *self*, e da reelaboração de papéis sociais. Cuidado aparece primeiro como um encaminhamento d'*A Doutora*. Essa noção começa a ser ressignificada e elaborada nos discursos dos membros do *Grupo de Autores*, relacionando-a também a ideia de “deixar-se ser cuidado”.

Esse *cuidado de si* passa tanto por atenções à saúde, como a necessidade de fazer exames, cuidar do peso e fazer atividades físicas, até cuidados com as relações familiares, na atribuição de afazeres domésticos. A ideia de “deixar-se ser cuidado” aparecia como esforço em não controlar os outros e atentar para os modos diferentes de *ser* e expressar *cuidado* que surgiam na interação com familiares, cônjuges e amigos.

Todas essas formas de expressar *cuidado* vieram das reflexões dos próprios membros do *Grupo de Autores* e também estavam relacionadas ao *cuidado como autovigilância*, para que não cometessem violências de gênero novamente.

Um exemplo do cuidado como autovigilância pode ser dado através de *Chefe*, que criou um quadro em sua casa, com seu nome, onde registrava as ações do dia e fazia um balanço do que precisava ser melhorado. *Rei Salomão* escrevia vários poemas que versavam sobre sua mudança no grupo, as saudades de sua cidade natal, que falavam de

seus três filhos mais velhos, e das viagens que faria ou havia feito com a esposa. Ele levava o caderno sempre e quando estava empolgado, lia um poema. Esses balanços também eram feitos por outros *autores* nas preces, em cadernos e fichas.

Essas reflexões feitas sobre si compõem o conjunto da terceira etapa, vista a partir desta etnografia no *Grupo de Autores*, com possibilidade de ocorrer entre 16 e 20 sessões.

d) Cuidado ativista

A quarta etapa que observei, aciona elementos de reciprocidade e vinculação entre homens fora do *Grupo de Autores*, visando *cuidar* de outros homens para que eles não “caiam no *automatismo*”, gerador das violências. Alguns dos membros do *Grupo de Autores* elaboraram estratégias de criação de outros grupos de apoio mútuo, em espaços de trabalho ou religiosos.

Isso foi feito por um dos membros do *Grupo de Autores* que precisou parar de ir às reuniões por conta do horário de trabalho. Como não poderia mais frequentar o Grupo, organizou um outro grupo, com metodologia semelhante, na empresa onde trabalhava, tendo consultado *A Doutora* algumas vezes para discutir o funcionamento desse novo grupo.

O mesmo foi feito por *Chefe* quando começou a ir à igreja frequentada por sua esposa. Ao nos contar de sua ideia, disse que pensou “aqui deve ser cheio de homem precisando falar” e procurou o pastor para criar um grupo com homens que tivessem cometido alguma violência sexual. Até o momento de finalização das atividades do Grupo de Autores, o grupo criado por *Chefe* era um sucesso, contando com mais de oitenta membros.

* * *

Essas etapas buscam demonstrar como é importante atentar para os caminhos discursivos produzidos pelos *agressores* e sobretudo, não ceder aos seus primeiros argumentos. Dar atenção aos *agressores* também significa não naturalizar as violências sexuais, reduzindo toda possibilidade de intervenção às consequências, mas buscando compreender os meios pelos quais ocorre e em que contextos pode ser evitada. Há de se ter uma postura que ultrapasse o *testemunho* de um pesquisador neutro, quando silenciar diante da *negação* ou da *reparação* corrobora para o fortalecimento da lógica social vigente sobre as violências sexuais – de que são socialmente aceitas.

Feitas desse modo, a partir de um conjunto de posições discursivas que partem da experiência no *Grupo de Autores*, elas podem ajudar na elaboração de novos caminhos discursivos para *agressores*, ou por meio de outras pesquisas e práticas de intervenção, serem desdobradas em mais categorias, nos mais diversos contextos.

4.2 A produção das categorias sobre violência sexual

A *violência sexual* é uma das modalidades de violência de gênero, que abarca diferentes formas de violação à sexualidade e ao corpo. É útil para associar diferentes grupos sociais a partir da violação do direito de consentir sobre o próprio corpo. Minha discussão está baseada nos estudos sobre a sexualidade, que são fundamentados nas teorias do gênero, compreendendo o corpo/sexo com o meio pelo qual o gênero se expressa (Rubin, 1986 e 1998). A *violência sexual* é a forma mais extrema de violação às expressões e significados de gênero e atinge diferentes sujeitos: crianças, adolescentes, mulheres e homens.

A categoria *violência sexual* é subdividida em algumas modalidades que diferenciam o grupo social atingido pela violência e elaboram a posição de quem as comete.

Estupro é o conceito legal mais usado em referência à violência sexual. É o mais adequado para qualificar casos de violência sexual contra pessoas adultas. Segundo a lei 12.015/2009, estupro é o ato de “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. Quando a violência sexual ocorre contra criança, adolescente, ou qualquer indivíduo em situação de vulnerabilidade, sem possibilidade de consentimento sexual, usa-se, para os efeitos da lei, o termo “estupro de vulnerável”.

Abuso sexual é o termo utilizado para designar a violência sexual contra criança ou adolescente. É “o ato de submeter a criança ou adolescente, através da violência sexual, ao poder e a coerção do adulto com a finalidade de subjugar e manter, ou adquirir, o controle sobre a criança e seus responsáveis” (Wiggers, Lima & Honorato, 2013). Na rede de proteção à criança e ao adolescente, o uso desse conceito geralmente está relacionado aos casos de abuso sexual intrafamiliar, nas situações em que o/a agressor(a) não tenha cometido violência sexual contra mais de uma criança ou adolescente.

O *abuso sexual* também é confundido com o conceito de *pedofilia*. A diferença entre ambos está na atribuição da *Pedofilia* como termo usado para categorizar um indivíduo cujo desejo sexual é voltado para crianças, geralmente pré-púberes. É tratado na psiquiatria como um desvio sexual, uma patologia, mas já existem debates em torno da despatologização dessa forma de desejo, socialmente controverso. Nem todo pedófilo(a) exerce seu desejo, portanto, nem todos os pedófilos(as) serão abusadores(as).

Para a definição de *exploração sexual* resgato a discussão de Lowenkron (2012) e Lopes Leitão (2016). Lowenkron contextualiza o surgimento e uso desse conceito a partir do movimento feminista nos anos 80, onde o conceito de exploração sexual era tratado como equivalente a prostituição, com fundamento na teoria marxista e nos estudos do patriarcado, que universalizam as categorias “exploração” e “mulher”. Sua utilidade era a negação e denúncia da submissão feminina ao homem e ao capital. A partir das discussões sobre a autonomia das mulheres, sua multiplicidade de interesses e a defesa, em certos grupos, do reconhecimento da prostituição como profissão, esse termo é passado a ser usado, principalmente pela militância e na rede de proteção a criança e ao adolescente, para designar a *exploração sexual de crianças e adolescentes*.

Lopes Leitão (2016) problematiza o conceito de exploração sexual de crianças e adolescentes a partir dos pressupostos de Wiggers (2000), sobre a relativização do eixo vítima-agressor e ampliação desse eixo para as relações que estão em volta dessa relação, destacando que o conceito de exploração sexual aciona um conjunto de moralidades, que envolvem principalmente a retirada ou atribuição de *agência (agency)* às crianças e adolescentes envolvidas nesses contextos. Lopes Leitão afirma

“No caso da exploração, a agência pode aparecer tanto de quem é explorado *como de quem utiliza a exploração como forma de obtenção de ganhos ou de vantagem financeira ou para obtenção de prazer*. Pensando por uma lógica relativizada, a agência não coloca a jovem numa posição privilegiada, ou dá a ela uma ideia de amadurecimento psicossocial e econômico para tomar decisões, mas a coloca em posição de negociar, de agir. *No caso do abuso aparece diretamente à figura do autor da violência, na exploração aparece à ideia do cliente, do agenciador, da rede, do intermediador, do explorador*. No abuso, a sexualidade ocorre para uma gratificação individual mais específica, na exploração para uma gratificação sexual que pode envolver uma rede de pessoas.” (Lopes Leitão, 2016)

Além de marcar a diferença entre *abuso sexual* e *exploração sexual*, Leitão percebe, a partir da manipulação da noção de agência pelos sujeitos de sua pesquisa, que os

conceitos são construídos na relação entre a percepção sobre a vítima, mas também a partir da percepção sobre os agressores.

Da síntese dessas categorias, podemos afirmar que o abuso sexual é o conceito que conecta as diferentes modalidades de violência sexual. Na medida em que equivale à violência sexual, em seu significado mais geral, equivale ao estupro, em sua forma legal. Ao mesmo tempo, podemos considerar que acrescido da variável *troca*, o abuso sexual torna-se exploração sexual. A noção de pedofilia é a única que existe no *hall* das categorias sobre violência sexual, mas que não diz respeito à uma ação de violência. Para que a pedofilia se torne uma violência sexual, é necessário que seja conjugada ao abuso sexual.

Dadas tais distribuições categóricas, temos o seguinte quadro:

$V = E$ $A (+troca) = X = V$	$A = E = V$ $P + A = V$
Violência Sexual: V Estupro: E Abuso Sexual: A Exploração Sexual: X Pedofilia: P	

Desse levantamento, temos que as categorias V, A, E e X exprimem todas elas uma *ação*, enquanto a categoria P não é uma ação em si mesma, mas um *modo de ser*. Pondo em suspensão o aspecto *psi* do conceito de pedofilia, alvo de muitas críticas – desde a antropologia à psicologia –, privilegiarei meu olhar para o *conjunto de representações* sociais que *pedofilia* envolve, visto que o conceito, em suma, diz respeito ao sujeito que agrupa certas características e formas específicas de ver o mundo social.

Se todas as violências sexuais são *atos em si*, ou são circunscritas a conceitos que expressam *ação*, temos poucas informações sobre os *conjuntos de representação* que envolvem e baseiam os atos de violência sexual. O conceito de pedofilia, utilizado aqui como um exemplo, está associado à forma específica desses sujeitos compreenderem a *infância*, o *sexo*, e são atravessados por relações de *gênero*. Todos esses são conjuntos

de representações sociais, que tem variações culturais. Ao usar *representação* estou me referindo ao que Velho (2010) que chamará de “ossatura da inteligência”, operando com os modos de classificação que as representações acionam (Durkheim, 1996; Durkheim e Mauss, 2000; Velho, 2010). Mesmo que o aspecto *psi* do conceito seja aglutinador e por meio dele esses conjuntos de representação sejam acionados, é a combinação desses “quadros sólidos que encerram o pensamento” Durkheim (1996) que torna um sujeito em *pedófilo*. Assim, os *conjuntos de representação* social antecedem a subjetividade e por meio deles é que os aspectos *psi* e todas as *ações* de violência sexual poderão ser engendradas.

Com essa análise estou afirmando que nenhuma *ação* de violência sexual ocorre casualmente. Assim como a pedofilia, só se torna violência sexual quando conjugada a *ação* de abuso sexual, é provável que existam outros *conjuntos de representação* que se conjugados ao abuso sexual tornam-se violência sexual. Assim, o foco nas violências sexuais e nos meios de resolução dos conflitos pós-violência, deve, ao invés de apenas interpretar as consequências, buscar causas, atentando para os *conjuntos de representação* que baseiam *ações* de violência sexual, buscando compreender eixos de relação, posições de diferença/igualdade, perpassando a análise pelas relações estruturais de gênero, considerando as especificidades e lógicas particulares da cultura.

4.3 Unidades mínimas ideológicas

Um meio eficaz de sistematizar conjuntos de representação é proposto por Velho (2010) por meio do destaque, a partir de entrevistas e diários de campo, dos termos mais comuns nas falas dos interlocutores. Nesse caso, além de apontar os termos mais comuns, assim como Velho (2010) privilegiei os termos que considero mais importantes na experiência com o Grupo de Autores.

Na análise dos conjuntos de representação, por meio do agrupamento das unidades mínimas ideológicas, também privilegio termos que considero mais relevantes. Aqui a vontade do pesquisador será imperativa à recorrência das falas.

As unidades mínimas em negrito serão as postas em análise, e estão conjugadas com as mesmas cores quando se tratarem dos conjuntos de representação.

Unidades mínimas	Frequência de reuniões em que aparece	Uso típico
Mulher	12 reuniões	“minha mulher” “problema de mulher” “achei que mulher gostasse”
<i>Papéis</i>	15 reuniões	“...testar que papéis eu tô cumprindo e se tô fazendo direito”
Família	17 reuniões	“minha família me deixou ficar com as crianças”
Toque	3 reuniões	“a importância de tocar, de abraçar”
Cuidado	12 reuniões	“eu tentei essa semana isso de deixar ser cuidado”
Responsabilidade	7 reuniões	“a gente tem que assumir a responsabilidade”
Automático	9 reuniões	“tem que sair do automático”
<i>Preconceito</i>	3 reuniões	“como o outro olha pra mim”
Mordaca	1 reunião	“parece que colocam uma mordaca na gente”
Erro	4 reuniões	“todos nós que estamos aqui erramos”
Ajuda	3 reuniões	“precisamos de você aqui pra lhe ajudar”
Nós	13 reuniões	“nós aqui do grupo”
Ferida	4 reuniões	“quando eu olho aquela parede, parece que tem uma ferida aberta”
Casa	6 reuniões	“na minha casa cada um agora tem sua tarefa e eu nem meto mais”
<i>Delicadeza</i>	2 reuniões	“eu percebo que com a criança tem que ter delicadeza”
<i>Menino</i>	10 reuniões	“ele é/era menino”
<i>Consulta Médica</i>	7 reuniões	“leveí meu pai pra consulta e ele não deixou o médico tocar nele”
<i>Jornais</i>	3 reuniões	“eu não acredito em jornal”
Trabalho	6 reuniões	“o trabalho tá me sugando muito”
Sexo	5 reuniões	“um problema de sexo”
Vida	17 reuniões	“a vida é como construir uma casa”
Filhos	11 reuniões	“tem que interferir na vida dos filhos mesmo”
Marido	6 reuniões	“cumprir com meu papel de marido”
Homem	5 reuniões	“eu ficava pensando que ser homem era aquilo”
<i>Manifestação</i>	2 reuniões	“eu sou a favor da manifestação... O povo tá cansado já.”
<i>Ônibus</i>	5 reuniões	“eu passei três horas pra chegar aqui, porque esses ônibus são uma luta”
Corrupção	1 reunião	“é como pagar o mínimo do cartão de crédito, depois vira uma bola de neve”

Mulher

As falas sobre *mulher* ocorriam em três níveis. Primeiro como um relato das relações conjugais, quando os membros do Grupo de Autores referiam-se às suas companheiras ou narravam sobre casamentos anteriores, em falas como “minha mulher naquela época”, “eu tive muita mulher”, “a primeira mulher, a mãe dos meus filhos”.

A segunda forma de falar das mulheres era como perigo. Num dos relatos, *Rei Salomão* narra que um dos filhos não está mais trazendo dinheiro pra casa onde mora com a família, anda sumindo, não atendendo ligações e *Rei Salomão* acha que o filho está “com problema de mulher”. Ao lhe perguntar que problema era esse – pois eu não havia entendido o significado da expressão no momento em que ele a usara – os membros do grupo me explicaram que o “problema de mulher” se dá quando um homem “arruma outra”. Um dos sinais desse “problema” é que o dinheiro usado na manutenção da casa seria desviado para os gastos com “a outra”.

O terceiro modo de narrar sobre as mulheres, diz respeito às mudanças no modo de tratá-las. *Chefe* nos contou que antes, quando não conhecia o *Grupo de Autores*, achava que as mulheres gostavam de receber cantada na rua. Ele narra que não hesitava em dar um assobio ou chamar uma mulher de “gostosa” quando passava na frente dele, pois pensava que isso era bom e as mulheres gostavam. “Achei que elas ficassem felizes”, disse ele. Depois descobriu que ao contrário, “as mulheres não gostam não”. Então, segundo afirma, parou de fazer.

Família

A narrativas sobre família focavam na mudança das relações domésticas, a partir da participação no Grupo de Autores. Essas mudanças estavam relacionadas aos conflitos gerados em todo da violência sexual, e um esforço de recuperar a confiança de alguns parentes, evidente na comemoração de *Chefe* por seus parentes o terem deixado como cuidador das crianças.

Outro aspecto das falas sobre família era o esforço em abrir mão do controle da casa e dos afazeres domésticos. *Chefe* explicou que antes ele comprava tudo pra casa, mas agora dá o dinheiro na mão da esposa e de uma das filhas para fazer as compras. Ainda

narra que antes brigava por tudo, até por causa do suco aberto de um jeito “errado”, mas buscou entender que os familiares tinham outros jeitos de fazer a domesticidade.

Sexo

A impressões sobre sexo são rodeadas de relatos que envolvem a violência sexual. Era muito comum ouvir relatos sobre *impulso sexual descontrolado*, sobre desejos sexuais não realizados, supressão da sexualidade por meio de grandes períodos sem relação sexual (abstinência) e falas que narravam um “sexo ruim”.

Uma das falas sobre sexo gerou um conflito entre dois membros do Grupo de Autores durante uma reunião. Enquanto *Rei Salomão* narrava um ato sexual com uma mulher grávida, que estava vivendo com ele, mas se recusava a ter relações sexuais, mencionou que foi “pra cima dela” porque “era uma troca” e ela “tinha que comparecer”, *Major* se revolta mencionando a ausência de consentimento e o estado “delicado” da mulher grávida. Quando *Rei Salomão* narra que depois “a mulher foi embora”, *Major*, ainda com tom revoltado esbraveja, “mas é claro! Eu ia embora também! ”.

A divergência das opiniões sobre sexo no Grupo de Autores, evidenciava a fluidez nos sentidos atribuídos ao sexo, semelhantes aos que norteiam práticas de violência.

Toque/Cuidado/Responsabilidade/Delicadeza

O termo *toque* é usado por em algumas reuniões para expressar a necessidade de “ser cuidado” e “deixar-se ser cuidado”. Numa das reuniões o termo é usado por *Major* que narra o momento de despedida da filha, antes de ele passar por uma cirurgia, como marcado pelos abraços e toques. *Major* contou que ao telefonar para a mãe, que mora do sul do Brasil, entendeu a ideia de “cuidar e deixar ser cuidado”, refletindo sobre a reciprocidade da preocupação de uma com o outro.

A ideia de responsabilidade é acionada nas falas sobre assumir a violência, mas também em situações em que os membros do Grupo de Autores discorrem sobre decisões importantes no trabalho, bem como a ideia de “ser um homem responsável”.

Delicadeza aparece nos relatos sobre a infância, numa fala de *Chefe* que diz ter tentado se aproximar dos netos e começado a perceber que as crianças de sua casa vivem um

momento diferente o que ele viveu. *Chefe* narra que brincava quando era criança, mas que já trabalhava também, e que “hoje não é mais assim, a criança tem que ter *delicadeza*”.

Automático/ Erro/ Corrupção

A noção de *automático* aparece como oposta à noção de cuidado, e representa tudo que é feito sem alguma reflexão. Está sempre associada a ideia de *erro*. As falas sobre o termo *automático* são elaboradas em torno da necessidade de escapar dessa ação impulsiva, visando “sair do automático”. O *automático* também alude à coisas da tecnologia, vistas como úteis, mas com ressalvas de cuidado. Exemplo disso é uma fala sobre *internet*, “internet é bom porque parece que as coisas ficam numa nuvem, mas tem que ter cuidado”

Numa reunião realizada na época dos protestos de 2013 no Brasil, iniciados contra o aumento da passagem de ônibus em São Paulo, mais tarde generalizadas contra a *corrupção*, esse termo aparece associado a coisas alusivas ao mundo do *automático*, como o *cartão de crédito*.

Ajuda/Nós

Esses termos expressam o sentimento de coletividade, fomentado no *Grupo de Autores*. Foram usados conjuntamente em reuniões que trataram de um membro do Grupo de Autores que saiu antes de minha chegada. Em uma dessas reuniões, *Chefe* telefona para o ex-membro e conversamos com ele por viva-voz, e a conversa se baseou em afirmações como “aqui você tem *ajuda*”, “venha de novo pras reuniões, *nós* queremos lhe *ajudar*”.

Ferida/Casa/Vida

Aprece uma associação entre *casa*, *vida* e construção. Os exemplos dados afirmam que a vida é como uma casa em construção, com várias etapas, camadas de tijolos, acabamentos e bom alicerce. Quando uma casa é mal construída, ela tende a desmoronar, assim também é a vida.

A noção de *ferida* aparece quando algo no curso da vida dá errado. Também é associada a noção de *casa*, como foi mencionado no caso da “quebra de uma parede” como ferida na vida, que precisa de cura.

Filhos/Marido/Homem

São mencionadas rivalidades entre filhos e pais, contra os filhos de esposas, de homens mais velhos (no caso, os homens que participam do grupo) contra homens mais novos no ambiente de trabalho.

Essa tensão entre homens parece ser permeada também de uma tensão geracional. Situações nas relações de trabalho ou domésticas, em que os *autores* constroem relações de ajuda mútua e aconselhamento entre homens. Quando explicam os motivos dessas novas interações, os *autores* dizem que “é bom que esses homens não façam as coisas que eu fiz”.

Suas descrições para designar família/parentesco no eixo *automatismo* revelam que há uma concentração dos vínculos familiares no lado masculino, com grande valorização dos laços de consanguinidade. Dois dos casos analisados tiveram como estopim para o ato violento alguma tentativa de rearranjo dessas relações.

* * *

No capítulo seguinte, apresentarei alguns casos de violência sexual obtidos a partir do *Grupo de Autores*, refletindo sobre as noções de parentesco, família e casa.

CAPÍTULO 5 - PARENTESCO E VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR

Há uma diferença nítida, demonstrada também pela bibliografia sobre violência sexual, no trato da violência sexual intrafamiliar em comparação à violência sexual extrafamiliar.

Tanto porque os laços de parentesco elaboram uma empatia subjetiva com o sujeito *autor* da violência, quanto por conta de a oposição sociológica entre *vítima* e *agressor*, seja refreada pelas relações de parentesco nos casos de violência sexual intrafamiliar.

Lopes Leitão (2016) afirma que no atendimento psicossocial às vítimas e responsáveis é recorrente uma exigência de responsabilização do autor da violência sexual. A exigência inflamada de culpabilização do autor, ocorre com mais intensidade em casos de violência sexual extrafamiliar, como ilustra a descrição a seguir:

No segundo dia do evento realizado pela Frente Parlamentar de combate ao Abuso e Exploração sexual de crianças e adolescentes (FRENPAAC), da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM), uma senhora levantou na plateia e contou que seu vizinho abusou de sua filha há doze anos, tendo cumprido três anos de semiaberto e voltado à vizinhança. Ela não sentia que a justiça havia sido praticada de fato e contou à todos que ainda se sentia quebrada e injustiçada como mãe de uma vítima de violência sexual. Um professor que trabalha numa ONG que acolhe vítimas de violência sexual disse que gostaria que as autoridades presentes (deputados, vereadores, juíza e delegada) verificarem a possibilidade de criação de uma lei de “castração química para estupradores”, que tivesse “pelo menos abrangência estadual”. As pessoas na plateia começaram a bradar em apoio a proposta do professor e alguns aplaudiram.

No dia seguinte do mesmo evento, eu estava numa mesa redonda sobre “Perspectivas antropológicas sobre a violência sexual”, junto de Consuelena Lopes Leitão, que na época finalizava o Doutorado em Antropologia Social. Falei sobre a masculinidades, sua relação com a violência e como deveríamos pensar modelos de atendimento para autores de violência sexual. Consuelena falou sobre a necessidade de conversar com as crianças e adolescentes sobre gênero e sexualidade de forma mais “aberta”. O mediador, deputado estadual Luiz Castro, presidente da FRENPAAC, abriu o momento

de perguntas da plateia. Uma das questões feitas me chamou atenção. Uma senhora disse que o neto, adolescente de 14 anos havia abusado da neta, de 9 anos, e queria ajuda sobre o que fazer com o menino, que queria justiça pois a situação da neta não “podia ficar assim”. Eu lhe respondi que haviam meios de realizar uma denúncia formal e encaminhar ambos para órgãos de atendimento psicossocial como o Creas.

Minha resposta foi o motivo da reflexão. Eu fiz aquela indicação a partir do contexto, e do pedido da mulher para tratar a situação com justiça. Logo, sugeri os meios democráticos de resolução (Soares, 1996), pensando também na necessidade de atendimento psicossocial para ambos, o que, a partir dos profissionais, atestaria se houve um abuso ou seriam jogos sexuais entre ambos. Porém, minha indicação foi recebida com indignação por algumas pessoas da Rede de Proteção que me diziam “como tu manda a mulher ir denunciar o neto?!”

(Diário de Campo, Maio de 2016)

O episódio descrito acima ilustrou de forma mais explícita como são diferentes as perspectivas sobre a violência sexual e violência sexual extrafamiliar. Em família, parece haver maior esforço de mediação, a violência é tida como algo que pode ser mediado nas relações domésticas.

As situações de abuso sexual intrafamiliar geram discursos menos intensos que indiquem a culpabilização dos agressores. A reação imediata à publicização da violência sexual intrafamiliar é permeada de discussões, idas aos órgãos de atendimento, pedidos de afastamento do autor da violência, conflitos entre indivíduos com laços de parentesco, geralmente entre o/a responsável pelo cuidado da criança ou adolescente vítima e o autor da violência.

Lopes Leitão (2016) é categórica ao afirmar que “sabe-se que a pena legal para quem pratica abuso sexual ou participa da exploração sexual contra crianças e adolescentes, no Brasil, é a reclusão. Isso traz um impacto nos comportamentos dos integrantes da família”.

Não apenas o afastamento do autor por meio da reclusão, é considerado quando se fala nas consequências para o autor de violência sexual. Há uma expectativa em torno da sublimação da sexualidade por meio da violência, seja ela a intervenção médico-terapêutica sobre o corpo do autor da violência, ou por meio da convenção social de que

“um estupro na cadeia é estupro”. Afirmar o estupro como uma possibilidade (ainda que punitiva), nesses casos, parece ter um efeito de “citacionalidade” nas palavras de Butler (2013), a partir de Derrida, referindo-se a como o discurso reproduz e produz a norma.

Já nas situações de violência sexual extrafamiliar, onde há uma explicitação radical da violência, o peso atribuído para os sujeitos que cometem violência sexual, por conta de todas as consequências legais previstas, também é perpassado pela diferença de posição social que há entre os envolvidos. Uma situação que causou grande mobilização entre membros da rede de proteção a crianças e adolescentes no Amazonas, com repercussão nacional, foi a anulação em Dezembro de 2016, do processo de investigação de Adail Pinheiro, ex-prefeito de Coari, acusado de participar de uma rede de exploração sexual de meninas daquele município do interior do estado do Amazonas, utilizando royalties do sistema de extração de gás natural da Petrobrás, o gasoduto Coari-Manaus. Em Janeiro de 2017, o Juiz Luiz Carlos Valois expediu, a partir de parecer do Ministério Público Estadual, ordem de liberação baseada no critério de bom comportamento e ausência de perigo do preso, firmado por meio do decreto de perdão presidencial, expedido nas festividades natalinas do ano anterior.

São muitos os casos no Amazonas, e em todo o Brasil, que exemplificam a ausência de punição legal para autores de violência sexual, com punição que recai mais facilmente sobre autores das classes sociais mais baixas.

Dois casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, ocorridos no mesmo dia, 11 de Abril de 2017 exemplificam a distinção no tratamento dado para homens autores em diferentes posições sociais. No primeiro caso, um homem que tentou arrastar uma menina para um matagal, num bairro da periferia de Manaus e foi espancado até a morte por moradores da região, sob a justificativa de que o homem iria violentar a menina. O espancamento foi filmado e disponibilizado por algum tempo nas redes sociais.

No segundo caso, um médico anestesista que abusou sexualmente de duas meninas em Manacapuru, município próximo de Manaus, foi formalmente indiciado e por *ausência de provas* responde ao processo em liberdade.

As notícias sobre o primeiro caso reforçam características do autor da violência sexual que não chegou a ocorrer: era desocupado, pobre, vivia andando pelo bairro e chegou a atacar algumas pessoas. Sobre o médico, destacam sua profissão, o seu carro, inserem

falas das vítimas, sugerindo que havia uma negociação financeira por detrás do sexo com as meninas.

Esses diferentes relatos demonstram a desigualdade na aplicação das leis para os sujeitos envolvidos em casos de violência sexual, sugerem diferentes níveis de dificuldade em aplicar a mesma forma de resolução/penalização para homens acusados de violência sexual.

Contudo, a recorrência de casos de violência sexual intrafamiliar é muito maior do que a de violência sexual extrafamiliar. Dados do Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual do Amazonas (SAVVIS), dos últimos cinco anos, apontam uma recorrência de 90% dos casos de violência sexual, cometidos entre parentes. Além disso, indicam que 70% das violações ocorrem contra crianças entre 0 e 12 anos. Assim, neste capítulo me deterei a analisar dois casos emblemáticos das configurações de parentesco em torno da violência sexual intrafamiliar, apontando lógicas que fundamentam a recorrência dessas violências.

5.1 A Casa do *Chefe*

Um homem cuja idade variava entre 50 e 60 anos, o tipo caboclo do Amazonas, pele morena, queimada pela vida de trabalho exposto ao Sol, cabelos negros lisos estatura muscular forte. Sempre usava calça de algodão, as vezes um jeans, com sapatos de couro e camisa de botão em cores neutras, no máximo um verde ou azul escuro. Cordial, mas nada expansivo, um homem sobre quem se pode dizer que é “sério”.

Chefe era casado e tinha cinco filhos, que ainda moravam em sua casa. Três filhas adultas, uma solteira que tinha uma filha e outras duas, casadas e com filhos pequenos. Outra filha era adolescente, dela *Chefe* sempre falava nas reuniões do *Grupo de Autores*. Além das mulheres, chefe tinha um filho adulto, policial militar, também casado. A casa de *Chefe* agregava tanto seus filhos, quando cônjuges e netos.

Era sem dúvida uma casa grande, sobre a qual se orgulhava ter construído. Quando casou com sua esposa, ela já tinha uma filha, e ambos acordaram que ela seria criada como filha de *Chefe*. Depois foram nascendo os outros quatro filhos de *Chefe*. Ele não falava muito das filhas adultas, mencionava com mais recorrência a filha adolescente, para quem pagava cursos, sobre quem relatava ter conflitos decorrentes de sua rebeldia

e preocupações sobre o vestibular. Vale ressaltar que essa parecia ser a primeira de todos os filhos que lhe gerava questões sobre educação. Como ele mencionou algumas vezes, tudo isso considerado como cuidado era novo, o que me leva a crer, que a participação nas reuniões do *Grupo de Autores* havia mudado sua forma de encarar a formação escolar de sua filha mais nova.

Na medida que os filhos iam casando, *Chefe* aumentava a casa. Chegou a comprar dois terrenos vizinhos para dar conta da expansão. Algumas vezes ele me explicou a estrutura da casa: eram dois cômodos grandes e de uso comum, a cozinha, com uma mesa central grande que dava conta de todos os moradores, duas geladeiras que abrigavam a comida e os sucos que causavam brigas com as filhas. A sala era o outro vão comum, onde havia uma escada que dava para parte dos quartos, e onde *Chefe* deixava seu diário de papéis, no qual registrava suas percepções do dia.

No andar de baixo, ainda haviam os quartos menos “nobres” da casa. Um deles era ocupado pela filha “de criação” como as vezes *Chefe* a denominava, junto de sua filha (neta de criação de *Chefe*).

Seu filho que era policial militar, era descrito com orgulho e como sendo o herdeiro da responsabilidade pela continuação da família. Organizado nas contas, com emprego público que lhe dava estabilidade e homem, esse filho era a continuidade perfeita da função aglutinadora exercida por *Chefe* e a garantia de manutenção do espírito da casa.

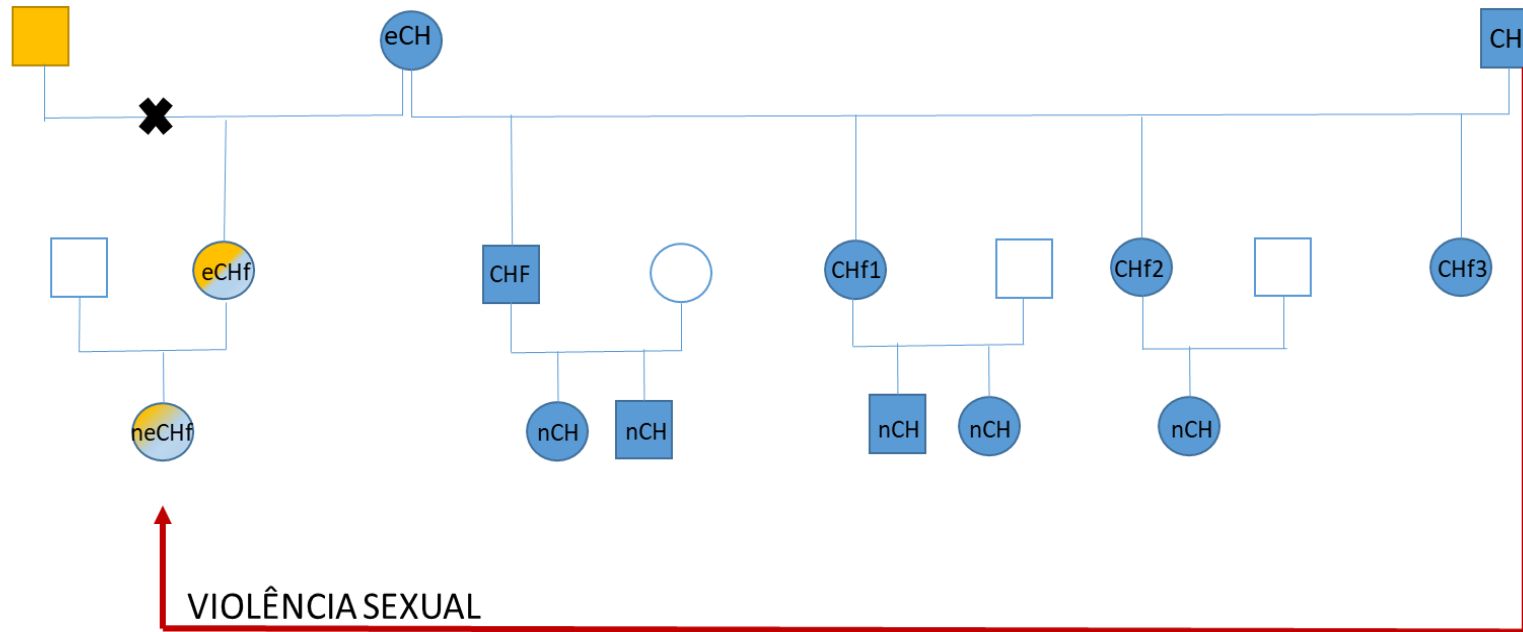
Contudo, uma das filhas estava com objetivo de sair da casa de *Chefe* e organizando outra residência para sua família nuclear. Quando os outros filhos casados souberam disso, começaram a tentar fazer a mesma coisa e nesse contexto, *Chefe* começa a praticar abusos sexuais contra a “neta de criação”. Segundo ele, eram masturbações e toques, sem penetração, por um período de tempo que durou cerca de um ano.

O estopim para a ameaça de desarranjo nas relações familiares ocorreu no momento em que o filho de *Chefe*, policial militar, anunciou que iria sair da casa também. Debaixo do que considerou uma ameaça do filho, *Chefe* ao chegar em casa após o trabalho na madrugada, e depois de passar no bar, como era de costume, entra no quarto ocupado pela filha e pela neta de criação, na época com sete anos de idade, estuprando-a com uma violência brutal. Segundo o laudo, houveram outras violências com penetração anteriores à esta, narrada por *Chefe*. Ele menciona que a menina ficou “estrompada”, “rasgada”, o que também é, em termos menos chulos, confirmado pelos laudos.

Após cometer a violência, *Chefe* dorme por um tempo impreciso, e ao acordar, liga para o filho, policial militar, avisando que havia estuprado a “neta de criação” e estava indo à delegacia para “se entregar”.

Para compreendermos o contexto da violência sexual cometida por *Chefe* e os eixos de relação de parentesco, examinemos a genealogia que segue:

Genealogia de Chefe – Figura 1



CH: Chefe

eCH: Esposa de Chefe

CHf1: Filha 1 de Chefe

CHf2: Filha 2 de Chefe

CHf3: Filha 3 de Chefe

CHF: Filho de Chefe

nCH: Neto/a de Chefe

eCHf: Filha da esposa de Chefe

neCHf: Neta da Filha da Esposa de Chefe

→ : eixo da violência sexual

X : ruptura no vínculo de parentesco

A partir da genealogia de *Chefe* percebemos que a violência sexual ocorreu no eixo de relação de parentesco mais distante entre os membros da casa. Mesmo que *Chefe* tivesse outras netas e outras filhas, não foi contra nenhuma delas que perpetrou a violência, mas contra a filha da filha de sua esposa, chamada por ele de “neta de criação”.

O filho aciona todas as irmãs, filhas de *Chefe* que contêm a revolta da mãe da criança violentada, que sob pressão familiar demora dias até denunciar o abuso sexual. Porém, ninguém consegue impedir o pai de efetivar a denúncia contra si mesmo. As provas então passam a ser contidas por um tempo, num trabalho exercido principalmente pela esposa de *Chefe*, convencendo a mãe da criança a não corroborar com a denúncia do marido.

Porém, a “filha de criação” consegue sair da casa. Leva a criança para os órgãos da rede de proteção e formaliza o processo contra o autor da violência, mesmo sem o apoio dos parentes consanguíneos. Os filhos de *Chefe* não falam mais em sair de casa, ao invés disso, se concentram em torno do pai, a fim de protegê-lo, com discursos relativos à sua perda, possível prisão e estupro na cadeia.

Já a “filha de criação” sofre a primeira derrota no processo contra *Chefe*. Os laudos do IML e do Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual não batem. Há um embate em torno da produção dos laudos de violência sexual no Amazonas. A equipe do SAVVIS acusa o IML de não ter equipe técnica e material especializado para o atendimento às vítimas de violência sexual. Além disso, a justiça aceita apenas o laudo do IML como prova de materialidade da violência, sendo o SAVVIS um espaço para acolhimento e primeiros socorros em saúde às vítimas.

Assim, a violência cometida por *Chefe* é mais uma das caracterizadas como “sem materialidade” e a primeira audiência na justiça é marcada um ano após a denúncia. É nesse período, que *Chefe* entra no *Grupo de Autores*.

Chefe foi o primeiro membro do *Grupo de Autores*, tendo passado por todas as etapas mencionadas no capítulo anterior. Suas falas no *Grupo* enfatizam bastante a construção da dicotomia entre *automatismo* e *cuidado*, que para ele, giram em torno de “ser homem” e “fazer a vida como se faz uma casa”.

Suas narrativas em torno de “ser homem” produzem uma trajetória sobre uma sexualidade desenfreada, que não respeita as mulheres, comete assédios, traições contra

a cônjuge, estabelece hierarquias na domesticidade em torno da masculinidade, notando o outro homem da casa, seu filho, como o único capaz de herdar a família e a casa.

A maioria das tensões descritas sobre os casamentos dos membros *do Grupo de Autores* eram acerca da incompatibilidade sexual ou sobre o cuidado com os filhos – ou até sobre não terem conseguido ter filhos -, mas *Chefe* tinha um problema diferente com a esposa, ele não gostava do jeito que ela cuidava da cozinha.

Nós compartilhávamos muito sobre nosso cotidiano de ir ao supermercado, gerir as compras, organizar a comida. A tarefa de *Chefe* era refletir sobre quais eram os seus papéis e ao longo desse exercício, ele percebeu que sua forma de organizar a cozinha era completamente diferente da forma escolhida pela esposa, e percebeu que ultrapassá-la nessa tarefa cotidiana, a deixava sem prazer.

Um dia, começamos a conversar antes do início da reunião, e *Chefe* me contou:

“decidi não mexer mais na cozinha, nem comprar a comida. Era assim, eu fazia tudo aquilo que você sabe, mas ela desfazia. Ela tem o jeito dela de fazer e tá muito mais feliz. Agora vou dando o dinheiro das compras e deixando por conta dela. Fica muito melhor assim.”

5.2 Filhos e Mulheres do *Rei Salomão*

A história de *Rei Salomão* é permeada de idas e vindas entre Manaus/AM, Parintins/A e Santarém/PA. Ele nasceu em Parintins, nas terras do pai, um pouco mais afastadas do centro da cidade. Conta que andou um tempo, impreciso, por Santarém, junto com a família, mas retorna à Parintins ainda durante sua infância.

Ele começa a se tornar *Rei Salomão* aos 14 anos de idade, quando estava trabalhando na roça do tio, e passou a ser acompanhado no trabalho por uma moça da região, que na época tinha 22 anos de idade. Certo dia, após chegar em casa e contar para o tio sobre a moça, este lhe perguntou “e o que tu fez com ela? Tu não fez nada? ”, rindo do adolescente. No dia seguinte, o tio de *Rei Salomão* lhe entregou uma revista pornográfica e disse “mostra isso aqui pra ela quanto tu chegar lá [na roça]”.

Rei Salomão conta que seguiu o conselho do tio, mostrou a revista ao que a moça reagiu como “Olha já!” animado, típico do Amazonas. Em suas palavras foi a partir disso que

“roça daqui, roça dali” teve sua primeira relação sexual. Foi pra casa radiante, contou ao tio sobre o ocorrido e ambos celebraram sua “primeira vez” vendo a história do Rei Salomão da Bíblia, com muitas mulheres e filhos, e logo o rapazinho decidiu que “queria ser que nem esse Rei Salomão ali”.

A moça com quem *Rei Salomão* teve sua primeira relação sexual engravidou dele, e diante do caso, houve rebuliço na comunidade. Rei Salomão estava disposta a casar com a moça e assumir a crianças, mas a família dela não apoia a união. Sua família aciona a justiça para resolver o impasse, mas um juiz interpretou que, por ser menor de idade *Rei Salomão* não precisaria casar. Ele pede para casar com a moça e chegam a ficar juntos alguns meses após o nascimento da criança, mas logo ela o deixa, mudando-se para outra cidade.

Anos mais tarde, ele finalmente se casa formalmente. Com sua primeira esposa têm três filhos, mas após o terceiro filho, a mulher, a quem sempre chama de “a mãe dos meus filhos”, deixa a casa do sogro, e os filhos.

Após a partida da “mãe de seus filhos”, Rei Salomão também decide ir embora, levando consigo apenas dois dos três filhos, para ser o cuidador de uma terra grilada, em alguma região imprecisa, entre Parintins e Manaus.

Essa parte da história é narrada com muita tensão. Ao chegar na terra, Rei Salomão descobre que se tratava de uma área ilegal, permeada de conflitos entre grileiros. O dono das terras lhe dá uma casa velha, feita de madeira e com telhas de zinco, para morar com os dois filhos. Nesse período, Rei Salomão afirma que passou “fome e sufoco”, que quase morre com as duas crianças, não recebendo os valores prometidos como pagamento por seu trabalho, e sendo muitas vezes apançado de morte. Em uma noite, após passarem o dia trancados na casa dada pelo grileiro, depois de haverem ocorrido assassinatos entre os capangas dos homens que disputavam a terra, Rei Salomão recebe ajuda de um dos homens da casa de seu senhor, para fugir com os meninos. Eles saem soturnamente na madrugada, e *Rei Salomão* consegue retornar para a casa do pai, em Parintins.

Depois desse retorno, passa a viver com o pai durante alguns anos, de vez em quando, arrumando uma mulher, *fazendo* um filho aqui, outro ali. Ele falava detalhadamente apenas de três filhos, do seu casamento *oficial*. Eram esses os que fazia questão de manter perto, todos, após o episódio tenso nas terras griladas, morando na casa de seu

pai. Mas *Rei Salomão* conta com pelo menos 17 filhos ao todo “espalhados pelo mundo”, de relações com cerca de 22 mulheres.

Deixando os filhos com o pai, em Parintins, vem morar em Manaus. Chega sem emprego, mas consegue um trabalho no porto, logo depois aluga uma casa e vai organizando a vida. Num dos dias de trabalho no porto de Manaus, conhece uma mulher grávida, e lhe chama pra morar consigo, afirmando que irá assumir a criança à nascer, como seu filho. Ela aceita e os dois passam a morar juntos, sob o acordo de que ela deve “cuidar dele como homem”, e ele deve mantê-la:

“Ela cuidava da casa, deixava tudo arrumado, fazia minha comida, mas quando chegava na hora de comparecer ela escapava. Todo dia eu chegava e era a mesma história, a comida ótima, ela botava no prato, café da manhã sempre bem feito, tudo bonitinho, mas e cuidar de mim com homem? Nada. Até que um dia eu cansei disso e falei pra ela ‘olha você tem que comparecer. Que negócio é esse de não me querer? Já faz seis mês isso! Seis mês! Eu lhe dei teto, vou assumir sua criança, mas você tem que...né, comparecer. Não tá certo isso não!’”. Aí ela disse que não queria mesmo assim. E eu disse ‘pois eu vou fazer’, e ela atrevida ainda falou ‘se você fizer eu vou embora’. Aí eu duvidei e fui pra cima dela e fiz. Quando acordei, tinha só o café da manhã na mesa. Ela foi embora mesmo. Nunca mais apareceu”.

Do tempo que se seguiu desse período, *Rei Salomão* conta que ficou um tempo sem mulher. Até que encontrou, também no porto, uma mulher com quem já havia tentado namorar na juventude, moradora de Manaus, mas que estava vindo de Parintins. “Agora vai, eu vou conseguir conquistar ela”. Puxou conversa com a antiga *crush*, mas ela era evangélica. Assim, ele acabou entrando na igreja também e mais tarde, com sua insistência, casaram.

Ela já tinha uma casa, e *Rei Salomão*, que antes morava de aluguel, e já havia “perdido” um terreno, num conflito em uma ocupação por Manaus, arrumou casa com a nova esposa.

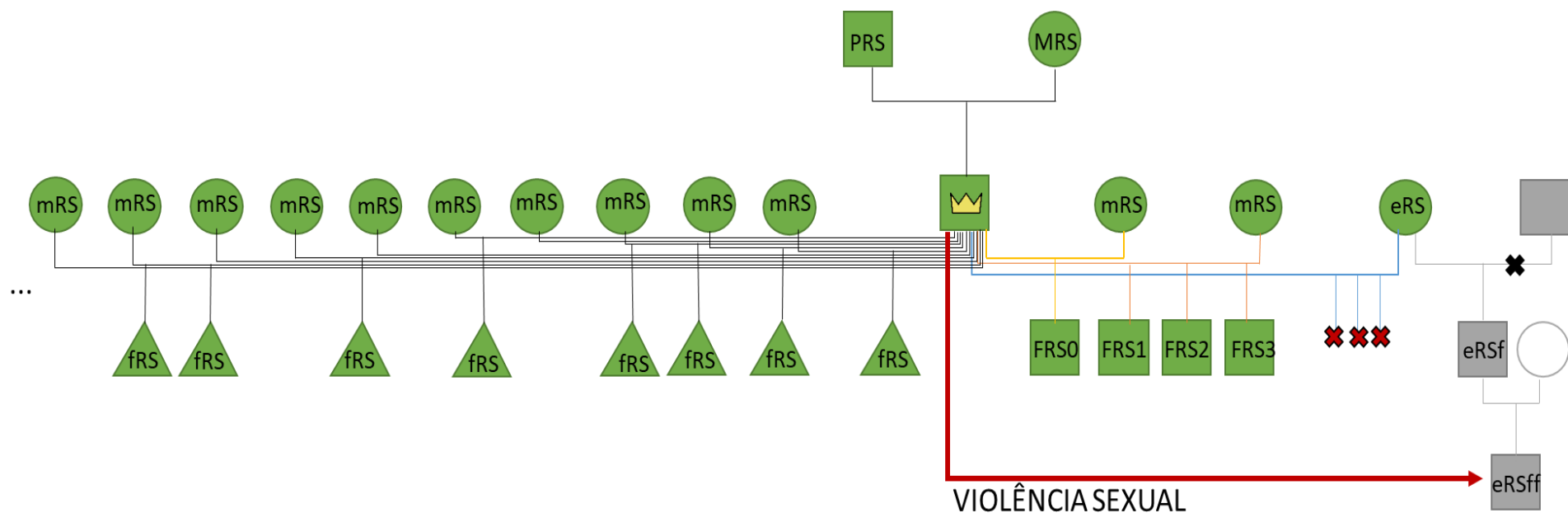
Ele continuou trabalhando no porto de Manaus até conseguir se aposentar. Ela era lavadeira e também fazia faxina. Eles tentaram ter filhos três vezes, mas em todas ela abortou. Ela já tinha um filho adulto e assim como ele, era uma mulher de meia idade na época.

O filho da esposa de *Rei Salomão* tinha um filho, um menino de 6 anos, com quem frequentava cotidianamente a casa da mãe. Rei Salomão dizia não gostar do menino, pois era muito traquino. Certo dia, a criança é deixada com a avó, esposa do Rei Salomão. Nisso, ela recebe um telefonema para ir fazer uma faxina, e deixa o neto sob os cuidados de Rei Salomão, que abusa da criança nessa ocasião.

A mulher de Rei Salomão, após a denúncia, defende o marido. Seu filho passa a não frequentar mais a casa da mãe.

A seguir, a genealogia de Rei Salomão, para compreensão dos eixos de relação envolvidos em sua trajetória até o abuso sexual:

Genealogia de Rei Salomão – Figura 2



👑: Rei Salomão
 PRS: Pai de Rei Salomão
 MRS: Mãe de Rei Salomão
 eRS: Esposa de Rei Salomão
 RS0: Filho de Rei Salomão
 RS1: Filho 1 de Rei Salomão

RS2: Filho 2 de Rei Salomão
 RS3: Filho 3 de Rei Salomão
 fRS: Filhx de Rei Salomão
 eRSf: Filho da esposa de Rei Salomão
 eCHff: Filho do Filho da Esposa de Rei Salomão
 mRS: mulher de Rei Salomão

→ : eixo da violência sexual
 ✖ : ruptura no vínculo de parentesco
 ✖ : abortos

Penso, a partir dos relatos do *Rei Salomão* em que medida os abortos eram acidentais. Ele me contou que sempre acontecia algo e ela abortava. Da última vez, foi por causa de um dos três filhos, o mais novo, do *Rei Salomão*:

“Ele veio morar um tempo comigo em Manaus. Era um menino novo. Menino bom. Não devia ter vindo, mas ele vivia pedindo pra vir e eu deixei, porque o do meio veio antes e casou. Aí ele quis vir também. Ficou morando com a gente. Um dia ele foi numa festa, tava a fim de uma mocinha e foi atrás. Mas a menina tinha namorado e o cara era um bandidão desses que arrumou confusão com ele na festa e meu filho decidiu vir pra casa. O problema é que o cara seguiu ele e quando foi perto de casa, o bandido deu uma facada no bucho do meu filho que rasgou. Aí ele conseguiu puxar o celular pra me ligar. Quando ele falou comigo eu fui atrás com o carro do meu cunhado. Mas o menino era forte, era brabo. Foi andando pra casa. Aí quando ele chegou lá, minha mulher abriu a porta e viu as tripa dele tudo pra fora. Aí ela não aguentou e abortou. Depois disso ela não engravidou mais. E ele virou um menino mal. Ele era um menino bom, mas depois disso parece que deu alguma coisa nele. Se meteu com tudo que não prestava. Não sei nem o que é dele. Sumiu. Tavam procurando ele pra prender, mas ele sumiu. Tomara que não esteja morto por aí.”

Não sei ao certo até onde, de fato, *Rei Salomão* realmente desconhecia o paradeiro do filho. Geralmente as famílias de camadas populares que residem em Manaus, tem alguma rede de parentes no interior. *Rei Salomão* relata essas redes, esses intercursos por diferentes cidades entre Parintins e Manaus, circuito que é compartilhado também por seus filhos.

Dos outros dois filhos, tinha segurança no mais velho, que morava na casa do pai, em Parintins. Já o filho do meio, em certo momento, durante a participação de *Rei Salomão* no *Grupo de Autores*, começa a “arranjar problemas”, aparentando que está “de caso com outra mulher”. Algum tempo depois, *Rei Salomão* nos conta que o filho foi posto pra fora de casa pela esposa, e está abrigado em sua casa. Além disso esse filho começa a ser descrito como “alcoólatra”.

“Acordei, fui na padaria pra comprar pão, tava ele lá na frente de casa, estirado no meio da calçada. Uma vergonha. Aí eu pensei ‘eu vou fotografar pra mostrar pra ele’. Entrei, peguei a câmera e tirei um monte de foto dele naquela situação. Quando ele

acordou peguei a câmera e mostrei pra ele, 'olha aqui tua situação rapaz! Tu acha isso bonito?! Vai criar vergonha, se arrumar com Deus!'”.

Mais tarde, ainda no tempo do *Grupo de Autores*, Rei Salomão conta que o filho do meio já está “melhorando do vício”, que conseguiu um emprego e está frequentando a igreja consigo. Ne ínterim, o pai de *Rei Salomão* é trazido por ele à Manaus, para realizar alguns exames. Por conta de ter que fazer uma depilação no púbis para realizar os exames, e negar-se a fazê-la, o pai de Rei Salomão perde todas as consultas marcadas e também passa a morar em sua casa, em Manaus, até a realização do próximo exame.

Assim, é possível notar que, após o afastamento do filho da esposa, através da violência sexual contra o filho do filho da esposa, Rei Salomão, puxa seu pai e seus filhos para morarem consigo na casa de Manaus.

Nos itens seguintes, reflito sobre os laços de parentesco envolvidos nos dois casos apresentados.

5.3 Afinidade, consanguinidade e cogação

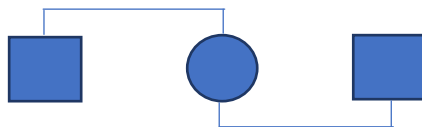
A diferença do *status* das vítimas em relação ao *ego* (os *agressores*) nos dois casos pode ser um elemento importante para analisar as motivações da violência. Obviamente está claro que, ser criança e menina não são os únicos motivos da violência, visto que haviam outras crianças e meninas na casa. Logo, parece fundamental olhar para as diferenças nos vínculos de parentesco, buscando pensar o que aproxima e distancia parentes? Como esses os eixos de parentesco produzem *status* diferentes nesses casos?

Primeiro, cabe retomar a discussão de Lévi-Strauss sobre o átomo de parentesco. Para Lévi-Strauss a origem da família e do *estado de sociedade* está colocada na produção da exogamia (necessidade de casa fora do grupo) a partir da proibição do incesto (ou prescrição de casamento).

Discordando de Radcliffe-Brown e dos autores da escola estrutural-funcionalista (Meyer Fortes, E.E. Evans-Printchard, entre outros), Lévi-Strauss propõe que a proibição do incesto, que origina a sociedade, como regra ao mesmo tempo natural e social, se dá porque os diferentes grupos humanos precisam estabelecer vínculos entre si, evitando a guerra. Para isso, homens de classes diferentes (ver Durkheim e Mauss;

Lévi-Strauss) devem trocar mulheres de seus grupos, por meio de casamento. Assim, funda-se o *átomo de parentesco*, baseado na relação entre cunhados, que gera a família.

O átomo de parentesco de Lévi-Strauss:



A ideia central desse argumento é de que a sociedade só se forma por meio da conciliação entre dois homens através da troca de mulheres. Lévi-Strauss (1989) afirma que um fato universal nas sociedades humanas é “que para que um homem tenha uma esposa, é preciso que ela lhe seja direta ou indiretamente cedida por outro homem, que nos casos mais simples está na posição de pai ou irmão em relação a ela”.

Considerando as diversas críticas a esse modelo conceitual da *troca de mulheres* (ver Rubin, 1989; Butler, 2003), é importante frisar que esse princípio, e suas variações, vigorará no sistema de parentesco das “terras baixas da América do Sul”, subdividido em duas grandes regiões, a do Brasil Central, classificada a partir de “Estruturas Elementares do Parentesco” de Lévi-Strauss como de ordem “crow-omaha”, e a região da Amazônia, que tende a ser classificada como “dravidiana” (Viveiros de Castro, 2002).

Considerando as reflexões de Viveiros de Castro (2000, 2002) sobre a especificidade do parentesco na Amazônia, classificado por Lévi-Strauss como repleto de “falta de precisão e limpidez”, partirei da análise desses casos considerando as especificidades locais e os estudos que se apoia no “dravidianato amazônico”.

Dravidianato é o termo designado por Louis Dumont para analisar o sistema de parentesco da Índia do Sul, que opõe consanguinidade e afinidade, considerando a consanguinidade pela linha paterna e a afinidade pelas relações matrilineares. Eduardo Viveiros de Castro (2002), ao refletir sobre o “problema da afinidade na Amazônia” levanta inicialmente algumas hipóteses sobre o tipo de sistema de parentesco, dentre os esquemas existentes, que mais se aproxima do caso Amazônico, levando em conta a diferenciação, entre consanguíneos e afins, mas é específico em relação ao caso indiano, por conta da fluidez dessa oposição. Considerando todas as críticas sobre a complexidade de pensar um “dravidianato amazônico”, Viveiros de Castro incorre na necessidade de enriquecer o paradigma dravidiano e tecer algumas generalidades,

pensando a partir do dravidiano, o problema amazônico. Inorro nessas mesmas classificações gerais.

Uma categoria importante no caso amazônico é a de “cognação”, que media a fluidez entre consanguíneos e afins. A cognação configura as relações de sangue da linha materna, fazendo com que todo cognato seja um afim classificatório, e ao mesmo tempo, um consanguíneo potencial.

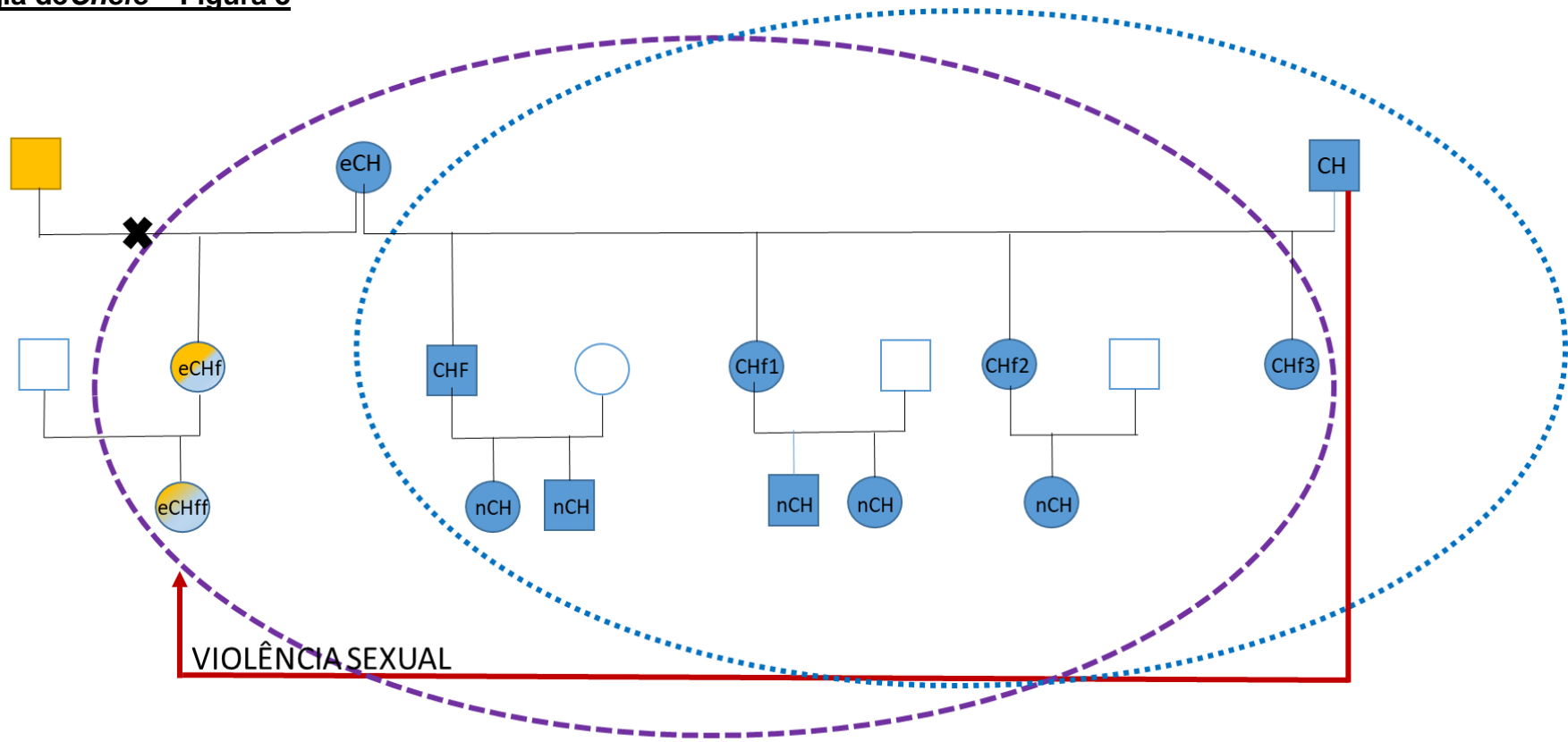
Esses três conceitos são importantes de se ter em mente. A *consanguinidade*, ou laços de sangue – que permeiam a *herança*⁷, será sempre, no caso do dravidiano, a categoria que perpassa o parentesco pela via paterna. A *cognação* é a categoria que designa laços de sangue pela via materna. Enquanto *afinidade* é a categoria que, tomando a consanguinidade como perspectiva de partida, designa tanto os cognatos, quanto consanguíneos muito afastados (Viveiros de Castro, 2002). Os parentes pela linha de um homem, são os consanguíneos, enquanto os parentes pela linha de uma mulher, são cognatos entre si, e afins potenciais.

Segundo Viveiros de Castro (2002) existem alguns problemas da *afinidade* na Amazônia. O primeiro seria a ausência de termos distintos para a afinidade. O segundo, a diversidade de termos que operam como um *continuum* entre afinidade e consanguinidade. O terceiro, a ambiguidade da afinidade na Amazônia. O autor afirma que existe uma diferença básica em torno da configuração de afins e consanguíneos. Os afins são parentes distantes e classificatórios (geralmente com quem se pode casar), os consanguíneos são os parentes próximos (onde se aplica a proibição do incesto). Essa classificação é chamada de “endogamia prescritiva” por Rivière entre os Piaroa das Guianas e preconiza que os afins efetivos têm que estar ligados por cognação (consanguinidade materna). Além disso, dada a distância de vínculo na rede de parentesco, um afim cognato próximo do ego pode ser classificado como uma espécie de “*subconsanguíneo*”. Do mesmo modo, um consanguíneo muito distante pode se tornar um afim potencial. Viveiros de Castro (2002) conclui que “afinidade e consanguinidade são duas classes que se definem por negação. De modo que um afim sempre será igual à um não consanguíneo, ou ao contrário, um consanguíneo sempre será um não-afim.

À luz dessas categorias analisemos a genealogia de *Chefe e Rei Salomão*:

⁷ Ainda que no caso Amazônico a herança seja muito fluida (Viveiros de Castro, 2002).

Genealogia de Chefe – Figura 3



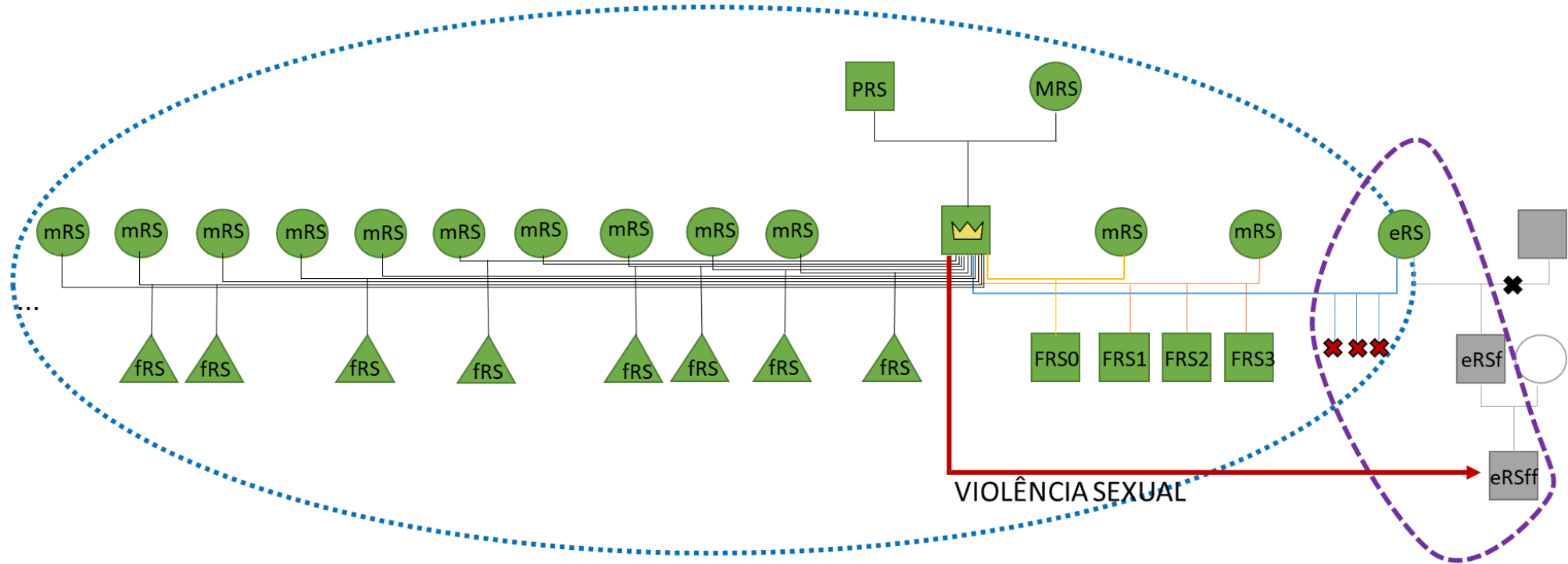
CH: Chefe
eCH: Esposa de Chefe
CHf1: Filha 1 de Chefe
CHf2: Filha 2 de Chefe
CHf3: Filha 3 de Chefe
CHF: Filho de Chefe
nCH: Neto/a de Chefe

eCHf: Filha da esposa de Chefe
eCHff: Filha da Filha da Esposa de Chefe
→ : eixo da violência sexual
X : ruptura no vínculo de parentesco
⋯⋯⋯ : eixos de consanguinidade
- - - - - : eixos de cogação

Os consanguíneos de *Chefe* são seus filhos de sangue. Todos os filhos de *Chefe* formam entre si laços de consanguinidade. Em relação à filha da esposa de chefe e sua neta, os filhos de *Chefe* formam laços de cogação. *Chefe* e a esposa são afins. A filha da esposa de Chefee sua neta, são, em relação ao *ego*, suas afins.

Nesse caso, cogação e consanguinidade parecem se opor, mesmo que haja congruência entre ambas classificações por conta dos filhos de Chefe.

Genealogia de *Rei Salomão* – Figura 4



👑: Rei Salomão
PRS: Pai de Rei Salomão
MRS: Mãe de Rei Salomão
eRS: Esposa de Rei Salomão
RS0: Filho de Rei Salomão
RS1: Filho 1 de Rei Salomão

RS2: Filho 2 de Rei Salomão
RS3: Filho 3 de Rei Salomão
fRS: Filhx de Rei Salomão
eRSf: Filho da esposa de Rei Salomão
eCHff: Filho do Filho da Esposa de Rei Salomão
mRS: mulher de Rei Salomão

→ : eixo da violência sexual
 ✖ : ruptura no vínculo de parentesco
 : eixos de consanguinidade
 - - - : eixos de cognação
 ✖ : abortos

5.4 Os fluidos corporais

Ainda que essa diferença seja pensada por Lévi-Strauss e Viveiros de Castro como social, com formas distintas de classificação para vínculos de parentesco, segundo cada contexto étnico na Amazônia, me interessa refletir também sobre o papel dos fluidos corporais na diferença entre consanguíneos e cognatos.

Uma conferência dada em 2003 por Françoise Herítier, no *Musee d'el Homme*, em homenagem a Marcel Mauss, pode auxiliar na compreensão da diferença entre consanguíneos e cognatos, sobretudo, na circulação dos fluidos corporais como compositores do parentesco.

A obra de Heritier (1992) parte da discussão sobre o parentesco de Lévi-Strauss, discordando dele acerca das bases para a evitação da guerra, da proibição do incesto, da exogamia e a repartição sexual das tarefas (entre homem e mulher): para Lévi-Strauss, essas eram regras sociais que baseavam a mudança do estado de natureza para o estado de cultura, e estavam ancoradas no *pensamento*. Heritier argumenta que a ancora do social sempre será o corpo, a natureza, a diferença biológica. Por meio da *valência diferencial dos sexos* é que se constroem as quatro bases da vida social apontadas por Lévi-Strauss.

Não entrando numa discussão sobre qual seria a base fundamental para a vida social, me interessa refletir sobre o papel das substâncias humorais ou fluidos corporais (sangue, sêmen, leite) na fabricação de vínculos de parentesco.

Para Heritier (1992, 2003), uma vida é feita a partir de corpos e substâncias diferentes (masculino e feminino). Contudo, existem formas distintas de transmissão dos fluidos, e, portanto, de *fabricação* dos laços de parentesco. Usando o exemplo do grupo étnico Samo, do Brukina Fasso, Heritiér afirma que naquele contexto uma criança herdava esqueleto e sangue de sua mãe, enquanto de seu pai, herdava a carne. No início da vida, a criança produzia o sangue a partir da medula herdada da mãe, que continha também sangue de seu avô materno. O sangue paterno estava disponível na carne e era somado ao sangue produzido a partir das substâncias herdadas da mãe. Assim, o sangue paterno sempre produzia um vínculo de primeira via, enquanto o vínculo materno era herdado de relações com mais profundidade geracional.

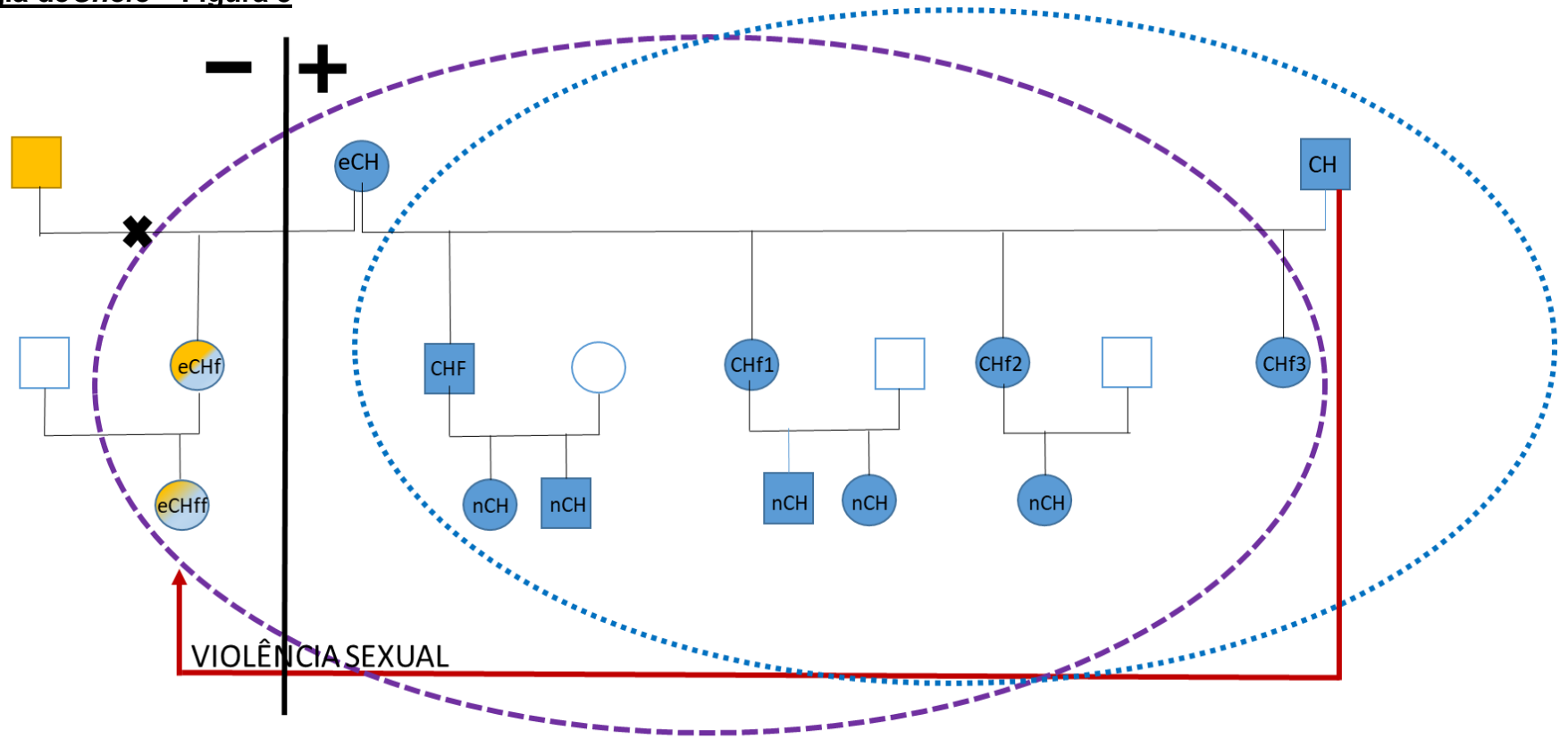
Suspendendo o efeito contextual do exemplo dado por Heritiér, cabe refletir sobre em que medida a profundidade geracional da cognação no parentesco amazônico, em oposição aos vínculos de primeira vida da consanguinidade (linha paterna), aciona a fabricação de vínculos ou seu reforço, a partir dos fluidos corporais?

De que modo, os fluidos corporais transmitidos em relações sexuais violentas geram novos *status* de parentesco?

Talvez uma possibilidade de resposta para essas questões seja a discussão de Lévi-Strauss (1989) sobre a oposição entre laços de parentesco *positivos* e laços de parentesco *negativos*. Refletindo sobre o átomo de parentesco, Lévi-Strauss argumenta que a proposta feita nas “Estruturas Elementares do Parentesco” não visava pensar as regras de prescrição do casamento como rígidas, mas considerando os afetos construídos nos eixos de oposição à prescrição. Por exemplo, se a regra prescreve o casamento entre primos cruzados e matrifocalidade, o irmão da mãe estabelece com o *ego* uma relação de prescrição, que pode ser permeada ou não de afeto. O vínculo paterno, pode também disputar o valor dessa relação por meio de outras trocas, outros afetos, mesmo sem o peso da regra de moradia e casamento. Há, portanto dois eixos opostos em disputa, um *negativo* e outro *positivo*. Uma relação enfraquecida para uma relação fortalecida. Esses sentimentos disputados serão as variantes culturais sobre a matriz estruturante do átomo de parentesco.

Assim, podemos dividir as duas genealogias aqui analisadas em polos positivo e negativo:

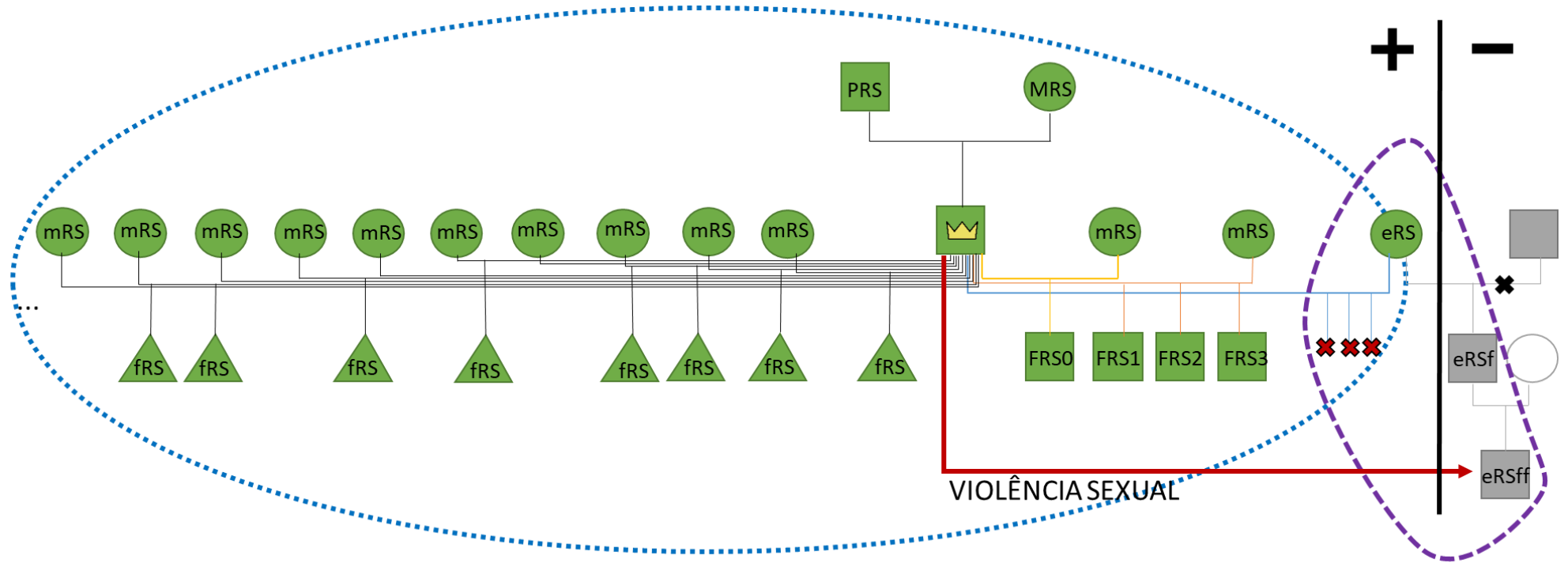
Genealogia de Chefe – Figura 5



CH: Chefe
 eCH: Esposa de Chefe
 CHf1: Filha 1 de Chefe
 CHf2: Filha 2 de Chefe
 CHf3: Filha 3 de Chefe
 CHF: Filho de Chefe
 nCH: Neto/a de Chefe

eCHf: Filha da esposa de Chefe
 eCHff: Filha da Filha da Esposa de Chefe
 → : eixo da violência sexual
 X : ruptura no vínculo de parentesco
 : eixos de consanguinidade
 - - - - : eixos de cogação

Genealogia de Rei Salomão – Figura 6



👑: Rei Salomão
 PRS: Pai de Rei Salomão
 MRS: Mãe de Rei Salomão
 eRS: Esposa de Rei Salomão
 RS0: Filho de Rei Salomão
 RS1: Filho 1 de Rei Salomão

RS2: Filho 2 de Rei Salomão
 RS3: Filho 3 de Rei Salomão
 fRS: Filhx de Rei Salomão
 eRSf: Filho da esposa de Rei Salomão
 eCHff: Filho do Filho da Esposa de Rei Salomão
 mRS: mulher de Rei Salomão

→ : eixo da violência sexual
 ✖ : ruptura no vínculo de parentesco
 : eixos de consanguinidade
 - - - - : eixos de cognação
 ✖ : abortos

Recuperando o conjunto dessas discussões, podemos argumentar que se as relações sexuais violentas ocorrem da consanguinidade para a cogação, sendo a cogação universal (Viveiros de Castro, 2002), por ter mais profundidade geracional enquanto a consanguinidade sempre se dá *de primeira via* na transmissão de fluidos (Heritiér, 2003).

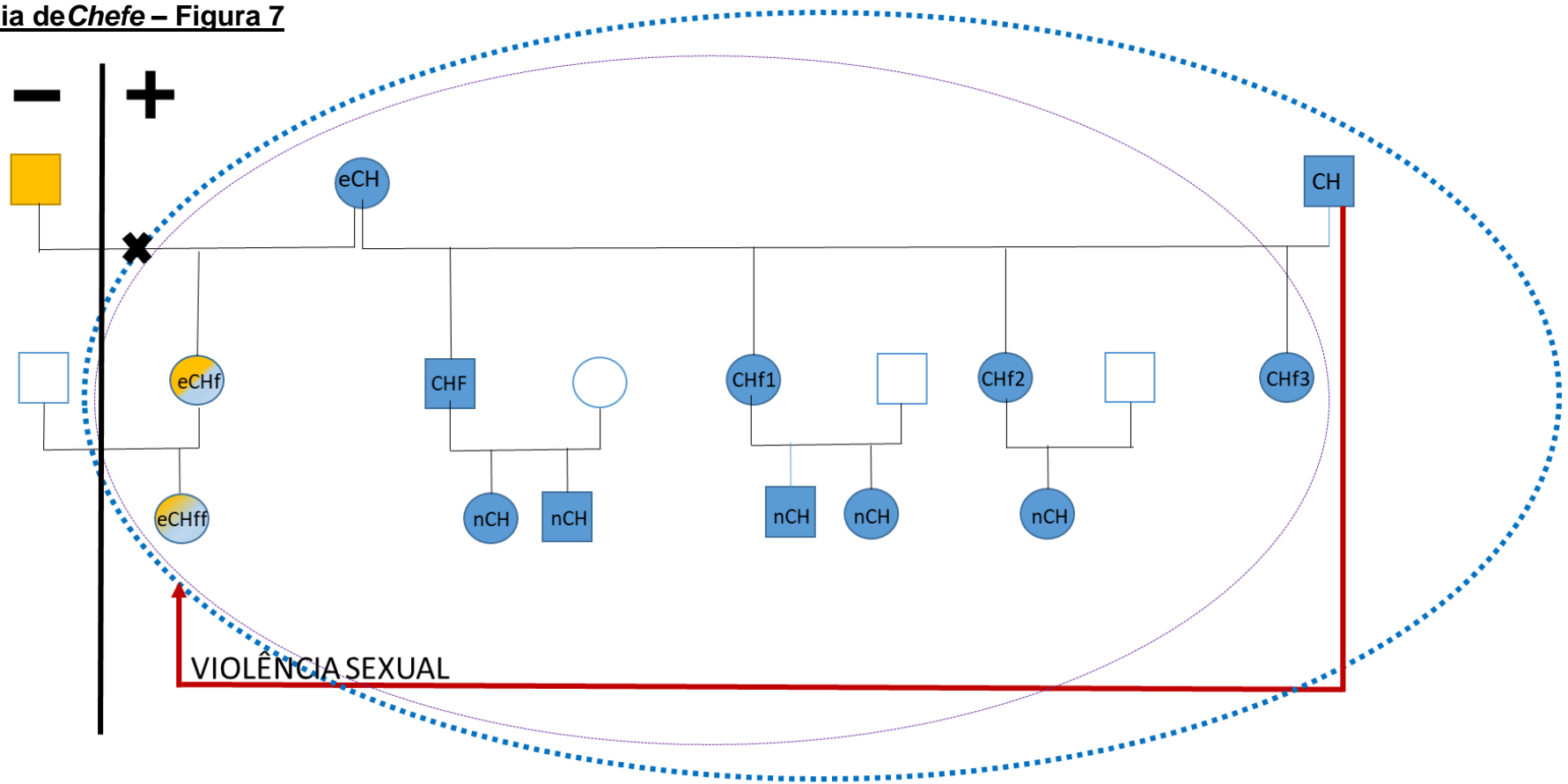
Ao polarizarmos as relações das genealogias, vemos os eixos de tensão, e como cada *lado* se posiciona em prol de seus interesses. A seta que aponta o eixo de violência sexual, passa a atravessar pólos opostos, indicando a intervenção de um lado sobre outro.

Essa intervenção, pode modificar o ponto da polarização. No caso de *Rei Salomão*, a polarização permanece estática após a violência contra o filho do filho da esposa. Contudo, nota-se o fortalecimento e vinculação da esposa ao lado do *ego*, fragilizando o vínculo de consanguinidade com o filho e neto, e anulando mais ainda o peso do primeiro marido na relação.

No caso de *Chefe*, após a violência nota-se a tensão dos consanguíneos em relação aos cognatos, inclusive no processo de constrangimento das filhas de Chefe sobre a filha da esposa do *ego*, para que ela não consiga realizar a denúncia a tempo⁸. Contudo, no caso de *Chefe*, após o esfriamento do conflito, e retorno das cognatas à casa, há um deslocamento no eixo de polarização, e englobamento das cognatas à consanguinidade, como vemos na genealogia a seguir:

⁸ Algo semelhante ocorre num exemplo apontado por Lévi-Strauss (1989) sobre as irmãs terem tendência a uma relação negativa, enquanto a relação entre marido e mulher, tende a ser positiva.

Genealogia de Chefe – Figura 7



CH: Chefe
 eCH: Esposa de Chefe
 CHf1: Filha 1 de Chefe
 CHf2: Filha 2 de Chefe
 CHf3: Filha 3 de Chefe
 CHF: Filho de Chefe
 nCH: Neto/a de Chefe

eCHf: Filha da esposa de Chefe
 eCHff: Filha da Filha da Esposa de Chefe
 → : eixo da violência sexual
 X : ruptura no vínculo de parentesco
 : eixos de consanguinidade
 : eixos de cogação

Da análise sobre as relações de parentesco que envolvem os casos de violência sexual intrafamiliar, podemos abstrair quatro fundamentos:

1 – Oposição entre homens irreconciliáveis

Os homens negociam a paz em torno da troca de mulheres. Contudo, se não há mulheres a serem trocadas, ou melhor, se há uma disputa em torno da afinidade marido-mulher, ela deve ser rompida através da *guerra*, em nossos casos, tratada como *conflito*.

O conflito aqui serve para fortalecer umas relações em detrimento de outras. Nos casos abordados, as relações advindas de outra união das mulheres, eram esgotadas, negativadas ao máximo, enquanto as relações com os maridos (os *agressores*) eram fortalecidas, ou positivadas.

2 – Um casamento só se efetiva a partir da criação de uma nova pessoa.

Isso significa que a produção da consanguinidade por meio da troca de fluidos efetiva a afinidade. Fazendo filhos, faz-se casamento. Mas isso pode ser comprometido se há uma tensão entre laços de consanguinidade e laços de cogação. Essa tensão também é a tensão entre dois homens irreconciliáveis (1) visto que os cognatos do filho de um homem, são consanguíneos de outro homem.

3 – A cogação é o caminho possível para tornar um afim, consanguíneo.

Apesar de a cogação tensionar a consanguinidade, ela é um caminho para fazer consanguíneos – tendo em vista que todo cognato é um afim e ao mesmo tempo um subconsanguíneo.

4 – A troca de fluidos efetiva a consanguinidade e dissolve a tensão intrafamiliar

Por meio da troca de fluidos, mesmo em casos de violência sexual, a tensão entre consanguinidade e cogação é amenizada. Visto que a consanguinidade é o vínculo de parentesco de primeiro grau, ela pode ser efetuada em trocas de fluidos alternativas ao sangue, como o sêmen.

Esses fundamentos podem ser testados em mais casos de violência sexual intrafamiliar, sendo obviamente adequáveis aos casos em que os vínculos de parentesco das vítimas com os agressores sejam classificados como: *padrasto-enteado (a)*, *avô-netos (as)*, *tios-sobrinhos (as)*, e, no limite, *pais e filhos (as)*, considerando os 3 últimos fundamentos.

5.5 A recorrência da saída das mulheres e o problema do segundo casamento

Ao longo desta pesquisa, fizemos no *Azulilás* outras pesquisas com famílias de grupos populares, tendo como sujeitos, homens, adolescentes e mulheres. Nossa perspectiva tem buscado refletir sobre modelos de família que operam no Amazonas.

Nessas pesquisas, temos visto uma recorrência em torno do modo de como as mulheres tecem família.

Ocorre uma primeira gravidez, geralmente na adolescência, que pode significar a saída da casa dos parentes, ou a criação de um núcleo familiar com o pai do ser gestado, configurando um casamento. Esse primeiro casamento tende a ser dissolvido pouco após o nascimento da criança. Tanto os casos de *Chefe* e *Rei Salomão*, quanto observações preliminares de outros contextos em grupos populares no Amazonas, tem mostrado que a mulher sai da casa de origem, ou da primeira casa, e associa-se, no segundo casamento, para a criação de uma nova casa, com o segundo (ou qualquer) parceiro, após o primeiro casamento.

A mulher pode ou não levar o primeiro filho para a segunda casa (o segundo casamento). Essa variável ainda não teve uma delimitação precisa, mas já podemos apontar que o filho do primeiro casamento tende a circular por mais parentes, representando um risco à nova casa da mulher. Nos casos em que o primeiro filho da mulher é enxertado na nova família, há uma tendência (sociológica) para as violências sexuais, visto que o filho de um homem é seu consanguíneo, portanto, cognato do novo marido da mulher.

Pode ocorrer de uma mulher circular fora da casa, mas ter um “marido de referência”, que será o pai de todos os seus filhos. De tal modo, há uma distinção muito clara nessas configurações entre *sexo* e *casamento*. O sexo se dá numa relação entre homem e mulher, ou entre adultos, enquanto o casamento sempre será aquele que gera filhos.

Na medida em que os laços do sexo podem ser apagados no entendimento/desentendimento do casal, os laços de casamento – portanto os filhos – podem ser dissociados ou “reimpressos” na *troca de fluidos* por meio da elaboração de uma nova consanguinidade.

5.6 A Casa

Uma última consideração deve ser feita sobre a noção de *casa* aparente nos dois casos, mas com maior elaboração no caso de *Chefe*. Enquanto *Rei Salomão* fala muito sobre a família do pai, onde nasceu, e por quais cidades passou, *Chefe* não faz isso. Fala da mãe apenas após sua morte. Sua história começa a ser narrada a partir da construção da *casa*.

Aliás, os relatos de *Chefe* sobre sua casa são muito instigantes. A *casa* é narrada como um organismo vivo. Muitas das falas de *Chefe* sobre esse tema, giram em torno dos esforços feitos pela *casa*. A construção, que antes era narrada como uma atividade de prazer, que ampliava a casa, visando aumentar a capacidade de moradia das famílias dos filhos, após a violência sexual é narrada com o assombro da memória.

“Eu chegava naquele quarto e só vinha aquilo que eu tinha feito. Aí eu decidi derrubar tudo e fazer uma reforma. Troquei as paredes de lugar, mudei o piso, desfiz o quarto pra ficar um depósito com uma salinha. Mexi tudo. Outro dia eu tava lá sentado no sofá sozinho. Parece que eu tive uma visão da parede se abrindo como se fosse uma ferida. Eu pensei “meu Deus eu não aguento mais ver isso nessa casa”. Eu fui peguei uma marreta e derrubei a parede toda, mas agora eu passo e vejo ela [a parede] lá. Não sei mais o que fazer naquela casa pra apagar essa história. Ela já me perdoou, a mãe dela já me perdoou, não quero mais ter que pensar nisso”.

Falar da casa, significa tanto falar da vida, quando narrar o impacto da violência sexual. Nesse caso, é importante refletir sobre o quanto as coisas estão imbricadas. O quê na fabricação da casa, não apenas como uma estrutura física, mas como um *ente* que agrega a família, a relaciona à violência sexual? Em que medida as memórias da casa, suas paredes quebradas, reconstruídas, mudadas de lugar, constroem *feridas* – o que realmente está sendo *ferido*?

É importante resgatar a discussão de Wiggers (2006, 2013) sobre a noção de *casa*. Em sua etnografia na Caieira da Barra do Sul, em Santa Catarina, Wiggers aponta a importância da casa, como aglutinador das relações de pertencimento e parentesco. A autora indica dois conceitos norteadores da noção de *casa*, um de base estruturalista, cunhado por Lévi-Strauss, como definição para uma estrutura social que conjuga princípios antagônicos, não se deixando definir como *família*, *clã* ou *linhagem*; o outro, *household* de tradição britânica, é baseado na ideia de *ciclo de desenvolvimento do*

grupo doméstico, de Meyer Fortes, compreendendo que a continuidade do grupo doméstico depende da reprodução da vida material e reprodução da vida social inerente ao grupo.

É importante ressaltar que o conceito de *Casa*, não é relativo a construção, ao espaço ocupado pelas famílias, mas à *casa* como um *sujeito moral*, dotada de um *ethos*.

Um ponto destacado por Wiggers (2013) é a função de *sujeito aglutinador*, geralmente assumida pelo “dono da casa”, que

... não tem poder absoluto nas decisões sobre a propriedade, mas tem a função de aglutinar a família em torno de si e da *casa*. Esse “sujeito aglutinador” é quem garante a unidade da *casa*; é em torno dele que os filhos adultos com filhos adultos se concebem como uma unidade. O *sujeito aglutinador* costuma mediar conflitos que porventura existam entre os diferentes moradores da sua *casa* e todos lhe têm respeito, e é em torno dele que os filhos, genros e noras organizam sua vida social. Por ocasião de seu falecimento, a casa será dividida em herança entre os filhos e será desmembrada, e os novos sujeitos aglutinadores serão os casais da geração dos filhos deste. (Wiggers, 2013)

A autora faz algumas ressalvas sobre a função do *sujeito aglutinador*, indicando que geralmente esse “sujeito” é representado por um “casal masculino”, no qual a mulher exerce aglutinação por meio da comensalidade. A variação do “sujeito” como um “casal feminino” só ocorrerá na morte do homem, sendo o casal feito da mulher viva e da memória do homem morto.

Partindo desses conceitos, podemos aproximar a noção de *casa* desses casos. No caso de Rei Salomão, a casa de referência era sempre a do seu pai, em Parintins. Quando consegue dissolver a polarização em torno da casa da esposa, Rei Salomão aproxima o *ethos* da casa parterna à sua, trazendo os filhos aos poucos e por fim, o próprio pai. A casa da esposa de *Rei Salomão*, ainda que não se torne uma *casa*, passa a ser um braço, extensão da *casa* de referência do Pai de *Rei Salomão* em Parintins.

Essas análises são sempre em torno de contextos muito reduzidos, de tentativas de formação/manutenção de casas. A consanguinidade – sempre dada a partir da linha paterna – é sempre muito mais superficial que a cogação, feita da linhagem materna, e *acasa*, parece ser mais uma forma de aglutinação entre consanguíneos, promovida pelos homens.

No caso de *Chefe* ele era o *sujeito aglutinador* da *casa*, e nesse caso, negava à mulher a comensalidade, exercendo também o papel de quem compra a comida, estabelece as formas de preparo e articula as refeições. Isso muda após a sua entrada no *Grupo de Autores*, onde a esposa de Chefe passa a ser a responsável pela comensalidade, numa redistribuição de *papéis* norteada pela oposição entre *automatismo* e *cuidado*.

CONCLUSÃO

O *Grupo de Autores* é muito representativo de uma trajetória brasileira, e também global, de se tratar da sexualidade dos homens, e dos limites ultrapassados por essa sexualidade – tida como desenfreada. Ao mesmo tempo, mostra o quanto esses limites, essas fronteiras entre uma sexualidade possível, outra impossível e violenta, tem se deslocado nos últimos anos.

O deslocamento não se dá apenas em torno do que é possível fazer em termos de uso da sexualidade – o sexo com crianças e adolescentes, como mostra Vigarello e Landini (1998; 2012) não era um problema social até o início do século XX, assim como o estupro não previa a criminalização dos agressores. De tal modo, historicamente, sexo e violência foram tecidos conjuntamente e como atividades/ações masculinas.

Hoje, essas fronteiras ainda não são bem marcadas. Mesmo leis mais rígidas não asseguraram o fim das violências, ou mesmo, a punição de agressores.

Sem passar pela punição, o *Grupo de Autores*, visa a interrupção dos ciclos de violência, principalmente intrafamiliar. Se, por um lado, exerce controle e força à transformação dos discursos em torno de “ser homem” e da domesticidade, o *Grupo de Autores* também expõe as fragilidades do sistema de segurança pública, da rede de proteção à criança e ao adolescente, e de qualquer política de justiça e prevenção às violações sexuais contra crianças e mulheres: reúne homens que passaram pela lei, por todo o conjunto de regulações e técnicas de prevenção, mostrando que sim, as violências sexuais são possíveis, cotidianas e impunes no Brasil.

É importante também notar a dupla face da atuação de agentes de estado, em pelo menos dois níveis. Primeiro, no que Bourdieu chama de “mão direita” e “mão esquerda” do Estado. Na “mão direita” estão as atuações e esforços do estado em prol do capital e da precarização das políticas sociais, enquanto na “mão esquerda” estão os agentes de estado, que apesar das imposições da “mão direita” resistem e amenizam os impactos da precariedade do Estado na aplicação das políticas assistenciais.

Essa dualidade de fazeres do Estado, no caso das Redes, secretarias e organizações que atuam no combate às violências sexuais no Brasil, pode também ser dividida entre “atuações de gênero”, uma vez que majoritariamente os ocupantes da “mão direita” do

Estado, que colaboram com a precarização das políticas assistenciais são homens, ou sujeitos que exercem posições de controle alusivas à masculinidade.

As mulheres, ou “a mão feminina” do estado têm demonstrado grande resistência, criando estratégias de combate às violências sexuais e escuta das vítimas de violência sexual que, mesmo em meio a precariedade histórica da assistência social brasileira, fazem ressoar pelo mundo, e da Amazônia para o Brasil, bons exemplos de como executar bem esses serviços. O Amazonas teve por dois anos seguidos vencedoras do Prêmio Neide Castanha, o maior prêmio da Assistência Social nacional, por meio de iniciativas promovidas ou mediadas por mulheres.

Mas, o *Grupo de Autores* é uma forma de atuação que ultrapassa essa dualidade do Estado. Ao contrário do que afirmam Vianna e Lowenkron (2017) o *Grupo de Autores*, mostra que é possível “as dinâmicas, práticas e imaginações generificadas” transbordem o Estado. Não é coordenado por nenhum agente do estado, não funciona como parte dele, não funciona como uma regulação do Estado, mesmo que tenha sido feito por algum tempo numa sala cedida pelo CREAS. A concessão que ocorre da “mão esquerda e feminina” do estado para uma voluntária, demonstra uma associação entre mulheres que acabam por promover uma ação marginal às regras impostas pelo Estado, sobre os procedimentos a serem tomados com agressores.

De certo modo, a ineficiência do Estado em cumprir o que promulga, somada às contradições em torno dos diferentes modos de tratar sujeitos acusados de violência sexual abre uma fresta que possibilita o acordo entre tais mulheres, que resultou na criação do Grupo de Autores pela *Doutora*.

A história e o contexto dessas violências sexuais colaboram, tanto para a criação do *Grupo de Autores*, quando para uma análise sobre o fenômeno da proteção dos parentes em torno do *agressor*. Tanto os agentes de estado, quando os familiares envolvidos nas cenas de violência, compartilham de uma lógica alusiva à proteção do parente *agressor*. Ainda que o discurso da punição seja defendido publicamente, é feito com melindres, ancorado nas dúvidas sobre a dependência financeira, emocional e no mito do desfacelamento da família. Os agressores, ainda que o sejam todos aqueles que cometerem violência sexual, são de diferentes tipos, há os pobres, os ricos e poderosos, os de fora da família e os parentes. Mesmo que a lei normatize o tratamento a todos

como iguais, na prática, os sujeitos que ocupam a posição de *agressores* têm diferentes *status* sobre si – como diria *Chefe*, exercem “diferentes *papéis*” no mundo.

A análise das relações de parentesco mostra alguns dos motivos – *os quadros invariáveis* ou associações entre duas ordens de fatos (Heritier, 2003) – que inserem a violência sexual no jogo dos arranjos parentais, relações de gênero, atribuindo sentidos sobre “ser homem” e constituir “casa”, por meio da tensão entre consanguíneos e afins (cognatos). Vista desse modo, a violência sexual intrafamiliar, aparece como um caminho estruturante dessas relações entre parentes, que visa a aglutinação dos consanguíneos em torno do agressor.

Ao mesmo tempo em que notamos quadros estruturantes, percebemos fissuras na estrutura desses quadros: a noção de cuidado, em oposição ao *automatismo*, desdobrada por meio das *quatro etapas do percurso dos agressores*, indica que no processo de “narrar a si mesmo”, em torno das confrontações feitas por mim e pela psicóloga aos *autores*, são renegociadas algumas das noções que baseiam as práticas de violência sexual. Ao redor do *cuidado* outras formas de “ser homem”, “fazer casa”, “ser marido”, “cuidar dos filhos/crianças” são elaboradas na coletividade proporcionada pelo *Grupo de Autores*.

O processo de construção coletiva da noção de *cuidado* e seu impacto nas “unidades mínimas ideológicas” ou “conjuntos de representação”, demonstram que, a violência sexual, longe de ser uma ação involuntária dos homens, irracional, impulsiva ou *automática*, é feita a partir de lógicas elaboradas socialmente.

Descobrir essas lógicas, refletir sobre elas e colaborar com a transformação dos contextos de desigualdade e violência é trabalho do antropólogo. Nós atuamos na mediação dos *mundos de sentido* que se opõem na vida cotidiana, que configuram um “caos” de práticas e discursos aparentemente incompatíveis, que a ausência de cientificidade atribui à ignorância ou ao hábito. Mas há ordem, e ela é social, perceptível na interação com os sujeitos, no estranhamento, por meio do encontro de lógicas e elaboração da alteridade.

Este trabalho não fecha outras possibilidades de análise a partir dos *agressores*, nem pretende ser conclusivo sobre tudo que os envolve, mas espero que colabore para abrir caminhos.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Miguel Vale de. Senhores de Si: uma interpretação antropológica da masculinidade. Fim de Século, Lisboa, 1995.

AZEVEDO, M,A; GUERRA,U.N.A, (Org.), Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento, São Paulo, Cortez, 2004.

AZEVEDO, Maria Amélia. Abuso sexual Doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor/ Org. CRAMI – Centro Regional aos Maus-tratos na Infância – São Paulo: Cortez: Brasília, DF: UNICEF, 2002

BOURDIEU, Pierre. Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neo-liberal. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1998.

BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade e Diferenciação. Cadernos Pagu, Campinas, 26.1, 2006.

BRAZ, Camilo. À meia luz...uma etnografia imprópria em clubes de sexo masculinos. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. UNICAMP, 2010.

BUTLER, Judith. Corpos que importam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In. LOURO, Guacira Lopes (org.). O corpo educado. Autêntica, 2013.

_____. O parentesco é sempre tido como heterossexual? Cadernos Pagu, 21.1, 2003.

CABRAL, João de Pina. A Prece Revisitada: comemorando a obra inacabada de Marcel Mauss. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 29(2): 13-28, 2009.

CONNELL, R. W; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica repensando o conceito. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 21.1, 2013.

CORRÊA, Mariza. Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

DAS, Veena. La Subalternidad como perspectiva. In: ORTEGA, Francisco A. (ed.). Veena Das: sujetos del dolor, agentes de dignidade. Universidad Nacional de

Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Pontificia Universidad Javeriana. Instituto Pensar. Bogotá, 2008.

_____. Tiempo, Identidad y Comunidad. In: ORTEGA, Francisco A. (ed.). Veena Das: sujeitos del dolor, agentes de dignidade. Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Pontificia Universidad Javeriana. Instituto Pensar. Bogotá, 2008.

DOUGLAS, Mary. Pureza e Perigo. Perspectiva, 1991.

DUARTE, Luis Fernando Dias. A pulsão romântica e as Ciências Humanas no Ocidente. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 19.55, 2004.

EVANS-PRITCHARD, E.E. Oráculos, bruxaria e magia entre os Azande. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2005.

FONSECA, Cláudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, ANPEd, n. 10.1, 1999.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal. 1985.

GATTI, Gabriel. El misterioso encanto de las víctimas. Revista de Estudios Sociales, 56, Apr./June. Bogotá, 2016

GREGORI, Maria Filomena. Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.

GROSSI, Miriam P. Violência, Gênero e sofrimento. In: RIFIOTTIS, Teophilos; HYRA, Tiago (org.). Educação em Direitos Humanos: discursos críticos e temas contemporâneos. EDUFSC, Florianópolis, 2008.

HERITIER, Françoise. Une anthropologie symbolique du corps. Journal des Africanistes, Année 2003, 73-2.

LANDINI, Tatiana Savoia. Horror, Honra e Direitos: violência sexual contra crianças no século XX. Tese de doutorado, Departamento de Sociologia, FFLCH/USP, São Paulo, 2005.

LIMA, Natã Souza. Masculinidades e Cuidado: um relato antropológico sobre o Grupo de Autores em Manaus”, in: WIGGERS Raquel; LIMA, Natã Souza. “Abuso e exploração sexual: notas para um debate multidisciplinar”, Ed. Valer, Manaus, 2015.

_____. Quando os donos da mordaga falam – abuso sexual e masculinidades na perspectiva dos autores. *Revista Habitus – IFCS/UFRJ*, Rio de Janeiro, 2013; v. 11, n. 2, p. 82-94.

LEITÃO, Consuelena. *Limites e Possibilidades: uma tentativa de aproximação antropológica com a realidade de adolescentes em situação de exploração sexual na Cidade de Manaus*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, PPGAS-UFAM, 2016.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. Cosac Naify, São Paulo, 2008.

_____. *Antropologia Estrutural Dois*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1989.

_____. *As estruturas elementares do parentesco*. Vozes, Petrópolis, 1982.

LOAS, LEI Nº 8.742/1993. Disponível no site: www.mds.gov.br. Acessado em 10 de fevereiro de 2014.

LOPES, Paulo Victor Leite. “Homens autores de violência doméstica”: relações de gênero, formas cotidianas de governo e processos de formação de Estado. Tese de Doutorado em Antropologia Social, PPGAS-Museu Nacional, 2016.

LOWENKRON, Laura. *Sexualidade e (Menor)idade: Estratégias de controle social em diferentes escalas*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, PPGAS-Museu Nacional, 2008.

_____. *O Monstro Contemporâneo*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, PPGAS-Museu Nacional, 2012.

MACHADO, Lia Zanotta. *Sexo, estupro e purificação*. Série Antropologia. Universidade de Brasília, 2000.

_____. *Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea*. In: SCHPUN, Monica Raisa (org.). *Masculinidades*. Boitempo Ed. São Paulo, 2004.

McCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial – Raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Editora da Unicamp, Campinas, 2010.

OLIVEIRA, Isabela Venturoza. 'Homem é homem!': narrativas sobre gênero e violência em um grupo reflexivo com homens denunciados por crimes da Lei Maria da Penha. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, PPGAS-USP, 2016.

OLIVEIRA, Roberto de Cardoso. O Trabalho do Antropólogo. 3 ed. São Paulo: Unesp, 2006.

_____. O mal-estar da ética na antropologia prática. In: Antropologia e Ética. O debate atual no Brasil. VÍCTORA, Ceres; OLIVEN, Ruben George; MACIEL, Maria Eunice; ORO, Ari Pedro. (orgs).– Niterói: EdUFF, 2004.

OVERING, Joanna. Estruturas elementares de reciprocidade: o pensamento político nas Guianas, Brasil Central e Noroeste amazônico. Revista Cadernos de Campo. v. 10 n. 10, 2002.

RIVIÈRE, Peter. A predação, a reciprocidade e o caso das Guianas. Mana, 7.1, 2001.

RUBIN, Gayle. O tráfico de Mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. S.O.S. Corpo, Recife, 1993.

RUI, Taniele. Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack. Tese de Doutorado em Antropologia Social, UNICAMP, 2012.

SAFIOTTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cadernos Pagu, Campinas, 16.1, 2001.

SALÉM, Tânia. Casal igualitário: princípios e impasses. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 3.9, 1989.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (Org.). Gestar e Gerir: Estudos para uma Antropologia da Administração Pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

VELHO, Gilberto. A Utopia Urbana: um estudo de antropologia social. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 2010

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. Apresentação do Dossiê Gênero e Estado: formas de gestão, práticas e representações. Cadernos Pagu, Campinas, 51.1, 2017.

_____. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. Cadernos Pagu, Campinas, 51, 1. 2017.

VIGARELLO, Georges. História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1998.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da Alma Selvagem. Cosac Naify, São Paulo, 2002.

_____. Atualização e contra-efetuação do virtual na socialidade amazônica: o processo de parentesco. ILHA, Florianópolis, 2000.

WIGGERS, Raquel. “Sou daqui da Caieira da Barra do Sul”: parentesco, família, casa e pertença em uma localidade no sul do Brasil. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, UNICAMP, 2006.

_____. Casa, família e pertencimento: a construção da pessoa em uma localidade no sul do Brasil. Temáticas, UNICAMP, 2013.

_____. Família em conflito: violência, espaço doméstico e categorias de parentesco em grupos populares de Florianópolis. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2000.